

Fernando Luiz Andrade Bahiense

**OS CUSTOS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR
NO ESTADO DE SANTA CATARINA: UMA
ABORDAGEM COMPETITIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Engenharia de Produção da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito parcial
à obtenção do título de Doutor em Engenharia de
Produção.

Orientador. Prof. Dr. Nelson Casarotto Filho

Florianópolis
2002

Fernando Luiz Andrade Bahiense

**OS CUSTOS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR
NO ESTADO DE SANTA CATARINA: UMA
ABORDAGEM COMPETITIVA**

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do Título de **Doutor em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 24 de outubro de 2002.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.

Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Milton Procópio de Borba, Dr.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Nelson Casarotto Filho, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof^a. Anna Maria Marques Cintra, Dr^a.
Pontifícia Universidade Católica

Prof Carlos Raul Borenstein, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Abílio Lenzi, Dr.
Universidade da Região de Joinville

Aos meus pais para realização de seus sonhos e expectativas.

A minha esposa, pelo eterno apoio e dedicação.

Aos meus filhos como sinônimo de luta e força de vontade.

Agradecimentos

Ao Prof. Nelson Casarotto Filho pelas aulas, pelas orientações, pela amizade e por toda boa vontade demonstrada ao longo do curso.

Ao Prof. Milton Procópio de Borba, não só pela realização desta tese, mas por te me acompanhado em toda minha formação superior, foi uma honra ter sido sempre seu aluno.

Aos professores Abílio Lenzi, Carlos Raul Borenstein e Anna Maria Marques Cintra pela colaboração na feitura e na crítica deste trabalho.

A todos os professores do curso pelos conhecimentos que pude adquirir.

Aos meus alunos de Cálculo Diferencial e Integral dos cursos de graduação da Universidade da Região de Joinville pelas discussões e pelo auxílio na testagem dos modelos matemáticos.

Ao meu filho Felipe Bahiense que muito me ajudou durante o curso, me ensinando a fazer os trabalhos com o auxílio do computador, principalmente, no uso do MS Project e pela valiosa impressão desta tese.

A todos que de qualquer forma me ajudaram a concluir este curso.

“Nos últimos anos ocorreu a queda de uma série de empresas outrora dominantes: General Motors, Sears e IBM, dentre outras. Em todos os casos, a causa principal foi pelo menos um dos cinco pecados mortais do negócio – erros evitáveis que causam danos às empresas mais poderosas. O primeiro pecado é o culto às altas margens de lucro e ao ‘preço alto’ O segundo pecado mortal está intimamente ligado ao primeiro: fixar erradamente o preço de um novo produto, cobrando ‘aquilo que o mercado irá suportar’. ... O terceiro pecado mortal é fixar o preço com base nos custos. ...O quarto pecado mortal é sacrificar a oportunidade do amanhã no altar de ontem. ...O último pecado mortal é alimentar problemas e matar de fome as oportunidades ““.

Petter F. Drucker

Resumo

BAHIENSE, Fernando Luiz Andrade. **Os custos das instituições privadas de ensino superior no estado de Santa Catarina: uma abordagem competitiva.** 2002. 229f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis.

Os Custos das Instituições Privadas de Ensino Superior (IES) no Estado de Santa Catarina aborda as IES universitárias e não-universitárias, a vantagem competitiva entre as elas frente à expansão deste ensino. Objetiva verificar a relação entre a forma de organização acadêmica e seus custos. Investiga o equilíbrio deste mercado e o impacto da forma organizacional nos custos das instituições. A hipótese é que o mercado irá se equilibrar, requerendo das instituições universitárias a necessidade de redução de custos ou mudança na forma de organização para competir com IES não-universitárias. Verifica-se que a expansão está propiciando a mudança na forma organizacional das IES, bem como o surgimento de inúmeras outras instituições. Mostra que a variação da oferta se apresenta maior do que a da demanda no período 1994/2000. Encontra o tempo de equilíbrio deste mercado. A partir desta evidência, para as vinte e seis regiões educacionais do estado, projeta-se a demanda e a oferta de vagas para o período 2001/2010, admitindo-se que dez anos retratam o cenário futuro em termos de competição. As formas de organização acadêmica requerem suas próprias especificidades de custos. A análise dos dados mostra que o custo com a docência e com a produção acadêmica das universidades é muito maior que os custos do centro universitário e extremamente maior que os custos das faculdades. As instituições não-universitárias têm um custo operacional unitário em torno de 40% menor que os das universidades. A conclusão é que o equilíbrio de mercado acirra a competição e as IES não-universitárias terão liderança em custos. Poderão reduzir suas margens e deixar as IES universitárias em situação de difícil competitividade. As IES universitárias, por sua vez, se decidirem pela redução operacional de seus custos, enfrentarão o problema da mudança de sua forma de organização acadêmica, já que este é o motivo do custo elevado. Se optarem pelo aumento do número de alunos, se depararão com a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias educacionais que possibilitem sua expansão sem custos adicionais significantes. Recomenda-se uma nova pesquisa para investigar de que forma e com qual intensidade as IES não-universitárias devem, também, realizar atividades de pesquisa e extensão, vinculadas às atividades de ensino, e qual o número máximo de alunos, relativo a cada forma de organização acadêmica, acima do qual devesse, obrigatoriamente, mudar sua forma organizacional. Portanto, evidenciou a questão dos custos, do mercado e da abordagem competitiva, que formam o contexto para a atuação das instituições privadas de ensino superior.

Palavras – chave: Custos, competitividade, instituições privadas, mercado.

Abstract

BAHIENSE, Fernando Luiz Andrade. **The cost of private institution in de high schools in the state of Santa Catarina: a competitive approach.** 2002. 229f. Thesis (Egineering of Produçion Doctorate) – Program of Pos-Graduation in Egeineering of Production, UFSC, Florianópolis.

The cost of the private institution in the high schools in the state of Santa Catarina abords the universities and no-universities, the competitive vantage between them face the expation of this learning attempt. Purpose to verify the relation between the from of academy organization and your respectives costs. Investigate the balance of the market and the impact in the national organization in the cost of those institutions. The hypothesis is that the market will be equilibrating, requaring of the universities institutions the necessities of reduction in the costs and changes in the from of organization to compete with the institution no-universities. Verifies that the expantion is propitiating the changes, in the form of the national organization of the institution, as well as the begining of many others institutions. These things shows that the variation of offer apesantates higher than the demand in the period of 1994 to 2000. This way they find the equilibrium market. Since this evidence, to the twenty six educctional areas in the state, projetates the demand and the offer in the vangancy between 2001 to 2010, admiting that ten years retrates the cenery of the future in terms of competition. The academical organization form requiers your own costs especificities. The analysis of the stats shows that the cost with high schools and with the academic production of the universities is much higher then the cost of the campus and extremly higher then the costs of the high school. The no- universities institutions have the operational cost unity between 40% less them universities. The conclusion is that the equilibrium of the market improves the competitivety and the institutions no-universities will have lider ship in costs. They could reduze their boards and let the institutions universities in a dificult competitive situation. The institutions universities, in their turn decide for the operational reduction of them costs them will fate teh problem of changing the form of the academy organization in spide of the high cost. If they optate for the increase in students them they will fall in with the necessitive of the aprovement in new educational tecnology that can improve their expansion witough any other costs. We recomend a new research to investigate what form and with how many intensive the institution no-universitive should realizeate ativites of searches and expansion, joined with the learning ativites and knowing what is the highest number of students ralative to each form of academical organization up to what obrigatorily should change the organizational form. This reaserch still shows that the state have a very big potencialin the market propitious to the equilibrium in the year of 2018 and disponibilizate the ranking, the educational areas and your potencial for investiments. With that envidenciata the costsof the market and competitive that formulate the context to the atuation of private institutions in the high school.

Key words: Costs, privates institutions, market, competitividad.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 Apresentação do tema e justificativa.....	20
1.2 O problema.....	21
1.3 Hipótese	25
1.4 Variáveis.....	25
1.4.1 Em relação ao equilíbrio de mercado	26
1.4.2 Em relação à competitividade	26
1.4.3 Definição operacional das variáveis.....	26
1.5 Objetivos.....	27
1.6 Tipo de pesquisa.....	27
1.7 Estrutura da tese	28
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
2.1 Considerações sobre a expansão do ensino superior no Brasil e em Santa Catarina...	29
2.2 A gestão de instituições de ensino superior	42
2.2.1 O cenário para as instituições de ensino superior em Santa Catarina	46
2.2.2 A estratégia competitiva na gestão das instituições de ensino superior no estado de Santa Catarina.....	49
2.2.3 A organização acadêmica das instituições de ensino superior	52
2.2.4 As faculdades integradas, as faculdades, os institutos e as escolas superiores.....	53
2.2.5 As universidades e a vantagem competitiva	55
2.3 O Mercado Regional de Ensino Superior em Santa Catarina.....	59
2.3.1 Algumas características ambientais	62
2.4 Os Custos das IES em Santa Catarina	68
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	71
3.1 Apresentação das Técnicas de Pesquisa	71
3.1.1 População e amostra	71
3.1.2 Técnica de amostragem	72
3.1.3 Representatividade da amostra	72
3.1.4 A pesquisa bibliográfica	72
3.1.5 A pesquisa exploratória	73
3.1.6 A pesquisa descritiva.....	75

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....82

4.1 As Regiões e os Indicadores do Mercado de Ensino Superior do Estado de Santa

Catarina 82

4.1.1 - 1ª Região.....	82
4.1.2 - 2ª Região.....	86
4.1.3 - 3ª Região.....	87
4.1.4 - 4ª Região.....	89
4.1.5 - 5ª Região.....	92
4.1.6 - 6ª Região.....	95
4.1.7 - 7ª Região.....	96
4.1.8 - 8ª Região.....	97
4.1.9 - 9ª Região.....	99
4.1.10 - 10ª Região.....	100
4.1.11 - 11ª Região.....	101
4.1.12 - 12ª Região.....	103
4.1.13 - 13ª Região.....	104
4.1.14 - 14ª Região.....	105
4.1.15 - 15ª Região.....	107
4.1.16 - 16ª Região.....	108
4.1.17 - 17ª Região.....	109
4.1.18 - 18ª Região.....	111
4.1.19 - 19ª Região.....	112
4.1.20 - 20ª Região.....	113
4.1.21 - 21ª Região.....	115
4.1.22 - 22ª Região.....	116
4.1.23 - 23ª Região.....	117
4.1.24 - 24ª Região.....	119
4.1.25 - 25ª Região.....	120
4.1.26 - 26ª Região.....	122

4.2 Síntese dos Indicadores e o Potencial de Mercado do Estado de Santa Catarina..... 124

4.2.1 – O ranking das regiões e o ranking das IES.....	127
--	-----

4.3 Simulação dos Custos Com a Docência em uma Instituição de Ensino Superior,

Segundo as Quatro Formas de Organização Acadêmica. 131

4.3.1 A instituição de ensino superior referencial	132
4.3.1.1 As medidas de tendência central	133
4.3.2 A técnica de custeio utilizada na IES referencial.....	136
4.3.3 Simulação do custo direto com atividades de ensino de graduação em uma IES. Custo com a docência.	136
4.3.4 Simulação de custo direto na universidade.....	138
4.3.5 Simulação do custo direto no centro universitário.....	143
4.3.6 Simulação de custo direto nas faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores.....	149

4.4 Cálculo dos Custos Operacionais Unitários, Referentes à Docência, na IES

Referencial, Segundo as Quatro Formas de Organização Acadêmica..... 150

4.4.1 Cálculo do número de alunos para a IES referencial	151
4.4.2 Os custos indiretos ou custos com pessoal de apoio administrativo	152
4.4.3 Cálculo do custo operacional unitário da IES referencial, segundos as formas de organização acadêmica.....	154

4.5 Comparação Entre os Custos Operacionais Unitários da IES Referencial e das IES da Amostra.....	156
4.6 Considerações Finais Sobre a Análise dos Resultados.....	158
5 DISCUSSÃO.....	161
5.1 Sobre os dados referentes à demanda publicados tanto pelo INEP quanto pela ACADEMIA.....	161
5.2 – Sobre o mercado brasileiro de ensino superior.....	162
5.3 Sobre o equilíbrio do mercado de ensino superior no Brasil.....	164
5.4 Sobre o equilíbrio do mercado de ensino superior no estado de Santa Catarina	167
5.5 Sobre a expansão na demanda e o crescimento populacional	169
5.6 Sobre a aparente contradição entre a expansão na demanda por ensino superior e a baixa demanda por alguns cursos	172
5.7 Sobre o custo e o financiamento das universidades privadas em Santa Catarina	176
5.8 Sobre a abordagem competitiva	177
5.9 Sobre as aplicações e limitações dos resultados	178
5.9.1 A aplicação dos resultados.....	179
5.9.2 A limitação dos resultados.....	180
5.10 Sobre as dificuldades encontradas para a execução da pesquisa	181
6 CONCLUSÃO	182
REFERÊNCIAS	186
GLOSSÁRIO	192
ANEXO A – RELAÇÃO DAS IES DE SC, POR MUNICÍPIO	193
ANEXO B – GRADES CURRICULAR DA IES REFERENCIAL	196
ANEXO C – RELAÇÃO DE PROFESSORES E DISCIPLINAS DOS CURSOS DA UNICAF	223

Lista de tabelas

TABELA 1: MATRÍCULA NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – SANTA CATARINA E PERCENTUAL NO PERÍODO 1994 / 2000	22
TABELA 2: A EVOLUÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR – BRASIL, 1986/2000.....	29
TABELA 3: A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – BRASIL, 1981/2000	31
TABELA 4: A VARIAÇÃO DA DEMANDA, DA OFERTA, DA MATRICULA NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – BRASIL, 1994/2000.....	33
TABELA 5: A RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA E A OFERTA DE ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO, BRASIL, 1994/2000.....	33
TABELA 6: A EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - SANTA CATARINA, 1986/2000	35
TABELA 7: A EVOLUÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR - SANTA CATARINA, 1986/2000.....	37
TABELA 8: A VARIAÇÃO DA DEMANDA, DA OFERTA, DA MATRICULA NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - SANTA CATARINA, 1994/2000	37
TABELA 9: A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - BRASIL, 1995/2000.....	39
TABELA 10: A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - SANTA CATARINA,1995/2000	39
TABELA 11: INDICADORES DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR - BRASIL, 1994/2000	41
TABELA 12: INDICADORES DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR - SANTA CATARINA, 1994/2000	41
TABELA 13: PROJEÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA POR VAGAS NO ENSINO SUPERIOR - SANTA CATARINA, 2000/2010.....	47
TABELA 14: VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DE IES UNIVERSITÁRIAS E NÃO-UNIVERSITÁRIAS – SANTA CATARINA, 1995/2000.....	51
TABELA 15: INDICADORES DA 1ª REGIÃO – ANO 2000	83
TABELA 16: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 1ª REGIÃO, 2001/2010.....	84
TABELA 17: INDICADORES DA 2ª REGIÃO – ANO 2000	86

TABELA 18: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 2ª REGIÃO, 2001/2010	87
TABELA 19: INDICADORES DA 3ª REGIÃO – ANO 2000	88
TABELA 20: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 3ª REGIÃO, 2001/2010	88
TABELA 21: INDICADORES DA 4ª REGIÃO – ANO 2000	91
TABELA 22: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 4ª REGIÃO, 2001/2010	92
TABELA 23: INDICADORES DA 5ª REGIÃO – ANO 2000	93
TABELA 24: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 5ª REGIÃO, 2001/2010	94
TABELA 25: INDICADORES DA 6ª REGIÃO – ANO 2000	95
TABELA 26: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 6ª REGIÃO, 2001/2010	95
TABELA 27: INDICADORES DA 7ª REGIÃO – ANO 2000	96
TABELA 28: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 7ª REGIÃO, 2001/2010	97
TABELA 29: INDICADORES DA 8ª REGIÃO – ANO 2000	98
TABELA 30: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 8ª REGIÃO, 2001/2010	98
TABELA 31: INDICADORES DA 9ª REGIÃO – ANO 2000	99
TABELA 32: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 9ª REGIÃO, 2001/2010	99
TABELA 33: INDICADORES DA 10ª REGIÃO	100
TABELA 34: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 10ª REGIÃO, 2001/2010	101
TABELA 35: INDICADORES DA 11ª REGIÃO	102
TABELA 36: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 11ª REGIÃO, 2001/2010	102
TABELA 37: INDICADORES DA 12ª REGIÃO – ANO 2000	103
TABELA 38: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 12ª REGIÃO, 2001/2010	103
TABELA 39: INDICADORES DA 13ª REGIÃO – ANO 2000	104
TABELA 40: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 13ª REGIÃO, 2001/2010	105
TABELA 41: INDICADORES DA 14ª REGIÃO – ANO 2000	106

TABELA 42: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 14ª REGIÃO, 2001/2010.....	106
TABELA 43: INDICADORES DA 15ª REGIÃO – ANO 2000.....	107
TABELA 44: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 15ª REGIÃO, 2001/2010.....	107
TABELA 45: INDICADORES DA 16ª REGIÃO – ANO 2000.....	108
TABELA 46: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 16ª REGIÃO, 2001/2010.....	109
TABELA 47: INDICADORES DA 17ª REGIÃO – ANO 2000.....	110
TABELA 48: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 17ª REGIÃO, 2001/2010.....	110
TABELA 49: INDICADORES DA 18ª REGIÃO – ANO 2000.....	111
TABELA 50: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 18ª REGIÃO, 2001/2010.....	111
TABELA 51: INDICADORES DA 19ª REGIÃO – ANO 2000.....	112
TABELA 52: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 19ª REGIÃO, 2001/2010.....	113
TABELA 53 : INDICADORES DA 20ª REGIÃO – ANO 2000.....	114
TABELA 54 : PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 20ª REGIÃO, 2001/2010.....	114
TABELA 55 : INDICADORES DA 21ª REGIÃO – ANO 2000.....	115
TABELA 56: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 21ª REGIÃO, 2001/2010.....	115
TABELA 57: INDICADORES DA 22ª REGIÃO – ANO 2000.....	116
TABELA 58: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 22ª REGIÃO, 2001/2010.....	117
TABELA 59: INDICADORES DA 23ª REGIÃO – ANO 2000.....	118
TABELA 60: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 23ª REGIÃO, 2001/2010.....	118
TABELA 61: INDICADORES DA 24ª REGIÃO – ANO 2000.....	119
TABELA 62: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 24ª REGIÃO, 2001/2010.....	120

TABELA 63: INDICADORES DA 25ª REGIÃO – ANO 2000	121
TABELA 64: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 25ª REGIÃO, 2001/2010	121
TABELA 65: INDICADORES DA 26ª REGIÃO – ANO 2000	122
TABELA 66: PROJEÇÃO DE DEMANDA E OFERTA - 26ª REGIÃO, 2001/2010	123
TABELA 67: SÍNTESE DOS INDICADORES DAS REGIÕES DO MERCADO DE ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA - ANO 2000	125
TABELA 67: SÍNTESE DOS INDICADORES DAS REGIÕES DO MERCADO DE ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA - ANO 2000	126
TABELA 68: <i>RANKING</i> DAS REGIÕES DE S.C. SEGUNDO A DEMANDA DE MERCADO	127
TABELA 69: CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DAS IES, COM BASE NO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM 2000 – <i>RANKING</i>	128
TABELA 69: CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DAS IES, COM BASE NO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM 2000 - <i>RANKING</i>	129
TABELA 70: POTENCIAL DE MERCADO FUTURO COM BASE NO ANO 2000	129
TABELA 70: POTENCIAL DE MERCADO FUTURO COM BASE NO ANO 2000	130
TABELA 71: NÚMERO DE CURSOS, PROFESSORES E ALUNOS DAS UNIVERSIDADES EM SANTA CATARINA	132
TABELA 72: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA COM DADOS NÃO-AGRUPADOS REFERENTES AO NÚMERO MÉDIO DE PROFESSORES POR CURSO DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS CATARINENSES	133
TABELA 73: ELEMENTOS PARA CÁLCULO DO CUSTO COM A DOCÊNCIA NA GRADUAÇÃO NA IES REFERENCIAL	135
TABELA 74: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA COM DADOS NÃO AGRUPADOS REFERENTES AO NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES	151
TABELA 75: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA COM DADOS AGRUPADOS REFERENTES AO NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES	151

TABELA 76: AMOSTRA DOS CUSTOS DAS IES DE SANTA CATARINA – ANO 2000.....	153
TABELA 77: ELEMENTOS PARA CÁLCULO DA FUNÇÃO DEMANDA AJUSTADA.....	164
TABELA 78: ELEMENTOS PARA CÁLCULO DA FUNÇÃO OFERTA AJUSTADA	165
TABELA 79: PROJEÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE VAGAS POR ENSINO SUPERIOR – BRASIL, 2001/ 2050	166
TABELA 80: PROJEÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE VAGAS POR ENSINO SUPERIOR – SANTA CATARINA, 2001/ 2018.....	168
TABELA 81: INDICADORES DE DEMANDA E DE OFERTA DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM JOINVILLE, 1975/ 2002.....	173
TABELA 82: INDICADORES DE DEMANDA E DE OFERTA DO CURSO DE ECONOMIA EM JOINVILLE,1975/2002	174

Lista de gráficos

GRÁFICO 1: MATRÍCULA NO ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO – SANTA CATARINA, 2000	23
GRÁFICO 2: O COMPORTAMENTO DISCRETO DA DEMANDA POR ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - BRASIL, 1986/2000	30
GRÁFICO 3: O COMPORTAMENTO DISCRETO DA OFERTA DE VAGAS PARA O ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – BRASIL, 1986/2000	30
GRÁFICO 4: O COMPORTAMENTO DISCRETO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – BRASIL, 1986/2000.....	32
GRÁFICO 5: A TENDÊNCIA PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO DO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – BRASIL, PERÍODO 1994/2000	34
GRÁFICO 6: O COMPORTAMENTO DISCRETO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO – SANTA CATARINA, 1986/2000.....	36
GRÁFICO 7: A EVOLUÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR: GRADUAÇÃO - SANTA CATARINA, 1986/2000	37
GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE IES - SANTA CATARINA, 1995/2000.....	40
GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE IES - SANTA CATARINA, 1995/2000.....	51
GRÁFICO 10: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 1ª REGIÃO	86
GRÁFICO 11: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 2ª REGIÃO	87
GRÁFICO 12: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 3ª REGIÃO	89
GRÁFICO 13: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 4ª REGIÃO	92
GRÁFICO 14: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 5ª REGIÃO	94
GRÁFICO 15: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 6ª REGIÃO	96
GRÁFICO 16: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 7ª REGIÃO	97
GRÁFICO 17: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 8ª REGIÃO	98
GRÁFICO 19: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 10ª REGIÃO	101
GRÁFICO 20: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 11ª REGIÃO	102

GRÁFICO 21: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 12ª REGIÃO	104
GRÁFICO 22: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 13ª REGIÃO	105
GRÁFICO 23: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 14ª REGIÃO	106
GRÁFICO 24: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 15ª REGIÃO	108
GRÁFICO 25: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 16ª REGIÃO	109
GRÁFICO 26: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 17ª REGIÃO	110
GRÁFICO 27: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 18ª REGIÃO	112
GRÁFICO 28: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 19ª REGIÃO	113
GRÁFICO 29 : PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 20ª REGIÃO	114
GRÁFICO 30: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 21ª REGIÃO	116
GRÁFICO 31: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 22ª REGIÃO	117
GRÁFICO 32: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 23ª REGIÃO	119
GRÁFICO 33: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 24ª REGIÃO	120
GRÁFICO 34: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 25ª REGIÃO	122
GRÁFICO 35: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - 26ª REGIÃO	123
GRÁFICO 36: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA REFERENTE AO NÚMERO MÉDIO DE PROFESSORES.....	134
GRÁFICO 37: PERCENTUAIS DE CUSTOS COM A DOCÊNCIA NA GRADUAÇÃO E COM A PRODUÇÃO INTELECTUALIZADA EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL	142
GRÁFICO 38: PERCENTUAIS DE CUSTOS COM A DOCÊNCIA NA GRADUAÇÃO E COM A EXCELÊNCIA DE ENSINO EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL	148
GRÁFICO 39 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA, COM DADOS AGRUPADOS, REFERENTES AO NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES.....	152
GRÁFICO 40: CUSTO OPERACIONAL UNITÁRIO – IES REFERENCIAL.....	155
GRÁFICO 41: MÉDIA DO CUSTO OPERACIONAL UNITÁRIO DAS FACULDADES E DAS UNIVERSIDADES – ANO 2000	156
GRÁFICO 42: COMPARAÇÃO ENTRE AS FORMAS ACADÊMICAS REFERENCIAIS E AS FORMAS ACADÊMICAS DA AMOSTRA - ANO 2000.....	157

GRÁFICO 43: EXPANSÃO EM PERCENTUAIS: MATRICULAS, DEMANDA E Nº DE IES, 1996/2000	163
GRÁFICO 44: INTERIORIZAÇÃO DAS IES BRASILEIRAS, EXPANSÃO EM PERCENTUAIS – ANO 2000	163
GRÁFICO 45: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO - BRASIL	166
GRÁFICO 46: PROJEÇÃO PARA O EQUILÍBRIO DE MERCADO EM SANTA CATARINA	168
GRÁFICO 47: COMPORTAMENTO DA DEMANDA E DA OFERTA NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM JOINVILLE, 1975/2002	174
GRÁFICO 48: COMPORTAMENTO DA DEMANDA E DA OFERTA NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS EM JOINVILLE, 1998/ 2002	175
GRÁFICO 49: COMPORTAMENTO DA DEMANDA E DA OFERTA NO CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UNIVILLE, 1998	175

Lista de quadros

QUADRO 1: A IDENTIFICAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES POR MUNICÍPIOS ONDE SE INSTALAM 63

QUADRO 2: A IDENTIFICAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO E DAS FACULDADES INTEGRADAS POR MUNICÍPIOS ONDE SE INSTALAM..... 64

QUADRO 3: A IDENTIFICAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR POR MUNICÍPIOS ONDE SE INSTALAM..... 64

1INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta e justifica o tema pelo qual se procedeu a este estudo científico, com base no problema de pesquisa descrito. Indica, ainda, as hipóteses, os objetivos, o tipo de pesquisa utilizado e a estrutura da tese.

1.1 Apresentação do tema e justificativa

O tema "Os Custos das Instituições Privadas de Ensino Superior no Estado de Santa Catarina: uma abordagem competitiva", se refere à análise de custos com as atividades de docência, com as demais atividades acadêmicas pertinentes à produção de conhecimentos e os custos operacionais unitários destas instituições, segundo as suas formas de organização acadêmica: universidade, centro universitário, faculdades integradas e os demais estabelecimentos isolados de ensino superior. Esta análise é requerida pelas características de expansão do mercado de ensino superior, tanto no Brasil quanto no estado, que irá demandar um ambiente cada vez mais competitivo para estas instituições de ensino.

Constata-se no estado catarinense, a partir de 1995, a mudança de organização acadêmica de algumas instituições de ensino superior (IES), das quais se pode evidenciar como amostra:

- a) De faculdades para universidades: Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), 1995; Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), 1996; Universidade do Contestado (UnC), 1997; Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 1997; Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), 2000; Universidade do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), 2001.
- b) De faculdade para centro universitário: Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ), 2000¹.

¹ Esta IES ainda não aparece como centro universitário nas estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realizadas em 2000, último Censo da Educação Superior publicado.

- c) Novas Instituições de ensino superior: Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN), 2000; Faculdade Barddal (1999); Faculdade Barddal de Letras (1999); Faculdade de Ciência da Administração – Lages (1999); Faculdade de Desenho Industrial de Joinville - (1998).

Ao que se apresenta, é razoável supor que existam fatores básicos que levaram, e podem continuar levando, as instituições a se organizarem na forma universitária e que, de igual forma, oportunizaram e ainda podem implicar o surgimento de novas IES para participar deste mercado. Como consequência desta expansão, sejam as IES universitárias ou não, haverá mudanças no ambiente de ensino superior. De fato, haverá aumento na oferta de vagas no vestibular ou em outros processos seletivos e a eminente modificação no comportamento da demanda (representada por aqueles que se inscrevem para a seleção), concernente à tomada de decisão do consumidor por uma ou outra IES.

Este contexto irá requerer uma melhor compreensão deste ambiente, um conhecimento mais acurado do mercado, dos custos das IES e as possíveis características de competitividade, face à possibilidade de existência de diferenças significativas de preços na prestação de serviços educacionais no ensino de graduação, geradas pelas diferentes formas de organização acadêmica que as IES estão se estruturando.

Assim, se pretende contribuir com a elaboração de novos conhecimentos, relativos ao mercado e aos custos, para que as instituições de ensino superior de Santa Catarina procedam à formulação de suas estratégias, direcionadas ao êxito, à obtenção dos resultados que consideram significativos.

1.2 O problema

No Brasil, uma das especificidades das instituições de ensino superior é a origem de seus recursos financeiros. Sob este aspecto se têm dois tipos de instituições: a) as que são mantidas pelo Poder Público - instituições públicas e b) as que se mantêm com recursos próprios – instituições privadas.

Resulta desta distinção jurídica uma segmentação de mercado. Entende-se, neste estudo, o mercado de ensino superior como um conjunto, do qual fazem parte : a) os

consumidores dos serviços de ensino superior (aqueles que já estão matriculados); b) os agentes potenciais para o ingresso no ensino superior (aqueles que concorrem a uma vaga nas IES); c) as instituições que ofertam ensino superior.

Esta segmentação fica caracterizada quando se observam os quantitativos de matrículas no ensino público e no ensino privado. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais², em SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2001), em 2000, o Brasil já apresentava 887.026 matrículas no ensino público e 1.807.219 matrículas no ensino privado. Estes dados mostram que o ensino público detinha 33% das matrículas enquanto que o ensino privado detinha 67%.

No estado catarinense esta segmentação está, ainda, mais relacionada ao ensino privado. Convém esclarecer que o ensino público neste estado é ofertado pelas IES federal e estadual. O ensino privado (que cobra pelos serviços) é oferecido pelas IES municipais e particulares.

Tabela 1: Matrícula no Ensino Superior: Graduação – Santa Catarina e Percentual no Período 1994 / 2000

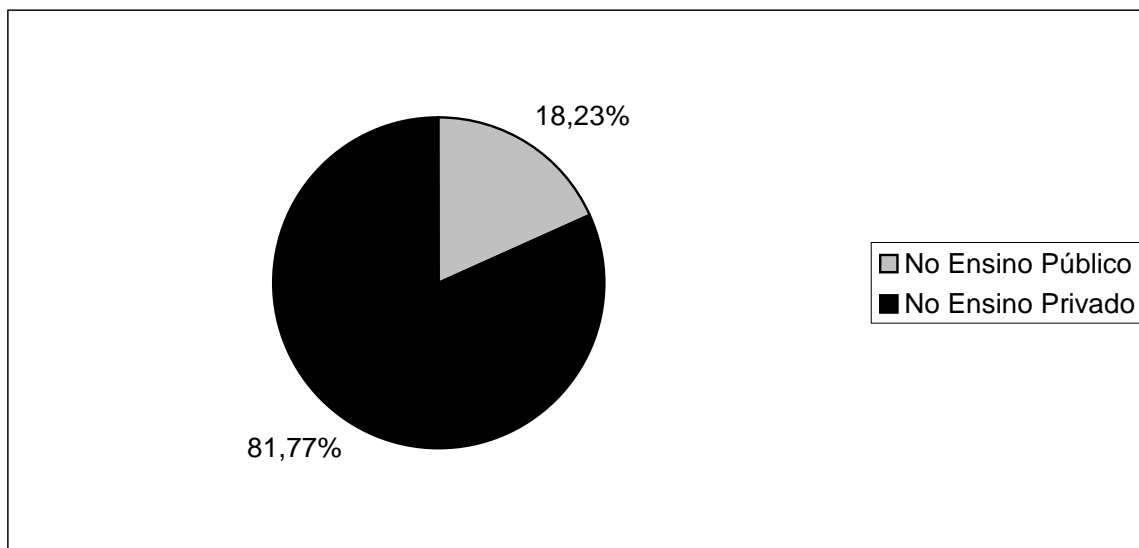
Matrícula	1994 (%)	1996 (%)	1998 (%)	2000 (%)
No Ensino Público	16 486 (29,53%)	20 560 (29,47%)	18 984 (22,88%)	21 526 (18,23%)
No Ensino Privado	39 334 (70,47%)	49 212 (70,53%)	63 982 (77,12%)	96 533 (81,77%)
TOTAL	55 820 (100 %)	69 772 (100 %)	82 966 (100 %)	118 059 (100%)

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Região Sul; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000. Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Como se observa, a variação do segmento privado de ensino superior é maior que a variação no segmento público. De tal forma que no ano 2000 as IES privadas já eram responsáveis por 81,77% do ensino superior no estado, uma significativa expansão neste segmento.

² Órgão do Ministério da Educação de sigla INEP.

Gráfico 1: Matrícula no Ensino Superior de Graduação – Santa Catarina, 2000



Fonte: INEP – Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Evidentemente, a expansão já vinha se dando ao longo do tempo. Porém, se verifica a maior variação no período 1996 – 2000, justamente quando passou a ocorrer à mudança na forma de organização acadêmica e o surgimento das novas IES. Decorre, portanto, as seguintes interrogações:

- a) A organização acadêmica universitária traz vantagem competitiva às instituições de ensino superior?
- b) Caso positivo, por que então, o surgimento de inúmeras outras instituições de ensino superior, não-universitárias, que supostamente estariam em desvantagem competitiva?
- c) Até quando o mercado irá suportar esta expansão, quando se dará o equilíbrio³ de mercado?

As respostas a estas indagações requerem um estudo aprofundado destas organizações acadêmicas, do ambiente que estão inseridas e, sem dúvida, de seus custos.

³ Adota-se o suposto comum que o equilíbrio ocorre no mercado somente quando o excesso de demanda é zero. Neste caso, tem-se que a demanda é igual à oferta e a relação entre elas é igual a um.

Schwartzman (1999, p. 112), abordando as principais Fontes de financiamento das universidades privadas brasileiras afirma que “elas dependem predominantemente das mensalidades de graduação, para financiar suas atividades.”

Agrava-se a questão, pois, se uma instituição de ensino superior se reorganiza em forma de universidade, aumenta sua estrutura para satisfazer a maior diversificação de suas atividades acadêmicas, e continua se financiando, praticamente, apenas com o ensino de graduação, então poderá passar por problemas financeiros graves advindos de altos custos operacionais.

Isto poderá se traduzir, ao seu tempo, em desvantagem competitiva com riscos acentuados de redução de demanda, aumento no valor das mensalidades, aumento da inadimplência (implicando um “contas a receber” duvidoso que facilmente pode se transformar em prejuízo), aumento da evasão escolar por desistências, redução significativa dos resultados financeiros da universidade, redução do nível de investimentos, sucateamento institucional e, até mesmo, a paralisação de suas atividades.

Para Cogan (1999, p. 15), talvez, seja esta desvantagem que esteja permeando o surgimento das novas instituições de ensino superior. Enfim, mesmo nas instituições de ensino superior, a determinação dos custos de seus serviços, os esforços para reduzi-los com vista a um ambiente competitivo vem, também, desafiando seus executivos.

Tratando-se de educação continuada, porém de mesma relevância, LEITE (2002) já aborda a preocupação com os custos e competitividade.

Para SOARES FILHO (1998) o ambiente organizacional é de fundamental importância na busca pela vantagem competitiva.

Esta situação de ambiente competitivo para as instituições de ensino superior está, também, muito bem contextualizada em Tachizawa e Andrade (2001 p. 22):

As barreiras que separavam setores econômicos e ramos de negócio do mercado e conseqüentemente, as organizações que operavam dentro de tais setores estão caindo rapidamente. A competição pode surgir inesperadamente de qualquer lugar. Isto significa que as organizações, entre elas as instituições de ensino superior – IESs, não podem mais se sentir excessivamente **confiantes com as fatias de mercado e as posições competitivas conquistadas**. Para as IESs que estão se defrontando com a necessidade **melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, com o problema do encolhimento das margens de lucro, com a necessidade de diminuir custos unitários**

operacionais e melhorar o *overhead* nestes mercados competitivos o equacionamento de tais questões constitui hoje uma preocupação-chave. (...) Nenhuma instituição de ensino superior, enfim, pode-se dar ao luxo de descansar sobre seus louros; cada qual tem que inovar incessantemente para poder competir e sobreviver. [Sem grifos no original].

Relativamente ao contexto brasileiro, fica explícita a preocupação de uma relação existente entre a expansão e a competição das IES. Da mesma forma se entende esta preocupação para o estado de Santa Catarina. Então, o potencial de mercado, seu equilíbrio e o custo das IES se apresentam como características que devem ser melhor compreendidas com vista à elaboração das estratégias competitivas. Segundo HIANG (1982) o mercado estará em equilíbrio quando a demanda e a oferta forem iguais. A tendência ao acontecimento de tal igualdade acarreta a competição e, como expressa SOARES FILHO (1998), o mercado se transforma em arena, palco de batalhas por posições competitivas.

Portanto, resultam as seguintes questões de investigação:

- a) Haverá equilíbrio no mercado de ensino superior em Santa Catarina?
- b) Qual é o impacto da forma de organização acadêmica nos custos das instituições privadas de ensino superior, no Estado de Santa Catarina?

1.3 Hipótese

O mercado irá se equilibrar, requerendo das instituições universitárias a necessidade de redução de custos ou mudança na forma de organização acadêmica para poder competir com as instituições não-universitárias.

1.4 Variáveis

As variáveis são concernentes ao equilíbrio de mercado e à competitividade. São classificadas como variáveis independentes, variáveis dependentes e variáveis intervenientes.

1.4.1 Em relação ao equilíbrio de mercado

O equilíbrio deste mercado está associado ao supostos de demanda e oferta, bem como o tempo e a política educacional, a saber:

- a) Variável independente ou de explicação: a demanda e a oferta de vagas no ensino superior;
- b) Variável dependente ou de aferição: o tempo para o equilíbrio de mercado;
- c) Variável interveniente: A política educacional.

1.4.2 Em relação à competitividade

A competitividade neste mercado está associada à forma de organização acadêmica, ao custo e ao mercado, a saber:

- a) Variável independente ou de explicação: a forma de organização acadêmica;
- b) Variável dependente ou de aferição: o custo;
- c) Variável interveniente: o mercado.

1.4.3 Definição operacional das variáveis

As variáveis são, operacionalmente, definidas da seguinte forma:

- a) Observar o comportamento discreto da demanda e da oferta de vagas. Encontrar uma função matemática a variável contínua ajustada a este comportamento e verificar a relação existente entre elas. Disto resultará a determinação do tempo de equilíbrio de mercado;

- b) Mudar a forma de organização acadêmica das IES universitárias e verificar o efeito nos custos;
- c) Comparar os custos obtidos com os custos das IES não-universitárias;
- d) Relacionar os custos das IES universitárias e não-universitárias.

1.5 Objetivos

Os objetivos desta pesquisa convergem para o conhecimento mais acurado entre as formas de organização acadêmica, seus custos e as conseqüências interativas pertinentes ao ambiente econômico e ao mercado numa abordagem competitiva. Estes objetivos são:

- a) Geral: Verificar a relação entre a forma de organização acadêmica e os custos das IES privadas no estado de Santa Catarina;
- b) Específicos:
 - Conhecer o ambiente de ensino superior das IES no estado de Santa Catarina;
 - Verificar o potencial do mercado para a expansão do ensino superior neste estado;
 - Encontrar em que tempo se dará o equilíbrio de mercado;
 - Encontrar a relação entre os custos de produção acadêmica e o custo com a docência de cada forma de organização acadêmica.

1.6 Tipo de pesquisa

Segundo MARCONI e LAKATOS (1999) e MENEZES e SILVA (2001), tratamento do objeto de estudo requer o conhecimento do mercado e de seu delineamento, bem como a verificação da relação entre a forma de organização acadêmica e os custos das IES no estado de Santa Catarina, visando um contexto competitivo. Suscita a necessidade de Pesquisa Aplicada, quanto à natureza, Pesquisa Quantitativa, quanto à forma de abordagem do problema, Pesquisa Exploratória, com o objetivo de maior compreensão do problema e Pesquisa Descritiva para delinear, registrar, analisar e

interpretar tanto o mercado quanto os custos, segundo as formas de organização acadêmica.

1.7 Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em 3 partes: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós - textuais, assim definidos:

- a) Elementos pré-textuais: Folha de Rosto, Termo de Aprovação, Dedicatória, Agradecimentos, Sumário, Listas, Resumo e Abstract;
- b) Elementos textuais: Introdução; Fundamentação Teórica; Materiais e Métodos; Análise dos Resultados; Discussão; Conclusão;
- c) Elementos Pós-textuais: Glossário, Referências, Anexos;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda teoricamente a expansão do ensino superior no Brasil e em Santa Catarina, a gestão, sua concepção e aplicabilidade na condução dos negócios relativos ao ensino superior. Objetiva mostrar as formas de organização acadêmica da IES, bem como suas diferenças significativas e as interações num mercado em expansão com características altamente competitivas. Destaca a autonomia como vantagem competitiva às universidades e os custos baixos como vantagem competitiva às instituições não-universitárias.

2.1 Considerações sobre a expansão do ensino superior no Brasil e em Santa Catarina

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC), através do INEP mostra os dados referentes à evolução, tanto da demanda quanto da oferta de vagas por ensino superior no Brasil, período 1986 – 2000⁴. Reunindo estes dados e os grafando, tem-se uma percepção mais acurada da dinâmica desta expansão.

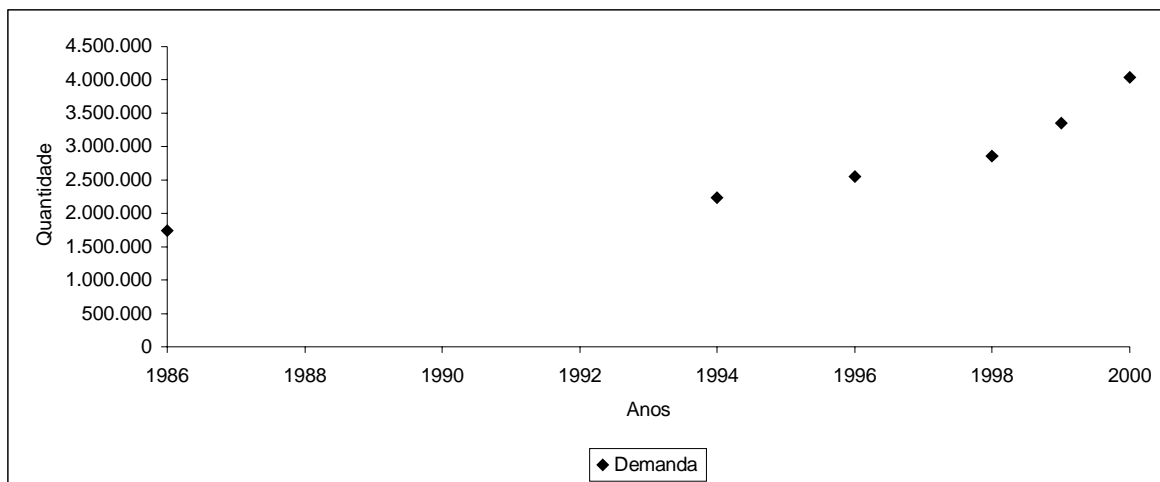
Tabela 2: A Evolução da Demanda e da Oferta de Vagas no Ensino Superior – Brasil, 1986/2000

Ano	1986	1994	1996	1998	1999	2000
Demanda	1 737 794	2 237 023	2 548 077	2 858 016	3 354.790	4 039 910
Oferta	442 314	574 135	631 236	776 031	904 634	1 216 287

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000. Notas: Período de 1986/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior. O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

⁴ Os dados referentes ao período de 1986 – 1999, encontram-se em Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil, 2000. Os dados referentes ao ano 2000 se encontram em Sinopse Estatística da Educação Superior 2000, 2001.

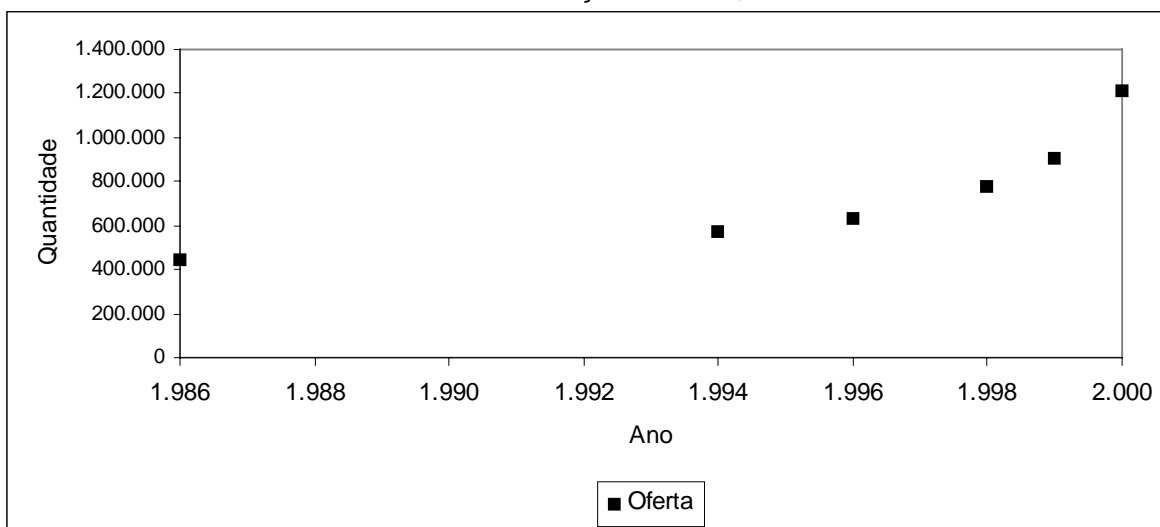
Gráfico 2: O Comportamento Discreto da Demanda por Ensino Superior: Graduação - Brasil, 1986/2000



Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 2.

Gráfico 3: O Comportamento Discreto da Oferta de Vagas Para o Ensino Superior: Graduação – Brasil, 1986/2000



Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 2.

Tanto na demanda quanto na oferta se verifica uma expansão acentuada no ensino superior, haja vista a forma hiperbólica⁵ apresentada pelo conjunto de seus pontos nos diagramas de dispersão.

Em Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil, CASTRO (2000), Presidente o INEP, a partir do Censo da Educação Superior de 1999, afirma que seus

⁵ A forma hiperbólica é uma característica da curva relativa a uma função elementar da Matemática denominada função exponencial. Esta função mostra uma variação exagerada, tanto crescente quanto decrescente do fenômeno que esta sendo observado.

resultados sinalizam uma nova dinâmica de desenvolvimento do sistema brasileiro de educação superior, caracterizado, dentre outras tendências mostradas, pela aceleração do ritmo de expansão da matrícula na graduação, a partir de 1994 e, mais acentuadamente, desde 1996, no qual se observou em 1999 um crescimento de 11,8% na matrícula em cursos de graduação.

Castro analisa, brevemente, os principais resultado do Censo 1999, informa a necessidade de maior aprofundamento das observações, mas deixa claro que a educação superior atravessa uma fase de expansão e mudança, respondendo tanto à pressão da demanda quanto à intervenção das políticas públicas para o setor. Explicando a expansão acelerada, afirma que nos últimos cinco anos o sistema de ensino superior teve um crescimento relativo de 43,1%, e que deverá atingir em 2002 a casa de três milhões de alunos.

Em Universidades Federais: ensino de qualidade para mais alunos, SOUZA (2000), Ministro da Educação, também a partir do Censo da Educação Superior de 1999, aborda o crescimento das matrículas nas universidades federais. Afirma que a tendência à aceleração do crescimento da matrícula continua e, generalizando, afirma também que os novos números da educação superior no Brasil são impactantes.

Realmente, observando-se as matrículas se constata a expansão do sistema brasileiro de educação superior e ratificam-se os percentuais de crescimento citados, bem como, se concorda com a qualificação “impactante” dada a este fenômeno de expansão.

Tabela 3: A Evolução das Matrículas no Ensino Superior: Graduação – Brasil, 1981/2000

Ano	1981	1994	1996	1998	1999	2000
Matrícula	1 386 792	1 661 034	1 868 529	2 125 958	2 377 915	2 694 245
% de crescimento por período (1)	..	19,77%	12,49%	13,78%	11,8%	13,30%

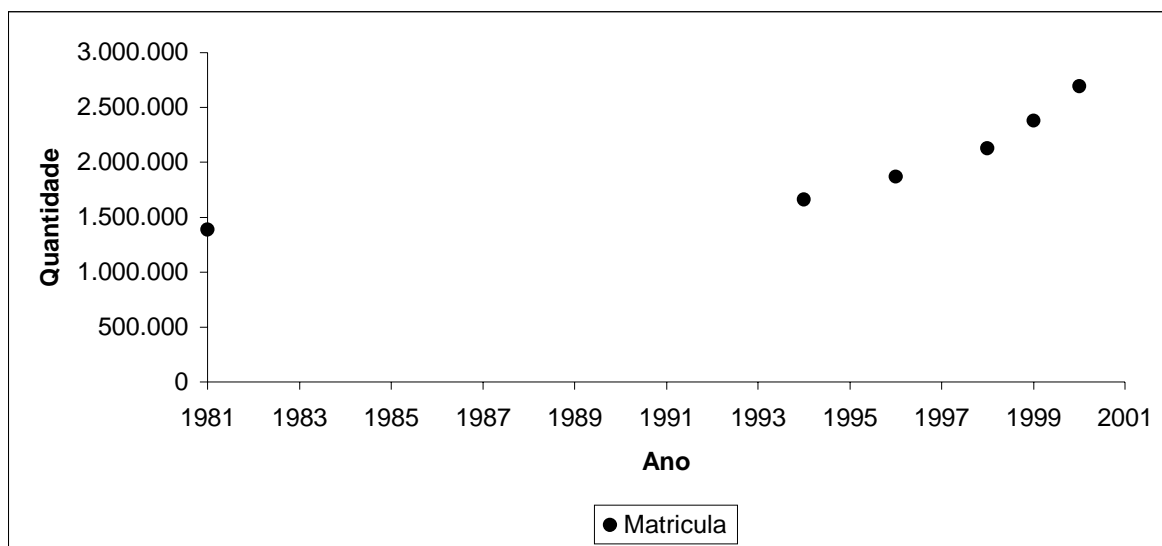
Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Período de 1986/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

(1) Dados trabalhados pelo autor.

Gráfico 4: O Comportamento Discreto das Matrículas no Ensino Superior: Graduação – Brasil, 1986/2000



Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 3.

Contudo, ao que se apresenta, esta expansão está sendo verificada, quantitativamente, apenas pela variação crescente do número de matrícula no ensino superior brasileiro. Pode-se admitir que poderia haver expansão nas matrículas em função do aumento da oferta de vagas, sem, necessariamente, haver aumento na demanda, que neste caso é verificada pelo número de candidatos inscrito nos vestibulares das IES.

A partir desta premissa, torna-se necessário verificar a relação entre estas variáveis explicativas da expansão do sistema de educação superior. Ou seja, a variação também no crescimento da demanda e da oferta.

Tomando-se por base o período 1994/2000, com a finalidade de valorizar mais os últimos seis anos, período no qual se verifica o início de um crescimento mais acentuado, inclusive com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 e com a implicação das mudanças decorrentes da nova legislação, encontra-se a variação da demanda e da oferta.

Tabela 4: A Variação da Demanda, da Oferta, da Matrícula no Ensino Superior:
Graduação – Brasil, 1994/2000

Percentual de Variação (1)	1994	1996	1998	1999	2000
Da demanda	..	13,90%	12,16%	17,38%	20,42%
Da oferta	..	9,95%	22,94%	16,57%	34,45%
Da matrícula	..	12,49%	13,78%	11,80%	13,30%

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Período de 1986/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

Dados trabalhados pelo autor. Os percentuais são relativos ao período/ano anterior.

Comparando-se estes percentuais, não resta dúvida que a expansão do ensino superior ou do sistema brasileiro de educação superior, não se realiza somente pelo aumento do número de matrículas e, sim, também pelo aumento da demanda e da oferta de vagas.

Decorre também desta observação que, mesmo que ainda não tão significativa, a variação da oferta, em média, neste período de 1994/2000, é maior que a variação da demanda. A consequência disto é a tendência para o equilíbrio do mercado brasileiro de ensino superior.

Note-se que o quantitativo resultante da divisão da demanda pela oferta (relação), a partir de 1996, está decrescendo e convergindo, mesmo que lentamente, para um. Significa que, à medida que se aproximar de um, mais a demanda tenderá à oferta e, portanto, com a tendência ao equilíbrio será maior a probabilidade de competição entre as IES.

Tabela 5: A Relação Entre a Demanda e a Oferta de Ensino Superior: Graduação, Brasil, 1994/2000

Relação entre a demanda e a oferta (1)	1994	1996	1998	1999	2000
	3,90	4,04	3,68	3,71	3,32

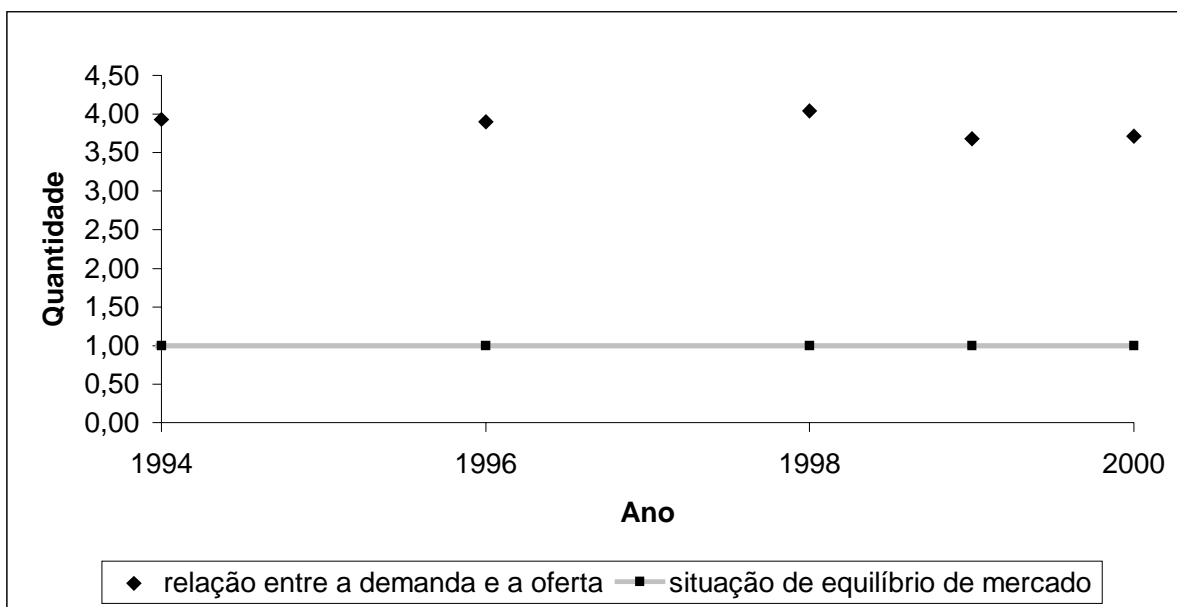
Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Período de 1994/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

(1) Dados trabalhados pelo autor.

Gráfico 5: A Tendência Para o Equilíbrio de Mercado do Ensino Superior: Graduação – Brasil, Período 1994/2000



Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.
Nota: Elaborado pelo autor com base na Tabela 5.

O cenário que está se apresentando, muito provavelmente, levará as IES a uma maior preocupação com a formulação de suas estratégias competitivas. De fato, Tachizawa e Andrade (2001, p. 94) argumentam:

criar cenários significa projetar determinadas situações ou eventos com probabilidade de ocorrência, que servirão de base para elaboração de políticas, planos de ação, planos operacionais e, principalmente plano estratégico. É a descrição do quadro futuro do ambiente. (...) o delineamento do cenário deve se apoiar em técnicas voltadas para prever prováveis eventos e mudanças ambientais.

Oliveira (2001, p.125), na mesma direção a respeito dos cenários, afirma:

os cenários são composições consistentes entre projeções variadas de tendências históricas e as postulações de eventos específicos. (...) à medida que o ambiente fica mais turbulento, os cenários se tornam mais importantes para o processo decisório estratégico.

VASCONCELLOS (2001), afirma que as estratégias são elaboradas para desenhar situações futuras previstas para um determinado ambiente.

Como evidenciado, o cenário relativo ao mercado brasileiro de ensino superior, mostra que além da expansão nas matrículas há uma tendência da demanda se igualar à oferta, o que irá acarretar um ambiente cada vez mais competitivo à medida que esta relação se aproximar, numericamente, de 1.

A conclusão imediata é que existe um determinado tempo (t) no qual se dará o equilíbrio de mercado, considerando, estritamente, que tanto a demanda quanto a oferta continuem manifestando suas tendências comportamentais, a partir dos comportamentos observados no período de 1994/2000.

Da observação do comportamento da demanda e do comportamento da oferta, ambos discretos, se verifica a possibilidade de se encontrar as funções demanda e oferta ajustadas, a partir do modelo matemático denominado regressão não-linear e, neste caso, com o ajuste exponencial. Da aplicação deste modelo matemático aos quantitativos da demanda e da oferta observadas no Brasil, concernentes ao ensino superior, implicam que o tempo (t) referenciado é de 56 anos⁶. Como o referencial inicial é o ano de 1994, então, esta previsão aloca para o ano de 2050 a situação de equilíbrio no mercado brasileiro, que deverá apresentar a demanda igual à oferta de 32.294.587 vagas.

Em Santa Catarina também ocorre o fenômeno da expansão do sistema de educação superior ou no ensino superior propriamente dito. Analogamente ao Brasil, o estado apresenta uma evolução nas matrículas, na demanda e na oferta de vagas.

Tabela 6: A Evolução das Matrículas no Ensino Superior: Graduação - Santa Catarina, 1986/2000

Ano	1986	1994	1996	1998	1999	2000
Matrícula	3 627	4 965	5 427	5 273	48 087	118 059
% de crescimento por período (1)	..	36,89%	9,31%	-2,84%	811,95%	145,51%

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior Região Sul; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Período de 1986/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

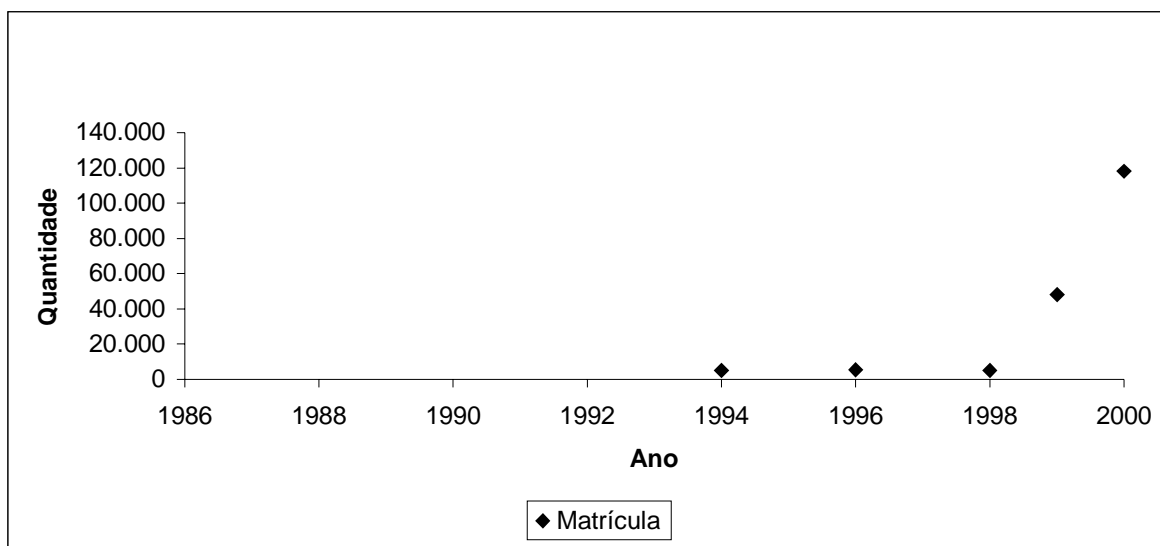
O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

Dados trabalhados pelo autor.

Chama a atenção à evolução das matrículas a partir de 1999. Se comparado ao percentual de 11,80%, já bastante significativo, referente ao crescimento das matrículas no Brasil no mesmo ano, o crescimento das matrículas em Santa Catarina (811,95%) é extremamente maior que o crescimento médio brasileiro.

⁶ A descrição do modelo matemático da regressão não-linear: ajuste exponencial e do método dos mínimos quadrados de Legendre, se encontra no Capítulo 3 – Matérias e Métodos. O desenvolvimento do cálculo que determinou $t = 56$ anos, se encontra disposto no Capítulo 5 - Discussão.

Gráfico 6: O Comportamento Discreto das Matrículas no Ensino Superior: Graduação – Santa Catarina, 1986/2000



Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior Região Sul; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 6.

Sem dúvida, o crescimento de 11,80 % relativo ao Brasil causou espécie nas autoridades do MEC. Tanto que foi enfatizado por CASTRO (2000), Presidente do INEP e por SOUZA (2000), Ministro da Educação. O mesmo aconteceu com o setor educacional. Exemplo disto é a afirmação de Tachizawa e Andrade (2001 p. 263):

O momento atual é de aumento considerável no número de alunos matriculados no ensino médio (antigo 2º grau). Em 1999, as escolas de ensino médio do país receberam 799 mil novos alunos, o que representa um acréscimo de 11,5% em relação a 1998 (o maior da década). O MEC projeta ampliações de 12% para os próximos anos. (...) Há mais jovens concluindo o ensino fundamental. Mais alunos o estão fazendo com menos idade, em condições, portanto, de dar continuidade aos estudos. Aumentou a demanda jovem por maior escolaridade, até por exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Como a meta do MEC é atingir 100% de matriculados, a tendência é um significativo crescimento de formandos do ensino médio. Por consequência, deve ocorrer um substancial crescimento da demanda por vagas no ensino superior.

Se, é possível que ocorra um substancial aumento da demanda por vagas no ensino superior no Brasil, fundamentado num aumento percentual de 11,80% ou 12%, aproximadamente, no número de matrículas, então, para Santa Catarina, a possibilidade para o crescimento da demanda será, significativamente, maior. Acrescente-se a possibilidade eminente de aumento na oferta de vagas.

Recorrendo-se as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais estas possibilidades podem ser facilmente verificadas.

Tabela 7: A Evolução da Demanda e da Oferta de Vagas no Ensino Superior - Santa Catarina, 1986/2000

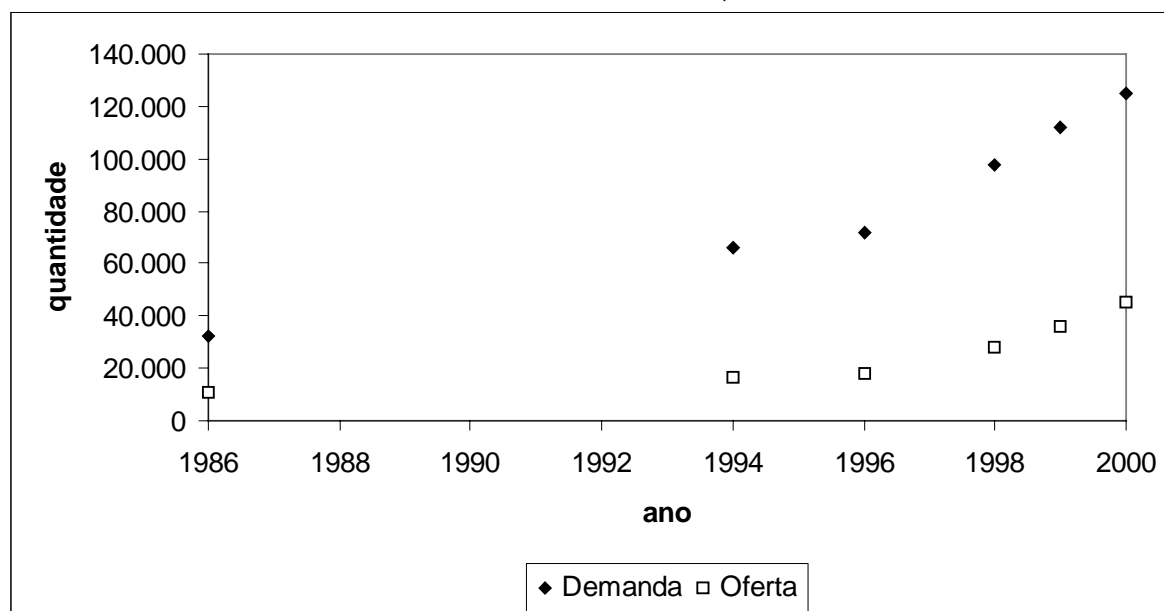
Ano	1986	1994	1996	1998	1999	2000
Demanda	32 633	66 307	71 821	97 337	112 252	124 583
Oferta	11 107	16 732	18 277	27 994	35 874	45 416

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior Região Sul; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Período de 1986/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

Gráfico7: A Evolução da Demanda e da Oferta de Vagas no Ensino Superior: Graduação - Santa Catarina, 1986/2000



Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior Região Sul, 2000; Sinopse Estatística da Educação Superior, 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 7.

De posse destes dados, se verificam as variações de demanda, oferta que, juntamente com as variações das matrículas, são mostradas na Tabela 8. Utiliza-se o período 1994/2000 por melhor representar o início da expansão.

Tabela 8: A Variação da Demanda, da Oferta, da Matrícula no Ensino Superior: Graduação - Santa Catarina, 1994/2000

Percentual de Variação (1)	1994	1996	1998	1999	2000
Da demanda	..	8,32%	35,53%	15,32%	10,99%
Da oferta	..	9,23%	53,17%	28,15%	26,60%
Da matrícula	..	9,31%	-2,84%	811,95%	145,51%

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Período de 1994/1999 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

(1) Dados trabalhados pelo autor. Os percentuais são relativos ao período/ano anterior.

Em relação à demanda não se observa diferença significativa frente ao percentual enfatizado por TACHIZAWA E ANDRADE (2001). Contudo, a partir de 1998, se observa um acentuado aumento na variação da oferta de vagas. Observa-se, ainda, que a variação na demanda se apresenta sensivelmente decrescente e bem menor que a variação da oferta, que parece ter estabilizado em torno de 27% após substancial aumento de variação em 1998. Ao que se apresenta, possivelmente, que a expansão das matrículas se deveu, também, no estado de Santa Catarina, a expansão da oferta de vagas.

Com a oferta apresentando uma variação maior que a demanda, se comparada ao que acontece com os mesmos indicadores em relação ao Brasil, o mercado de ensino superior no estado catarinense irá se equilibrar bem mais rápido do que o tempo requerido pelo mercado brasileiro, 56 anos. De fato, o Gráfico 7 mostra o comportamento hiperbólico, tanto da demanda quanto da oferta de vagas no ensino superior em Santa Catarina. O modelo para se encontrar o tempo (t) para o equilíbrio de mercado é o mesmo utilizado no caso brasileiro: regressão não-linear – ajuste exponencial.

Efetuando o tratamento matemático se encontra o tempo de 24 anos, aproximadamente, para este equilíbrio. Como o referencial inicial foi o ano de 1994, então, a estimativa de equilíbrio será para o ano de 2018. A expectativa é, pois, que o estado de Santa Catarina se antecipe ao Brasil em termos do equilíbrio de mercado de ensino superior.

Não obstante, o aumento nas matrículas, na demanda e, principalmente, na oferta de vagas, está associado também ao aumento na quantidade de IES. Neste sentido, Castro (2000, p. 09) explica:

... O Ministério da Educação adotou várias medidas que favorecem tanto a expansão quanto à diversificação do sistema. (...) A expansão das instituições de ensino superior apresenta uma tendência muito positiva e da maior significância, que é o acelerado processo de *interiorização* de ensino de graduação.

Sem dúvida. No que concerne à expansão das IES se verifica o comportamento decrescente na quantidade de instituições públicas, 34 IES a menos, o que corresponde a um decréscimo de 16,19% no período. Ao contrário, em relação às instituições privadas, se observa um acréscimo de 320 instituições, 46,78%. Além disso, o INEP (Sinopse Estatística da Educação Superior, 2001, p. 13) mostra que das 1180 IES no ano 2000, 435 estão nas capitais brasileiras e 745 IES nos demais municípios do país, o que aponta à interiorização.

Tabela 9: A Expansão das Instituições de Ensino Superior - Brasil, 1995/2000

IES	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Públicas	210	211	211	205	192	176
Privadas	684	711	689	768	905	1 004
TOTAL	894	922	900	973	1 097	1 180

Fonte: INEP – Evolução do Ensino Superior : graduação 1980 – 1998; Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1999 - 2000.

Notas: Período de 1994/1998 extraído de Evolução do Ensino Superior.

Os anos de 1999 e 2000 foram extraídos das referidas sinopses estatísticas.

Em Santa Catarina esta expansão também é extremamente significativa. Não houve expansão na quantidade de instituições públicas. Entretanto, surgiram mais 21 instituições privadas no estado, caracterizando um crescimento de 116% no período (cinco anos).

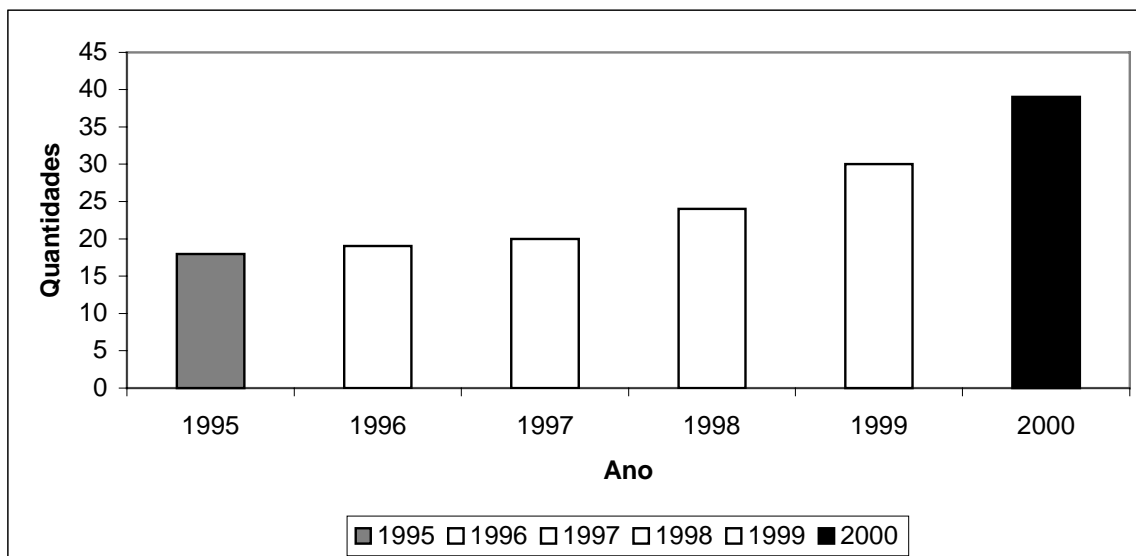
Tabela 10: A Expansão das Instituições de Ensino Superior - Santa Catarina, 1995/2000

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Públicas (1)	2	2	2	2	2	2
Privadas	18	19	20	24	30	39
TOTAL	20	21	22	26	32	41

Fonte: INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995 - 2000.

Considerada apenas a Universidade Federal e a Universidade Estadual, já que as IES municipais todas cobram pelos seus serviços educacionais com base no disposto 242 da Constituição Federal de 1988.

Gráfico 8: Evolução da Quantidade de IES - Santa Catarina, 1995/2000



Fonte: INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995 - 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 10.

Não resta dúvida que, diante desta *explosão* na quantidade de novas instituições de ensino superior no estado catarinense e com uma forte tendência à continuidade no crescimento, já que existe a expectativa de equilíbrio somente no ano 2018, os dirigentes devem e irão se preocupar com as questões de gestão, principalmente, às referentes às estratégias competitivas para ganhos de posições num futuro próximo.

Segundo Leal (2001 s/p):

As entidades dependem sobremaneira das técnicas de gestão para que possam sobreviver através dos tempos. Improvável supor que uma empresa, por exemplo, obtenha ventura sem uma gestão mínima que seja. Provável, portanto, que quanto mais aliada às técnicas de boa gestão, esta empresa se desenvolva mais. As universidades, como quaisquer outras entidades, precisam ter procedimentos administrativos que possam oferecer condições para um processo de tomada de decisão que seja eficaz, procurando garantir sua continuidade. Sendo elas peças fundamentais na pesquisa, difusão e aplicação do conhecimento, pode-se entender que a oferta de conhecimento para a sociedade depende de uma boa gestão das Instituições de Ensino Superior - IES.

Tachizawa e Andrade (2001, p. 94) reforçam este pensamento quando afirmam:

As IESs, não podem mais se sentir excessivamente confiantes com as fatias de mercado e as posições competitivas conquistadas. (...) Nenhuma instituição de ensino superior, enfim, pode-se dar ao luxo de descansar sobre seus louros; cada qual tem que inovar incessantemente para poder competir e sobreviver.

Realmente, esta situação de expansão irá requerer as características de inovação, de empreendedorismo. Está bem caracterizada tanto para o Brasil, como para Santa Catarina. No caso do estado catarinense com mais intensidade, pois a expansão se apresenta muito mais acelerada do que no caso brasileiro. Com efeito, de forma muito sucinta, e num período de tempo mais representativo deste fenômeno, descrevem-se e comparam-se os indicadores de crescimento da matrícula, demanda, oferta e número de IES.

Tabela 11: Indicadores de Expansão no Ensino Superior - Brasil, 1994/2000

Ano e percentual de expansão	1994	2000	% de expansão
Matrícula na graduação	1 661 034	2 694 245	62,20 %
Demanda	2 237 023	4 039 910	80,59 %
Oferta	574 135	1 216 287	111,85 %
Quantidade de IES privadas (1)	684	1 004	46,78 %

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 1995 e 2000.

Notas: 1994 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano de 1995 e 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

(1) Para dado item o ano é 1995.

Tabela 12: Indicadores de Expansão no Ensino Superior - Santa Catarina, 1994/2000

Ano e percentual de expansão	1994	2000	% de expansão
Matrícula na graduação	4 965	118 059	2 277,82 %
Demanda	66 307	124 583	87,89 %
Oferta	16 732	45 416	171,43 %
Quantidade de IES (1) privadas	18	39	116,67 %

Fonte: INEP – Resultados e Tendências da Educação Superior: Brasil; Sinopse Estatística da Educação Superior 1995 e 2000.

Notas: 1994 extraído de Resultados e Tendências da Educação Superior.

O ano de 1995 e 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

(1) Para dado item o ano é 1995.

Finalmente, fica evidente, que a expansão em Santa Catarina se apresenta com muito mais intensidade que a expansão no Brasil, principalmente em relação aos indicadores de matrícula e quantidade de novas instituições de ensino superior (entrantes). Com isto, as preocupações com a gestão são inevitáveis e progressivas.

2.2 A gestão de instituições de ensino superior

Em se tratando de educação, dois conceitos, atualmente, devem ficar muito claros: o de gestão e o de instituição de ensino superior. Concernente à gestão Ferreira, Reis e Pereira (1999, p. 06), procuram dar uma dimensão mais ampla do que a dada ao conceito de administração. Expressam:

Ambas as palavras têm origem latina, *genere* e *administrare*. *Genere* significa conduzir, dirigir ou governar. *Administrare* tem aplicação específica no sentido de gerir um bem, defendendo os interesses dos que o possuem. *Administrare* seria, portanto, a rigor, uma aplicação de gerir.(...) o termo gestão parece se aplicar melhor à esfera empresarial. Basta pensar que, quando alguém se apresenta como administrador, esperamos logo a complementação: de empresas? público? de fazendas? de bens?

Casarotto Filho, Fávero e Castro (1997, p. 01) ao fazerem a introdução à gerência de projetos, utilizam o termo administração e algumas derivações. Especificam:

A complexidade das empresas modernas, fruto do elevado nível de competitividade e de avanços tecnológicos recentes, provocou um aumento considerável na quantidade e complexidade das decisões administrativas. Princípios tradicionais de **administração**, desenvolvidos após a revolução industrial, hoje são insuficientes para resolver problemas de decisão com que os **administradores** se defrontam. Além disso, se por um lado às conquistas tecnológicas podem ser assimiladas através de um esforço técnico, por outro lado às **técnicas gerencias modernas**, exigem um maior nível de adaptação, de forma a se adequarem ao ambiente sócio-econômico em que são aplicadas, o qual, por sua natureza, é extremamente dinâmico. Este ambiente dinâmico da empresa moderna requer uma valorização das **funções administrativas** de planejamento e controle para seu gerenciamento eficaz, reduzindo a incerteza e avaliando os riscos.

Em que pese à colocação que administrar é uma aplicação de gerir e que o termo administrador requer complemento, não se vê, neste sentido, a diferença para o termo gestor. Se uma pessoa se apresenta como gestor, a indagação será a mesma: de que? Tanto é verdade que atualmente se verifica com bastante freqüência as expressões: gestão de negócios, gestão de pessoas, gestão de políticas públicas. Ao que se percebe, o que se pretende com o termo gestão é dar uma maior amplitude à administração, numa tentativa de gerir a empresa segundo um conhecimento maior do seu ambiente. Logo, seja gestão ou administração, o que se concebe é a operacionalização da empresa para a obtenção dos resultados considerados significativos.

Relacionado a instituição de ensino superior, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996, p.11), tem-se:

Art. 19º As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20º As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por um ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e ao disposto no inciso anterior.

IV - filantrópicas, na forma da lei.

Com efeito, a lei, então, estabelece duas categorias de instituições de ensino superior: instituições as públicas e as instituições privadas. As públicas, mantidas pelo poder público, se diferenciam das instituições privadas. Inicialmente se regem pela Constituição Federal de 1988, Capítulo VII – Da Administração Pública, que com seus artigos definem sua operacionalização. Além disso, o Art. 206, inciso IV estabelece o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Ao contrário, as instituições privadas se organizam na forma do Direito Privado, se mantém com seus próprios recursos financeiros, colocam seu capital em risco e, conseqüentemente, não são gratuitas. Cobram por seus serviços educacionais e visam obter um resultado financeiro que remunere adequadamente o capital investido.

Quando são particulares comunitárias e confessionais parte deste resultado financeiro se transforma em lucro, ou seja, é distribuído aos sócios, acionistas ou outras nomenclaturas congêneres segundo critérios previamente estabelecidos no texto legal.

Nas instituições filantrópicas o resultado financeiro é todo aplicado na própria instituição, não havendo, portanto, qualquer distribuição, conseqüentemente há a ausência de lucro.

Diante deste quadro de definição das instituições de ensino, em relação aos resultados financeiros, não é possível fazer distinções significativas entre a instituição de ensino superior privada e a empresa, entendida como uma organização tanto particular como governamental ou de economia mista, que produz e/ou oferece bens e serviços, visando à obtenção de lucros.

A Constituição Federal de 1988, mais uma vez, deixa a matéria bem elucidada quando dispõem: “Art. 209. O ensino é livre” a iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.”

Destarte, as instituições de ensino superior, principalmente as privadas, requerem também, de igual forma, a condução de suas atividades relacionadas ao ambiente no qual se inserem, vinculadas à obtenção dos resultados que consideram significativos, tanto socialmente quanto economicamente, em suma o seu fim mais amplo. Em outras palavras, sua missão.

Estas instituições são prestadoras de serviços. Tachizawa e Andrade (2001, p. 49) dizem:

Cada setor tem características próprias que fazem com que a interação entre os seus agentes ambientais seja intrínseca ao setor focalizado.(...) Poder-se-ia dizer que a melhor maneira de se organizar uma instituição depende da natureza do ambiente com a qual a organização deve se relacionar. A esta tipologia simplificada poder-se-iam acrescentar as instituições de ensino superior – IESs como uma categoria distinta de organização social, que se aproxima bastante daquelas organizações de prestação de serviços.

A afirmação de Drucker (1995, p. 3) também é pertinente: “o *que* fazer está, cada vez mais, se tornando o desafio central enfrentado pelos dirigentes de empresas, em especial das grandes empresas que tiveram sucesso por muito tempo”.

Além disso, estabelece:

Toda organização seja ou não uma empresa, tem uma teoria do negócio. [motivo pelo qual uma empresa é paga]. De fato, uma teoria válida que seja clara, consistente e focalizada é extraordinariamente poderosa. (...) Uma teoria do negócio tem três partes. **Primeiro** existem as hipóteses a respeito do ambiente da organização: da sociedade e sua estrutura, **o mercado, o cliente** e a tecnologia. **Segundo** há hipóteses a respeito da **missão específica** da organização. Terceiro, existem hipóteses a respeito das **competências essenciais** necessárias à realização da missão da organização.[Sem grifos no original]

Para a instituição de ensino superior as hipóteses relativas ao ambiente, à missão específica e às competências essenciais, se constituem nas principais componentes do cenário, momento futuro a que se dispõem enfrentar. A teoria de negócios é o conhecimento que deverá ser produzido pela abstração da realidade organizacional (momento presente), para sua projeção, traslado, vetoração ao futuro. Elaborar uma teoria de negócios é operacionalizar a abstração e, como tal, elaborar a estratégia inerente à gestão.

Para Oliveira (2001, p.25), a estratégia pode ser conceituada:

Está relacionada à arte de utilizar adequadamente os recursos tecnológicos, físicos, financeiros, e humanos, tendo em vista a minimização dos problemas empresariais e a maximização do uso das oportunidades identificadas no ambiente da empresa.

Para Tachizawa e Andrade (2001, p. 41), mais direcionados às instituições de ensino superior, “a estratégia está relacionada ao êxito que o gestor tem em integrar o cliente e uni-lo aos interesses preestabelecidos no plano estratégico/projeto pedagógico da instituição de ensino.”

Segundo o NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (199-), a estratégia “expressa como uma organização utiliza seus pontos fortes e fracos (existentes e potenciais) para atingir seus objetivos, levando em conta as oportunidades e ameaças do ambiente externo.”

Para ROJO (2001), com crescimento do número de IES no Brasil, o mercado de ensino superior está permeando a competitividade e isto requer a necessidade de planejamento estratégico destas instituições.

MOREIRA (2002) mostra que “o objetivo estratégico é escrito de forma a envolver e comprometer todas as áreas da empresa, na busca dos resultados desejados.” Mesmo se referindo a empresa de nada difere para as IES privadas.

Portanto, enfocando-se a instituição privada de ensino superior, conceitua-se estratégia como um conjunto de ações elaboradas para atingir o que preconiza sua missão. Para tanto, será fundamentada com base na realidade e no entendimento de um cenário futuro.

2.2.1 O cenário para as instituições de ensino superior em Santa Catarina

O momento atual já foi explicitado quando da abordagem a expansão do ensino superior tanto no Brasil como no Estado de Santa Catarina. Direcionado ao futuro, estipula-se o período de 2001 a 2010 por se acreditar que 10 anos sejam suficientes para este tipo de projeção⁷. Com esta determinação, se projeta a demanda e a oferta de vagas.

A determinação das funções matemáticas ajustadas: demanda e oferta de vagas, para o estado de Santa Catarina, ajustadas, será apresentada no Capítulo 5 – Discussão. Por ora, estas expressões matemáticas serão utilizadas para a projeção destes supostos econômicos no período 2001/2010.

Seja a demanda ajustada $d_{(aj)}$ e a oferta ajustada $q_{(aj)}$.

Assim:

$$i) d_{(aj)} = e^{0,11t+11,04} , \quad (1)$$

$$ii) q_{(aj)} = e^{0,17t+9,61} , \quad (2)$$

Se em 2000, $t = 6$, e em 2010, $t = 16$,

Então, no período 2001-2010, t varia de 7 a 16 anos.

⁷ Mesmo período adotado pelo MEC no Programa de Qualificação e Modernização das Instituições de Ensino Superior, protocolo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

Substituindo-se os valores de t na função demanda ajustada encontram-se os quantitativos de demanda e oferta dispostos na Tabela a seguir.

Tabela 13: Projeção da Demanda e da Oferta por Vagas no Ensino Superior - Santa Catarina, 2000/2010

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
t	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
$d(a_j)$	137 279	153 562	171 777	192 153	214 946	240 443	268 963	300 867	336 555	376 477
$q(a_j)$	49 957	59 371	70 560	83 857	99 660	118 441	140 761	167 288	198 814	236 280

Fonte: INEP – Sinopse Estatística da Educação Superior 2000; o autor.

Notas: O ano de 2000 foi extraído de Sinopse da Educação Superior.

Projeção elaborada pelo autor.

O futuro está apontando para a seguinte expectativa de variação, em percentuais:

a) Na demanda: 174,24%;

b) Na oferta: 372,96%.

Portanto, se projeta para 2010 uma oferta de vagas na ordem de 63% da demanda por vagas iniciais nas IES. Em suma, a continuidade na expansão da quantidade de instituições de ensino superior (novas instituições), bem como o potencial para crescimento das IES, que hoje se encontram neste mercado, se torna evidente. Na visão de Porter (1985, p.21), a dinâmica deste mercado requererá da IES uma maior “busca de posição competitiva”. Implica um conhecimento mais significativo, mais acurado e a administração das variáveis ambientais para a obtenção dos resultados esperados pelas instituições. A demanda e a oferta já estão projetadas, mas existem outras variáveis ambientais, fatores que influenciam o comportamento das IES, a saber:

a) As variáveis relativas ao macroambiente;

b) As variáveis relativas ao microambiente.

As variáveis relativas ao macroambiente são aquelas que se originam da economia, da política governamental, do meio ambiente, da cultura social, dentre outras. Sobre estas variáveis as instituições quase não têm possibilidade de fazer qualquer inferência ou gerenciamento. Ao contrário, as variáveis microambientais estabelecem “uma via de mão dupla” com a organização, isto é, são gerenciáveis.

BAHIENSE, D. (2002) argumenta que as variáveis macroambientais do ensino superior estão latentes: a LDB propiciou a reformulação na estrutura acadêmica das IES. Criou a figura do centro universitário e a implantação do ensino seqüencial. A economia, com níveis significativos de desemprego provoca variação no aumento de demanda, fundamentada na qualificação profissional e na disputa de uma vaga no mercado de trabalho. Além disso, a expansão do ensino fundamental e do ensino médio também tem aspectos macroambientais, sociais uma vez que passa a estimular uma maior preocupação e ação da sociedade em orientar suas crianças e seus jovens para a formação profissional. As inovações tecnológicas requerem novos comportamentos das instituições frente ao mercado.

Conforme Tachizawa e Andrade (2001 p.47):

No *macroambiente* tem-se uma maior amplitude das forças societárias que afetam todos os agentes do meioambiente da organização em termos de condições ou forças, quais sejam: econômicas, demográficas, físicas/ecológicas, tecnológicas, político/legais, sócio culturais. Tais entidades externas operam em um grande macroambiente com forças e mega tendências que criam oportunidades e ameaçam a organização sendo consideradas *variáveis não-controláveis*, as quais a instituição deve monitorar e com as quais vai interagir.

Decorre, finalmente, a atenção que as instituições de ensino superior devem dispensar a estas variáveis para poder abstrair ou inferir as situações que podem se tornar significantes.

As variáveis microambientais do ensino superior interagem diretamente com a instituição. De acordo com Tachizawa e Andrade (2001 p.45):

O microambiente consiste nos agentes imediatos da organização que afetam sua capacidade de atender aos seus mercados. Ou seja, é o conjunto de agentes, entidades e relações que estão próximos, mas fora do âmbito interno da organização, cuja atuação influenciam o meioambiente, assim como, é fortemente influenciada por ele: os fornecedores de recursos (humanos, financeiros, materiais e tecnológicos); os intermediários de mercado; os clientes; os concorrentes; e o público em geral. (...) O microambiente constitui, em essência, o setor econômico ...

A demanda, a oferta, o número de IES, já vistos, além de outros supostos como custos, preço dos serviços educacionais, marca, e outros fatores que podem influenciar à tomada de decisão do cliente pela escolha de uma ou outra instituição, certamente, se constituem em variáveis que interferem no comportamento dos agentes microambientais.

Por fim, este composto de variáveis, algumas previamente já estudadas e outras por se conhecer, determinarão o cenário das instituições de ensino superior para período referenciado, para o qual se supõem a necessidade de elaborarem suas estratégias competitivas.

2.2.2 A estratégia competitiva na gestão das instituições de ensino superior no estado de Santa Catarina

Estratégias competitivas dizem respeito à instituição como um todo, as vantagens de que possam lhe agregar valor para a competição, sejam pelas características dos serviços educacionais que oferecem (diferenciação), sejam pelos baixos custos (liderança de custos).

Mesmo abordando o sistema americano de ensino superior, Kotler e Fox (1994, p.167), procuram esclarecer a pouca importância que os educadores dispensavam a questão da competição.

Virtualmente, todas instituições educacionais enfrentam concorrência, não obstante, há décadas, poucos administradores falam abertamente sobre isso. Geralmente, os educadores acreditam que a maioria das escolas, faculdades e universidades eram conceituadas e tinham algo a oferecer. Preferiam focar sobre si próprias e acreditavam que não competiam por alunos, professores e doadores. Concorrência soava como um assunto para negócios, não para educação. Os administradores estão agora conscientes que mesmo escolas poderosas não podem se dar ao luxo de ignorar a concorrência.

Não se pode chegar à outra conclusão. Mesmo ainda diante de um mercado extremamente comprador (demanda muito maior que a oferta), como já foi aqui mostrado, o que se tem em relação ao sistema privado de ensino superior é um negócio. Certamente possui características específicas, como também possui todo e qualquer negócio, correndo riscos e incertezas em relação à remuneração do capital investido e ao próprio sucesso frente as suas expectativas.

Mesmo diante de uma demanda sem precedentes, enorme e pouco atendida, gerando por sua vez uma demanda reprimida de grande magnitude, não se pode continuar pensando apenas no hoje, no curto prazo e achar que o mercado consumidor irá continuar sempre assim, muito maior que a oferta de vagas. Isto não é verdade. O governo através do MEC está dando provas disto, e dentro em breve se espera que a situação mercadológica esteja propensa ao equilíbrio, situação já evidenciada.

Castro (1999, s/p) dissertando sobre as conseqüências da expansão, se refere ao sistema americano de ensino superior e argumenta:

Em outras palavras, as IES cresceram ao mesmo tempo em que diversificaram seus alunados e desenvolveram sua qualidade, tornando o SES americano o melhor sucedido do mundo. Uma das explicações é que as IES nunca se fecharam em torres de marfim, sempre se mantiveram abertas e permeáveis às questões desde as de política internacional às de vizinhança local; desde cedo, profissionalizaram a gestão institucional e se auto-regularam em termos de controle de qualidade, antecipando-se e até contendo intrusões governamentais. A reflexão que este exemplo suscita é a de que há expansões movidas por pressões externas e há expansões resultantes de dinamismo interno da IES. As primeiras tendem a deprimir a qualidade, enquanto que as outras são processos de ganhos de qualidade. Na verdade, é preciso amadurecer ou pelo menos calibrar melhor o argumento, Porque análises recentes do SES norte-americano têm apontado a presença de outra razão para a sua expansão contínua: **a incapacidade da IES de resolverem seus problemas sem aumentar seus custos – tipicamente**, alocam uma equipe para estudar e resolver o problema e algum recurso financeiro para que possam cumprir a tarefa. **O desafio hoje é decidir critérios para se fazer escolhas de modo a que os problemas sejam bem resolvidos dentro dos orçamentos.** [Sem grifos no original].

Este é o desafio enfrentado por qualquer negócio e, no ensino superior, também não será diferente: ter qualidade e não aumentar custos. Ao contrário, quando o foco é a prestação de serviços educacionais, em função da alta quantidade de consumidores, preferencialmente os custos devem se reduzir ao máximo possibilitando que o preço destes serviços seja mais acessível ao consumidor. Não se poderia pensar diferente neste tipo de ambiente competitivo.

No estado de Santa Catarina se supõem que, dentre os vários fatores que podem delinear um posicionamento estratégico: preço, marca, qualidade, apenas para citar alguns, as instituições de ensino superior vão se defrontar, principalmente, com a forma de organização acadêmica que estão estruturadas e os custos inerentes e esta estruturação. Como se verifica, há uma acentuada expansão da quantidade de instituições universitárias, mas, muito maior ainda, é a expansão da quantidade de IES não-universitárias. É flagrante o surgimento de 17 novas instituições organizadas de forma não-universitária, mais que dobrando a quantidade existente.

Tabela 14: Variação da Quantidade de IES Universitárias e Não-universitárias – Santa Catarina, 1995/2000

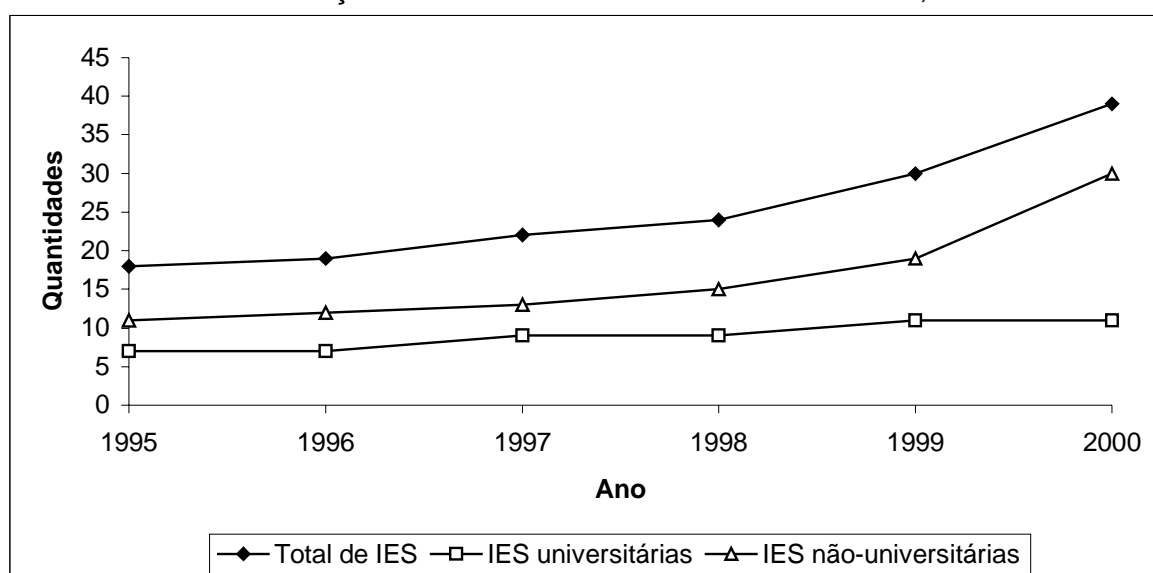
Ano	1995	2000	Variação Percentual
IES universitárias	7	11	57,14%
IES não-universitárias	13	30	130,77%

Fonte: INEP – Sinopse Estatística da Educação Superior 1995 - 2000.

Nota: Percentual elaborado pelo autor.

Analogamente ao comportamento da demanda e da oferta, se verifica que a quantidade de instituições também cresce de forma hiperbólica. A quantidade de instituições universitárias está se mantendo constante em 1999 e 2000. Contudo, a quantidade de IES não-universitárias continua em acelerado crescimento, distanciando-se bastante das IES universitárias.

Gráfico 9: Evolução da Quantidade de IES - Santa Catarina, 1995/2000



Fonte: INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995 - 2000.

Nota: elaborado pelo autor com base na Tabela 14.

Entretanto, resta verificar a existência de relação entre a forma de organização acadêmica e os custos inerentes a estas estruturas e, relativo à análise competitiva, quais as vantagens que poderão advir desta relação.

2.2.3 A organização acadêmica das instituições de ensino superior

O Art. 45 da LDB define: “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. O Decreto Nº 3.860, de 9 de Julho de 2001, estabelece:

Art. 7º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I – universidades;

II – centros universitários; e

III – faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

2.2.3.1 As universidades

As universidades caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão⁸, atendendo ainda, ao disposto no art. 52 da LDB (1996), que define:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos **quadros profissionais de nível superior**, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – **produção intelectual institucionalizada** mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de **mestrado ou doutorado**;

III – um terço do corpo docente em **regime de tempo integral**. [Sem grifo no original].

⁸ Conforme disposto no art. 207 da Constituição Federal.

2.2.3.2 Os centros universitários

O Artigo 11 do Decreto N° 3860 define:

Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

§ 1º Fica estendida aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes.

§ 2º Os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o § 1º, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do § 2º do art. 54 da Lei no. 9.394/1996:

2.2.4 As faculdades integradas, as faculdades, os institutos e as escolas superiores.

- a) Faculdades Integradas: o mesmo Decreto também estabelece em seu Art. 12. “Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado.”
- b) Faculdades ou Institutos Superiores: **“As Faculdades, Escolas e Institutos Superiores**, também ditos estabelecimentos isolados, são instituições de educação superior que ministram um ou mais cursos da educação superior”.

Caracterizadas as organizações acadêmicas, quais as diferenças significativas entre elas?

O Art. 43 da LDB estabelece que a educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, e profissional, possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição.

Combinando os Artigos 43 e 52 da LDB com o Decreto 3.860, resulta que as formas de organização acadêmica que possibilitam a educação superior, na forma dos objetivos enunciados no texto legal, são as universidades e os centros universitários.

A universidades, ao que se apresenta, integralmente, enquanto que os centros universitários muito próximos a isto, haja vista que a finalidade destes diferem das universidades apenas na amplitude das atividades.

Entretanto, o mesmo não acontece com as faculdades integradas, as faculdades, os institutos e as escolas superiores. Sem dúvida, a finalidade destas instituições está muito aquém de possibilitar plenamente a educação superior, na forma dos incisos já citados. Estas instituições estão comprometidas apenas com ensino superior, com a formação para o mercado de trabalho.

A despeito disto, o Parecer nº 556/98 da Câmara de Educação Superior (CES), é esclarecedor:

Dos demais estabelecimentos [refere-se às faculdades integradas e aos outros estabelecimentos isolados de ensino superior], **orientados basicamente para o ensino e para formação de profissionais para o mercado de trabalho**, não exigirão produção científica, existência de cursos de pós-graduação, nem percentuais mínimos de titulação acadêmica do corpo docente. A presença de atividades prática e estágios, de professores com experiência profissional, entretanto, deverão constar da avaliação, assim como as condições de infra-estrutura e de regime de trabalho do corpo docente. [Sem grifo no original].

Então, estas instituições se organizam para a promoção de atividades diferentes. As universitárias, além do ensino voltado à formação profissional, objetivam a produção

do conhecimento e sua disseminação. As não-universitárias voltam-se, exclusivamente, à formação profissional.

Relacionada a **forma** de organização acadêmica à **finalidade** das instituições, tanto as universidades quanto os centros universitários gozam de **autonomia** para proceder ao desenvolvimento de suas atividades, na forma do Art. 53 da LDB e do Artigo 11, § 1º e § 2º do Decreto N° 3860.

Esta autonomia, entre outras atribuições, possibilita criar seus cursos de graduação, organizar, fixar os currículos, fixar o número de vagas, extinguir, conferir graus diplomas e outros títulos. Já para as faculdades integradas, para as faculdades, para os institutos e para as escolas superiores, não é conferida tal autonomia, principalmente concernente à criação de cursos e alteração no número de vagas.

Não há dúvida que, academicamente, a grande diferença entre as organizações universitária e as não-universitárias é a **autonomia** atribuída às universitárias. Contudo, também fica clara a diferença de finalidade: as instituições não-universitárias objetivam apenas o **ensino superior**, enquanto às universitárias, além disto, voltam-se à **investigação** e a conseqüente **produção do conhecimento**.

2.2.5 As universidades e a vantagem competitiva

A vantagem competitiva compara-se a uma força propulsora, gerada por uma inteligência tática, uma estratégia, capaz de circunstanciar o ambiente de negócios, induzir o mercado a dar preferência à compra dos produtos ou serviços de uma determinada empresa ou instituição.

Isto implica, evidentemente, uma posição destacada em relação à concorrência. Porter (1986, p. 15) afirma:

O desenvolvimento de uma estratégia competitiva é, em essência, o desenvolvimento de uma fórmula ampla para o modo que uma empresa irá competir, quais deveriam ser as suas metas, e quais as políticas necessárias para levar-se a cabo estas metas.

Como notório se apresenta, a referida autonomia pode fazer com que as instituições universitárias determinem, em vários aspectos, as regras competitivas do mercado de ensino superior. Não obstante as outras características desta autonomia, o

poder de criar e organizar cursos e implantá-los, sem prévia autorização do MEC, colocam as universidades, bem como, os centros universitários, à frente das instituições não-universitárias concorrentes no mercado de ensino superior. Este é um dos principais aspectos das regras de competitividade deste mercado, senão, o principal.

De fato, identificados os fatores atraentes à oferta de novos cursos, a tomada de decisão e a conseqüente operacionalização podem ser imediatas. Os cursos novos são lançados no mercado num período de tempo muito menor que as instituições não-universitárias. Por sua vez, destas, além do rigor exigido na elaboração dos projetos, ainda estão sujeitas a toda sorte de burocracia do MEC.

As instituições universitárias, diante desta prerrogativa, já estariam em vantagem. São claros os fatores significativos para o sucesso comercial das universidades: podem rapidamente aumentar sua participação no mercado lançando novos cursos de graduação, da mesma forma reorganizar seus programas e ofertá-los com maior qualidade em relação aos programas dos concorrentes, passa a conhecer melhor e com mais profundidade os desejos e as necessidades de seus consumidores, dentre outros. Têm muito mais potencial para inovar, empreender, garantir da sua continuidade, fixar ou institucionalizar sua marca e, sem dúvida, formular as estratégias de seus negócios.

Mais do que isto podem atender, facilmente, ao que dispõem Kotler e Fox (1994 p. 27): "... a principal tarefa da instituição é determinar as necessidades e os desejos de mercados-alvo e satisfazê-los ...".

A **autonomia** universitária, portanto, possibilita uma **vantagem competitiva** das instituições universitárias sobre as demais instituições de ensino superior. Entretanto, se por um lado se verificam algumas instituições de ensino superior no Estado de Santa Catarina se organizando academicamente na forma universitária, e o entendimento desta reorganização é o ganho de autonomia, por que então, de forma intensa também, se verifica o surgimento de inúmeras outras instituições de ensino, não-universitárias?

Souza (1998, p.01), dissertando sobre o entendimento do ensino superior diz:

... As Universidades constituem-se em uma parte do sistema, mas que, por sua própria natureza, **não pode e não deve responder a todas as demandas da sociedade** em matéria de ensino pós-secundário. ... A primeira providência deste governo foi à aprovação de uma nova lei que criou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases do credenciamento de novas instituições, **buscando a expansão com qualidade para fazer frente à nova demanda** por ensino superior. O novo sistema está baseado na flexibilidade, na **competitividade** e

avaliação. ... a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação promoveu-se à diversificação do sistema, criando as novas figuras jurídicas dos Centros Universitários e das Faculdades Integradas, para **possibilitar a expansão do sistema** com mais liberdade na criação de novos cursos para instituições não-universitárias que se destaquem pela qualidade de ensino. [Sem grifos no original].

Claramente já se nota na argumentação do Ministro da Educação, a estratégia para a expansão da oferta de ensino superior no país: a abertura do mercado, a competitividade. Este parece ser o momento que dá início ao processo de desintegração de um sistema que, até então, aparentava ser isolado e protegido. Isto significa que estas instituições, desde que com a qualidade exigida por padrões previamente definidos, poderão buscar seus mercados e competir igualmente entre si na oferta de ensino superior.

Refletindo-se sobre este contexto: universitário *versus* não-universitário, por um lado, se verifica a autonomia universitária como Fonte geradora de vantagens, contudo as exigências feitas à estrutura destas organizações, também são diferenciadas o que podem implicar a determinação de custos operacionais elevados.

Neste caso, as instituições não-universitárias, com menores custos operacionais, fundamentadas na premissa que uma pessoa deve ter interesse, renda e acesso ao que se oferta, podem buscar a vantagem competitiva ofertando a este mercado seus cursos a um preço mais atraente e com a qualidade respaldada pelos indicadores do próprio MEC.

Este pensamento é corroborado pelo estudo de Schwartzman (1999, p.112) que em sua pesquisa, apresentada na 63ª Reunião Plenária do Clube de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), mostra claramente a dependência financeira da universidade em relação ao ensino de graduação.

Quando se analisam as principais Fontes de financiamento das Universidades privadas brasileiras nota-se que **elas dependem predominantemente das mensalidades de graduação – cerca de 95%** em todas as universidades particulares pesquisadas. No caso das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) pesquisadas o percentual é menor. **As mensalidades de graduação são responsáveis por cerca de 80% do financiamento.** (...) O próximo item de maior peso das universidades privadas são as **mensalidades de pós-graduação “lato sensu” (...) a sua contribuição para o financiamento varia de 1% a 6%.** (...) No que se refere à transferência de recursos orçamentários da União, dos Estados ou Municípios no financiamento das Universidades particulares, ela foi nula para todas as Instituições pesquisadas. [Sem grifo no original].

Então, é fato que os custos operacionais concernentes à produção de conhecimentos nas universidades estão sendo absorvidos pelo custo do ensino de graduação. Ao que se vê, as universidades, basicamente, estão levando ao mercado apenas o ensino de graduação com a finalidade de formação profissional de nível superior.

Assim, articular ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável e alocar todos os seus custos: com produção intelectual, capacitação docente, número elevado de professores em horário integral, no custo do ensino de graduação, realmente pode ser a razão pela qual as **instituições não-universitárias**, inclusive os centros universitários, passam a encontrar uma forte **vantagem para concorrer**, para competir neste mercado: **custos operacionais baixos** frente à expectativa de resultados financeiros significativos.

Esta situação de ambiente competitivo para as instituições de ensino superior está, mais uma vez, muito bem contextualizada nas palavras de Tachizawa e Andrade (2001 p. 22).

As barreiras que separavam setores econômicos e ramos de negócio do mercado e conseqüentemente, as organizações que operavam dentro de tais setores estão caindo rapidamente. A competição pode surgir inesperadamente de qualquer lugar. Isto significa que as organizações, entre elas as instituições de ensino superior – IESs, não podem mais se sentir excessivamente **confiantes com as fatias de mercado e as posições competitivas conquistadas**. [Sem grifos no original].

Esta é a realidade das instituições de ensino superior no estado de Santa Catarina. As que se transformaram em universitárias buscam, agora com maiores prerrogativas, a expansão de seus mercados com a oferta de inúmeros novos cursos e, em conseqüência, o ganho de novas posições competitivas. Em contra partida, se entende que as instituições não-universitárias parecem buscar o atendimento da demanda que não consegue ter acesso às instituições universitárias. Seja por insuficiência nas vagas oferecidas ao mercado, seja por preços ou mensalidades acima de seu poder aquisitivo, seja pela localização geográfica mais centralizada.

Deste contexto, supõe-se que a demanda que não conseguiu acesso as IES de Santa Catarina, demanda reprimida, somada ao aumento da demanda dos egressos do ensino médio, implícitas nas palavras de SOUZA (1998), assim como a expansão do sistema via competitividade, incentivou as IES do Estado de Santa Catarina a se transformarem em universidades, pois obtida a autonomia, iriam desfrutar de maiores

vantagens para ganho de posições competitivas. Confiantes em suas fatias de mercado foram absorvendo os custos da mudança de organização acadêmica e, gradativamente, repassando-os às mensalidades do ensino de graduação: o que se conclui das palavras de TACHIZAWA e ANDRADE (2001) e de SCHWARTZMAN (1999).

Com isto o ambiente fica propício para entrantes (novas IES) com organização acadêmica não-universitária, uma vez que não comprometidos com a produção de conhecimentos ou produção institucionalizada, conseguirão, a princípio, uma estrutura de custos mais atraente.

2.3 O Mercado Regional de Ensino Superior em Santa Catarina

Em essência, se constata que a expansão no ensino superior no estado de Santa Catarina está se dando de forma mais acentuada ou acelerada do que a expansão do ensino superior no Brasil. O estado apresenta os seguintes indicadores globais e de cunho estratégico:

a) Em 2000

- Demanda = 124.583
- Oferta = 45.416

b) Projeção para o ano de 2010

- Demanda = 376.477
- Oferta = 236.280

c) Ano estimado para equilíbrio de mercado = 2018

d) As taxas estimadas de crescimento da demanda e da oferta no período 2000 – 2010, são 11,86% e 18,84% respectivamente, conforme evidencia o cálculo abaixo.

Seja o modelo matemático para a demanda:

$$df = dp(1+i)^t, \quad (3)$$

na qual :

df - demanda futura projetada pela função demanda ajustada;

dp - demanda presente projetada pela função demanda ajustada;

i - taxa de crescimento em percentual;

t - tempo.

Se,

$$df = 376.477$$

$$dp = 122.722$$

$$t = 10$$

então,

$$376.477 = 122.722 (1+i)^{10}$$

$$(1+i)^{10} = \frac{376.477}{122.722}$$

$$(1+i) = \left(\frac{376.477}{122.722} \right)^{\frac{1}{10}}$$

$$(1+i) = 1,1186$$

$$i = 1,1186 - 1$$

$$i = 0,1186$$

$$i = 11,86\%$$

Para a oferta o cálculo é análogo

$$q_f = q_p (1+i)^t,$$

na qual :

q_f - oferta futura projetada pela função demanda ajustada;

q_p - oferta presente projetada pela função demanda ajustada;

i - taxa de crescimento em percentual;

t - tempo.

Se,

$$q_f = 236.280$$

$$q_p = 42.035$$

$$t = 10$$

então,

$$236.280 = 42.035 (1+i)^{10}$$

$$(1+i)^{10} = \frac{236280}{42035}$$

$$(1+i) = \left(\frac{236.280}{42.035} \right)^{\frac{1}{10}}$$

$$(1+i) = 1,1884$$

$$i = 1,1884 - 1$$

$$i = 0,1884$$

$$i = 18,84\%$$

Ao que se verifica, a variação da oferta é maior do que a variação da demanda. A consequência é a convergência para o equilíbrio de mercado.

2.3.1 Algumas características ambientais

O contexto educacional catarinense está intrinsecamente ligado ao contexto brasileiro. Assim, as características ambientais, julgadas como mais importantes também se refletem neste estado. A saber:

- a) Macroambiente: o governo brasileiro está incentivando a expansão do ensino superior, inclusive com programas de financiamento para modernização e ampliação das IES.
- b) Microambiente: em relação ao período 1995/2000, a quantidade de IES universitárias cresceu em 57,14%, enquanto que a quantidade de IES não-universitárias cresceu em 130,17%. Da categoria das IES privadas, a quantidade das IES particulares cresceu em 54,5% contra 45,5% das filantrópicas. A forma de organização acadêmica não-universitária aparenta estar catalizando a expansão das instituições de ensino, provavelmente, por custos baixos em relação à organização acadêmica universitária.

Para uma análise mais aprofundada do mercado no estado de Santa Catarina, precisa-se conhecer ainda os seguintes quesitos:

- a) A identificação das instituições que operam neste mercado;
- b) A segmentação geográfica ou regional deste mercado;
- c) A análise do consumidor.

2.3.1.1 A identificação e a localização das instituições de ensino superior

As IES públicas e gratuitas: UFSC e UDESC, localizam-se em Florianópolis, tendo a Universidade do Estado ainda campus em Lages, Joinville e São Bento do Sul.

As demais IES se localizam conforme descrito nos quadros abaixo:

Quadro 1: A Identificação e a Localização das Universidades por Municípios Onde se Instalam

continua

Universidade	Municípios de Santa Catarina
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)	Joinville – sede, São Bento do Sul, São Francisco do Sul.
Universidade do Contestado (UNC)	Caçador – sede, Canoinhas, Concórdia, Curitiba, Fraiburgo, Itaiópolis, Mafra, Monte Carlo, Porto União, Rio Negrinho, Santa Cecília, Seara.
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	Criciúma – sede, Orleans, Turvo, Urussanga.
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Chapecó – sede, Arroio Trinta, Campos Novos, Capinzal, Fraiburgo, Joaçaba, Maravilha, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Videira, Xanxerê, Xaxim.
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	Lages – sede, Campo Belo do Sul, São Joaquim, Urubici.
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	Tubarão – sede, Araranguá, Armazém, Braço do Norte, Florianópolis, Garaopaba, Grão Pará, Içara, Imbituba, Laguna, Palhoça, Ponte do Imaruim.
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	Itajaí – sede, Angelina, Balneário Camburiú, Biguaçu, Bombinhas, Gov. Celso Ramos, Ilhota, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Piçarras, Santo Antônio da Imperatriz, São João Batista, São José, Tijucas.
Universidade do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)	Rio do Sul – sede, Apiuna, Itoporanga, Presidente Getúlio, Taió.
Universidade de Blumenau (FURB)	Blumenau – sede, Gaspar, Ibirama, Pomerode, Timbó.

Fonte: Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) - Disponível em <http://www.acao.org.br/>

Quadro 2: A Identificação e a Localização do Centro Universitário e das Faculdades Integradas por Municípios Onde se Instalaram

Instituição	Municípios de Santa Catarina
Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ)	Jaraguá do Sul – sede, Barra Velha, Massaranduba.
Faculdades Integradas do Vale do Itajaí	Indaial
Centro de Educação Superior de Brusque (CESBE/FEBE)	Brusque

Fonte: INEP – Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

Nota: As instituições enumeradas totalizam 47, o que difere da publicação do INEP em Sinopse Estatística 2000, provavelmente dado à diferença de datas. A relação das IES se encontra disponível no Anexo A.

Quadro 3: A Identificação e a Localização dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior por Municípios Onde se Instalaram

Instituição	Municípios de Santa Catarina
Centro de Educação Superior de Blumenau (CESBLU); Instituto Blumenauense de Ensino Superior	Blumenau.
Faculdade Exponencial	Chapecó
Faculdade de Ciências Econômicas da Região Carbonífera; Escola Superior de Criciúma	Criciúma.
Escola Superior de Hotelaria; Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Florianópolis Centro de Educação Superior; Faculdade de Administração de Florianópolis; Faculdade Decisão; Faculdade Energia de Administração e Negócios; Centro de Tecnologia em Automação de Informática (CTAI); Faculdade Barddal; Faculdade Barddal de Ciências Contábeis; Faculdade Barddal de Artes Aplicadas; Faculdade Barddal de Letras Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas;	Florianópolis
Instituto Fayal de Ensino Superior	Itajaí
Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN); Instituto Superior de Tecnologia (IST); Faculdade de Ciências e Tecnologia de Joinville; Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina (IELUSC); Faculdade de Desenho Industrial de Joinville; Faculdade de Direito de Joinville; Faculdade de Ciências da Saúde de Joinville; Faculdade de Processamento de Dados de Joinville; Faculdade de Psicologia de Joinville	Joinville
Faculdade de Ciência de Administração; Faculdade de Ciência da Computação; Faculdade de Comunicação Social; Faculdade de Ciências da Educação de Lages	Lages
Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis; Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina.	São José

Fonte: INEP – Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais

Nota: Disponível no Anexo A.

Evidentemente, em relação ao mercado regional, quaisquer que sejam as instituições de ensino superior, principalmente as universidades, têm mercado não só nos municípios a onde estão instaladas, mas também em diversos outros municípios do estado e até mesmo, conforme o curso, em outras regiões do país. Contudo, admite-se que a maior concentração de candidatos a uma vaga, excetuando-se as universidades públicas, se dá em virtude da localização das instituições.

Neste sentido, na tentativa de se conhecer o potencial do mercado em Santa Catarina, utilizam-se as mesmas regiões já estabelecidas pela Secretaria Estadual da Educação do Estado de Santa Catarina – Coordenadoria Regional de Ensino (CRE), em número de 26. Isto porque estas regiões já contemplam as características geográficas significativas, tais como, relevo, acesso aos municípios e, principalmente, a concentração dos concluintes do ensino médio nas regiões, que acaba por se constituir na principal faixa de demanda.

2.3.1.2 O consumidor

Kotler e Fox (1994), analisando o conhecimento dos consumidores e as decisões que afetam o processo de compra e, em consequência, a instituição de ensino, definem 5 estágios deste processo:

- a) a provocação das necessidades;
- b) a reunião de informações;
- c) a avaliação da decisão;
- d) a execução da decisão;
- e) a avaliação pós-decisão.

Primeiramente é necessário definir que o termo “consumidor”, neste estudo, significa **a pessoa que quer ter acesso ao ensino superior ou dele já faz uso na condição de aluno, acadêmico, universitário**. Em seguida, há que se observar que os

autores estão abordando o contexto educacional americano – Estados Unidos da América.

No caso brasileiro, haja vista a demanda muito maior que a oferta de vagas no ensino superior, acredita-se que o consumidor em linhas gerais, ainda não chegou ao requinte de coletar informações sobre várias instituições de ensino superior, para depois, avaliar tais informações e decidir pela candidatura a matrícula naquela instituição. Outrossim, nada haverá para ser posteriormente avaliado.

Todavia, a provocação das necessidades, no sentido de se saber qual a preferência do consumidor por um ou outro curso, de modo geral, é feito pelas instituições que participam do mercado, principalmente, quando pretende lançar um novo curso superior, particularmente o de graduação. O que se pode acentuar é a excessiva demanda pelo ensino superior, cuja grande necessidade refletida no mercado é a formação profissional.

Os jovens entre 18 e 24 anos, para citar apenas a principal faixa etária, estão diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Estão imersos em uma economia globalizada, na qual as vantagens competitivas advêm tanto do desenvolvimento científico e tecnológico quanto da capacidade de manipulação dos dados e das informações existentes, da inovação e da criação. Enfim, da necessidade de absorção do conhecimento existente, bem como, da produção de novos conhecimentos. E esta é uma preocupação latente, se não de forma direta ainda nestes jovens, mas com toda certeza, presente em seus pais, avós, demais familiares e outras pessoas que circunscrevem seu ambiente.

Evidentemente existem outras variáveis quanto às necessidades, tais como, a tradição familiar e o aperfeiçoamento profissional, entretanto em termos de volume, menos significantes que àquelas relativas ao momento econômico que vive e que se prospecta para o futuro. Atualmente, se comparada às necessidades de Maslow⁹, estas variáveis relativas ao conhecimento, situam-se no composto das necessidades fisiológicas, de segurança e sociais.

A maior evidência destas necessidades é a relação entre a demanda de 124.583 candidatos e o ingresso de apenas 39.636 deles no ensino superior catarinense, numa

⁹ Da conhecida hierarquia das necessidades de Abraham Maslow.

relação de 31.81 % ou 3,1 candidatos por ingressante no ensino superior no estado¹⁰. Ao que se apresenta, o consumidor está preocupado em conseguir “uma” vaga numa “instituição”, preferencialmente no curso desejado. Caso não seja possível, poderá até mesmo, ser num outro curso que seja possível à classificação e a referida matrícula.

Nas palavras de CASTRO (1999, s/p), ao analisar o mercado e a educação superior, encontra-se uma valiosa contribuição para esta visão:

... O investimento em educação traz o risco de se comprar ‘gato por lebre’, porque há uma forte assimetria de informação entre o prestador do serviço e o consumidor. O aluno conhece muito menos o curso do que o dono da escola ou o coordenador acadêmico. (...) Para que o mercado produza o efeito positivo de competição entre escolas e cursos pela qualidade e prestígio associado a ela, é essencial que ele funcione a céu aberto, i.é, com a máxima transparência do que escolas e cursos, o sistema como um todo, está oferecendo. (...) Só assim o comportamento da demanda exercerá seu papel de provocar a competição entre as escolas pela oferta do melhor produto e, só assim as instituições serão estimuladas, ou mesmo compelidas, a mostrarem seus diferenciais e a se realinharem à luz do que seus concorrentes estão oferecendo.

Enfim, a situação ainda está longe do alcance do consumidor. Longe de seus simples gostos ou preferências, que dirá por uma ou outra instituição. Mais se apresenta como uma situação de “guerra”, pela conquista de uma vaga, como se fosse um lugar ao sol, provocada pela, ainda, inexpressiva oferta de vagas.

Em linhas gerais, no estado de Santa Catarina, se esta diante de:

- a) Um mercado que, em 2000, já **não atendeu** a 63%, aproximadamente, de sua a demanda;
- b) Tem um consumidor, a princípio, ávido por uma vaga no ensino superior.

Então, verifica-se que este mercado constitui-se num campo fértil para o surgimento de novas instituições de ensino superior (novos investidores) e para a ampliação e o conseqüente crescimento das instituições existentes. A nova oferta de cursos e vagas neste mercado poderá implicar um acirramento nas posições competitivas, principalmente devido à localização e a área de atuação das IES.

¹⁰ Conforme dados já mostrados anteriormente.

Para esta verificação, a demanda total foi quantificada por região da CRE. Seu cálculo fundamentou-se no número de candidatos inscritos nos vestibulares das unidades (*campus*, *campi* ou cursos fora da sede) das IES que estão estabelecidas nos municípios circunscritos pelas referidas regiões.

A demanda atendida equivale à mesma quantificação da oferta definida, pois esta é a quantidade de vagas que as instituições de ensino colocam à disposição para atender à demanda. A demanda reprimida, calculada como a diferença entre a demanda total e a demanda atendida, se constitui do potencial de mercado que, juntamente com os concluintes do ensino médio, irão compor, significativamente, a demanda pelo próximo vestibular ou por outra forma de oferta de vagas pelo ensino superior.

2.4 Os Custos das IES em Santa Catarina

O estado apresenta uma singularidade em relação às instituições de ensino superior: todas as instituições universitárias são públicas. Entretanto, são gratuitas apenas a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina. Das onze universidades nove foram instituídas como fundação pública municipal, de direito público ou de direito privado, porém todas cobram por seus serviços educacionais na forma do artigo 242 da Constituição Federal de 1988.

A natureza jurídica destas fundações lhes atribui uma vantagem nos custos. As de direito público estão imunes à carga tributária, as de direito privado estão isenta da carga tributária, pois se enquadram como filantrópicas. Em ambos os casos, vários tributos ou impostos relativos ao empregador, dentre eles: a cota patronal do INSS e o imposto de renda sobre resultado financeiro, apenas para exemplificar, não compõem a estrutura de custos. Além disso, o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, estabelece, no Art. 2º, inciso VI, que as entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, sem finalidade lucrativa, deverão comprovar, sempre que solicitadas:

- a) a destinação, para as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluídos os encargos e benefícios sociais, de pelo menos 60% da receita das mensalidades escolares proveniente da instituição de ensino superior mantida, deduzidas as reduções, os descontos ou bolsas de estudo concedidas e excetuando-se, ainda, os gastos com pessoal, encargos e benefícios sociais dos hospitais universitários. Parágrafo único. A comprovação do disposto neste artigo é indispensável, para fins de credenciamento e credenciamento da instituição de ensino superior.

Das demais instituições de ensino superior do estado, não-universitárias, em número de trinta o INEP (2001) mostra dezessete particulares, instituições que, a princípio, não têm “privilégios” tributários. Contudo, esta característica tributária não parece afetar a expansão desta IES particulares, uma vez que segundo o INEP (1995) eram em número de onze. Caracterizou-se no período 1995 – 2000, um crescimento de 54,5%. Naturalmente, a questão tributária não está impedindo a expansão deste tipo de instituição de ensino.

Descartada a questão tributária, o ambiente para o surgimento de novas IES não-universitárias parece estar, realmente, mais propício a esta forma de organização acadêmica. Primeiro, porque todas as instituições universitárias privadas do estado estão enquadradas no Decreto nº 2.306, tendo que manter a relação de 60% entre as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluídos os encargos e benefícios sociais, e a receita das mensalidades escolares. Depois porque, também em relação ao custo com pessoal docente e técnico-administrativo, deve haver uma diferença significativa entre estas formas de organização acadêmica.

Não obstante ao limite mínimo estabelecido para o custo com o pessoal, se observa do texto legal, a exigência de um número maior de docentes nas estruturas universitárias com a obrigatoriedade de: a) produção intelectual institucionalizada; b) um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; c) um terço do corpo docente em regime de tempo integral; d) pela excelência do ensino oferecido; e) pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas. Ao corpo técnico-administrativo não se faz estas exigências específicas.

Necessário se faz esclarecer, que a distinção entre custos e despesas, às vezes, é complexa. Para Neves e Viceconti (2000, p. 12), o custo é um “gasto relativo à bem ou serviço **utilizado na produção de outros bens e serviços**; são todos os gastos relativos à atividade de **produção**.” Despesa é um “gasto com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidos com a finalidade de obtenção de receitas.” Para COGAN (1999, p. 19) “os custos são relativos aos gastos na produção e as despesas são gastos referentes às etapas pós-fábrica: dispêndios de vendas, gerais e administrativos.”

Para evitar turbulências conceituais, fora do escopo deste estudo, entende-se **o custo, para as instituições de ensino superior**, especificamente, como os **gastos com**

mão-de-obra do pessoal. Por despesas, num sentido amplo, entende-se os demais gastos realizados para a elaboração dos serviços educacionais.

Como sinaliza o próprio Decreto 2306, nas instituições prestadoras de serviços educacionais, o principal elemento de custo converge para a apropriação dos serviços relativos ao ensino, a pesquisa e a extensão: **pessoal docente**. De forma geral, este custo pode ser alocado ou apropriado diretamente aos serviços prestados. Por isto, é denominado **custo direto**. Ao contrário, os custos com o pessoal técnico-administrativo, geralmente, depende de cálculos para ser apurado. Resulta uma forma indireta de alocá-lo aos serviços prestados. Por isto, é denominado **custo indireto**.

Em síntese, a forma de organização acadêmica e a atribuição específica de seus custos, podem se constituir, portanto, de um elemento direcionador importante para a elaboração da sua estratégia competitiva diante do cenário futuro caracterizado. A questão é como a mudança na forma de organização acadêmica deve refletir nos custos das IES. Isto requer um conhecimento mais acurado dos custos diretos e dos custos indiretos das IES e dos custos operacionais unitários.

Em outras palavras, conhecer: a) na universidade - os custos com a produção intelectual institucionalizada, com um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e com um terço do corpo docente em regime de tempo integral; b) no centro universitário, o custo com a excelência do ensino oferecido; c) nas faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores, o custo com regime de trabalho do corpo docente; todos custos diretos que, acrescidos dos custos indiretos, podem se constituir de uma delineação estratégica importante. Seja na liderança de custos e na oferta de menores preços, seja na diferenciação do ensino respaldado no tipo de organização acadêmica, seja por outros supostos como localização geográfica e marca, por exemplo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos. Apresenta as técnicas de pesquisa utilizadas para a abordagem das questões de investigação, bem como descreve os modelos matemáticos utilizados e relata os procedimentos de coleta, apresentação e análise dos dados.

3.1 Apresentação das Técnicas de Pesquisa

Nesta tese, quanto à abordagem do problema, utilizou-se à pesquisa descritiva, precedida de pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória. Para a operacionalização destas técnicas de pesquisa foi necessário o estabelecimento da população e da amostra estatística.

3.1.1 População e amostra

- a) População¹¹: 41 IES do estado de Santa Catarina no ano 2000;
- b) Amostra: Para os procedimentos exploratórios relativos ao estudo de mercado a amostra é igual à população, ou seja, 41 IES. Para os procedimentos descritivos, relativos aos custos, a amostra se compõe de 8 instituições;
- c) Estratos da amostra: 4 instituições universitárias e 4 instituições não-universitárias.

¹¹ O INEP publicou em 2001 a Sinopse Estatística da Educação Superior 2000, na qual apresenta 41 IES para o estado.

3.1.2 Técnica de amostragem

A técnica de amostragem utilizada foi à aleatória ou probabilística, casual estratificada, que na afirmação de Menezes e Silva (2001, p.32) “cada estrato, definido previamente, estará representado na amostra.”

A partir desta técnica, realizou-se o seguinte procedimento:

- a) Foram numeradas 11 IES universitárias e procedeu-se ao sorteio do estrato;
- b) Foram numeradas 30 IES não-universitárias e procedeu-se ao sorteio do extrato.

3.1.3 Representatividade da amostra

Cada elemento da amostra teve a mesma chance de ser escolhido (sorteio). Segundo CRESPO (1999) este procedimento garante a representatividade da amostra. No mesmo sentido, Braule (2001, p. 138) afirma:

Consultando-se a tabela que resume as distribuições, pode-se constatar que a média das médias amostrais se situa perto da média populacional, qualquer que seja o tamanho da amostra (a maior diferença é de 0,1%), o que sugere que a média das médias amostrais tende a reproduzir o valor de μ , qualquer que seja o tamanho da amostra.

3.1.4 A pesquisa bibliográfica

Esta técnica possibilitou a abordagem do problema teoricamente, tratando-o como objeto de investigação, principalmente, a partir das definições das diferentes formas de organização acadêmica e dos supostos teóricos relativos a expansão do ensino superior.

As principais bibliografias encontradas, as que abordam diretamente o problema, foram publicadas pelo MEC, pelo INEP, pelo Clube dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), assim como, a legislação pertinente. A bibliografia secundária se constituiu de livros; artigos, pesquisas; teses e dissertações. Todas as bibliografias foram utilizadas, teoricamente, para se estudar, conhecer, explorar e subsidiar a análise do objeto de investigação: o mercado, os custos

e as formas de organização acadêmica da IES. As bibliografias utilizadas permitiram citações diretas e indiretas dos vários autores, no próprio texto, e também a coleta de dados pertinentes às diversas fundamentações necessárias ao estudo teórico. Todas as bibliografias foram referenciadas.

3.1.4.1 A coleta de dados na pesquisa bibliográfica

Os seguintes dados foram coletados das pesquisas publicadas pelo MEC/INEP:

- a) Quantidade de matrículas na graduação no Brasil e em Santa Catarina;
- b) A demanda e a oferta de vagas no ensino superior no Brasil e em Santa Catarina;
- c) A quantidade de instituições de ensino superior no Brasil e em Santa Catarina.

3.1.4.2 A apresentação dos dados na pesquisa bibliográfica

Os dados coletados foram apresentados em forma de tabelas, quadros e gráficos, numerados e distribuídos em listagem específica. Nestes dispositivos foram indicadas as Fontes de coleta dos dados, que também constam das referências bibliográficas.

3.1.5 A pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória foi utilizada para se conhecer, mais precisamente, as variáveis da expansão do ensino superior: a demanda por vagas iniciais, a oferta para estas vagas e as matrículas nas IES, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina, bem como se conhecer, também, os custos com a docência e com a produção acadêmica, concernentes às formas de organização que se estruturaram as instituições de ensino superior do estado.

3.1.5.1 A coleta de dados na pesquisa exploratória

Os instrumentos para a coleta dos dados foram à rede mundial de computadores Internet, o formulário e o balanço com o demonstrativo de resultados das mantenedoras das IES. O formulário foi elaborado com três questões fechadas e de fato¹², mostrado a seguir.

FORMULÁRIO

- a) Número de alunos da graduação no ano 2000;
- b) Número de vagas oferecidas na graduação no ano 2000;
- c) Número de alunos inscritos no vestibular no ano 2000, ou relação candidato vaga, o que for mais fácil.

Os seguintes dados foram coletados na Pesquisa Exploratória:

- a) A demanda e a oferta de vagas no ensino superior nas regiões educacionais de Santa Catarina – **Instrumento de coleta:** Internet para as IES pertencentes ao Sistema ACADE e formulário para as demais IES;
- b) A localização das IES, por municípios onde se instalam, no estado de Santa Catarina – **Instrumento de coleta:** Internet para as IES pertencentes ao Sistema ACADE e Internet site MEC/INEP para as demais IES;
- c) As regiões educacionais de atuação das IES no estado de Santa Catarina e os municípios que as constituem - **Instrumento de coleta:** Internet site da Secretaria Estadual de Educação;

¹² Perguntas fechadas são do tipo limitadas. Perguntas de fato dizem respeito a questões concretas, fáceis de precisar.

- d) A quantidade de alunos de graduação, a demanda e a oferta de vagas por IES/região no estado de Santa Catarina – **Instrumento de coleta:** Internet para as IES pertencentes ao Sistema ACADE e formulário para as demais IES;
- e) Número de cursos, professores e alunos de graduação da amostra das IES do estado de Santa Catarina – **Instrumento de coleta:** Internet para as IES pertencentes ao Sistema ACADE e Internet sites próprios das demais IES;
- f) O custo com pessoal da amostra das IES do Estado de Santa Catarina - **Instrumento de coleta:** balanço patrimonial e demonstrativo de resultado das IES;
- g) A populações do Brasil e de Santa Catarina , bem como suas taxas de crescimento - **Instrumento de coleta:** Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1.5.2 Apresentação dos dados

Os dados coletados foram apresentados em forma de tabelas e gráficos, numerados e distribuídos em listagem específica. Nestes dispositivos foram indicadas as Fontes de coleta dos dados, que também constam das referências bibliográficas.

3.1.6 A pesquisa descritiva

A pesquisa descritiva foi utilizada para se delinear, analisar, e apurar as variáveis dependentes constantes da hipótese: o tempo de equilíbrio de mercado e os custos das IES no estado de Santa Catarina.

3.1.6.1 Apresentação dos dados

Os dados, tanto coletados quanto trabalhados ou calculados, foram apresentados em forma de tabelas, quadros, gráficos, e modelos matemáticos, numerados e distribuídos em listagem específica. Nestes dispositivos foram indicados as Fontes de coleta dos dados, que também constam das referências bibliográficas.

3.1.6.1 Cálculo do tempo de equilíbrio para mercado brasileiro e para o mercado catarinense

A partir das estatísticas do MEC/INEP, procedeu-se ao cálculo para apuração destas funções ajustadas a um comportamento contínuo de suas variáveis, a saber:

Grafou-se a demanda observada a variável discreta;

b) Grafou-se a oferta observada a variável discreta;

c) Em ambos os gráficos, o comportamento descrito foi semelhante ao de uma curva na forma exponencial;

d) Concernente a este comportamento, utilizou-se o método da regressão não linear com ajuste exponencial, fundamentado no método dos mínimos quadrados que remonta ao século XIX com os estudos do matemático Andrien Legendre.

Descrição do método:

Seja uma função $y = f(t)$ uma função a variável contínua.

$$y = AB^t,$$

resulta que

$$\ln y = \ln(AB^t),$$

$$\ln y = \ln A + \ln B^t,$$

$$\ln y = \ln A + t \ln B.$$

Fazendo – se

$$\ln A = a \text{ e } \ln B = b, \text{ tem - se}$$

$$\ln y = a + bt \text{ :.}$$

$$y = e^{a+bt}, \quad (4)$$

O Método dos Mínimos Quadrados

Segundo Legendre, para uma reta de melhor ajuste $y = a + bx$, tem - se :

$$\sum y = na + b \sum x, \quad (5)$$

$$\sum xy = a \sum x + b \sum x^2, \text{ onde } n \text{ é o número de observações.} \quad (6)$$

As funções demanda e oferta ajustadas

Da equação 4 pode se escrever

$$d_{aj} = e^{a+bt},$$

$$q_{aj} = e^{a+bt}, \text{ onde } d_{aj} \text{ significa demanda ajustada e } q_{aj} \text{ a oferta ajustada.}$$

Das equações 5 e 6 resultam

$$\sum \ln d = na + b \sum t, \quad (7)$$

$$\sum t(\ln d) = a \sum t + b \sum t^2, \text{ onde } d \text{ é a demanda observada, e} \quad (8)$$

$$\sum \ln q = na + b \sum t$$

$$\sum t(\ln q) = a \sum t + b \sum t^2, \text{ onde } q \text{ é a oferta observada.} \quad (9)$$

- e) Conhecendo-se as funções demanda ajustada e oferta ajustada, parte-se da condição de que, para se dar o equilíbrio de mercado, existe um determinado tempo em que as funções serão, quantitativamente, iguais. **Da igualdade destas funções se encontrou o tempo para o equilíbrio do mercado**, ou seja:

$$d_{(aj)} = q_{(aj)}, (10)$$

- f) Utilizou-se este método para a determinação das funções ajustadas, demanda e oferta, para o Brasil e para o estado de Santa Catarina.

- g) As funções encontradas para o Brasil foram:

$$\text{Demanda ajustada} \rightarrow d_{(aj)} = e^{14,58+0,09 t}$$

$$\text{Oferta Ajustada} \rightarrow q_{(aj)} = e^{13,18+0,12 t}$$

- h) As funções encontradas para Santa Catarina foram:

$$\text{Demanda ajustada} \rightarrow d_{(aj)} = e^{11,045+0,11 t}$$

$$\text{Oferta Ajustada} \rightarrow q_{(aj)} = e^{9,61+0,17 t}$$

3.1.6.2 Cálculo do tempo de equilíbrio de mercado para as regiões educacionais do Estado de Santa Catarina

A partir das funções ajustadas, demanda e oferta, encontrou-se a taxa de crescimento, tanto da demanda quanto da oferta com base nas projeções feitas para o os anos 2000 e 2010. Assim:

- a) Encontrou-se a demanda ajustada para o ano 2000, demanda presente;
- b) Encontrou-se a demanda ajustada para o ano 2010, demanda futura;
- c) Calculou-se a taxa de crescimento com a utilização da função exponencial:

$$df = dp(1+i)^t, \quad (11)$$

na qual:

df - demanda futura projetada pela função demanda ajustada;

dp - demanda presente projetada pela função demanda ajustada;

i - taxa de crescimento em percentual;

t - tempo.

Taxa de crescimento encontrada para a demanda = 11,86%;

Encontrou-se a oferta ajustada para o ano 2000, oferta presente;

d) Encontrou-se a oferta ajustada para o ano 2010, oferta futura;

e) Calculou-se a taxa de crescimento com a utilização da função exponencial:

$$qf = qp(1+i)^t, \quad (12)$$

na qual:

qf - oferta futura projetada pela função demanda ajustada;

qp - oferta presente projetada pela função demanda ajustada;

i - taxa de crescimento em percentual;

t - tempo;

f) Taxa de crescimento encontrada para a oferta = 18,84%;

Aplicou-se as taxas encontradas à demanda e à oferta de cada região, com base no ano 2000, e projetou-se estes supostos econômicos para o período 2001/2010 para cada região. A demanda e a oferta de cada região, no ano 2000, foram obtidas da seguinte forma:

- a) Estudo exploratório para verificar os municípios de atuação direta de cada IES. Entende-se por atuação direta o município onde a IES tem sede, campus ou extensão. **Instrumento de coleta de dados** Internet para as IES pertencentes ao Sistema ACADE e Internet site MEC/INEP para as demais IES;

- b) Estudo exploratório para verificar a demanda e a oferta de vagas em cada região. **Instrumento de coleta de dados** Internet para as IES pertencentes ao Sistema ACADE, e formulário para as demais IES.

3.1.6.3 Os custos com a docência, com as atividades acadêmicas segundo as formas de organização acadêmica

Para se verificar a relação ou a associação dos custos às formas de organização acadêmica, **procedeu-se à elaboração de uma IES referencial:**

- a) A estrutura de cursos desta IES corresponde à estrutura dos cursos apresentada no Guia Acadêmico da UNIVILLE – 2000;
- b) A técnica de elaboração dos custos utilizada foi a da **absorção**.
- c) Procedeu-se a simulação do custo direto com atividades de ensino de graduação em uma IES. Custo com a docência;
- d) Procedeu-se a simulação do custo direto na universidade;
- e) Procedeu-se a simulação do custo direto no centro universitário;
- f) Procedeu-se a simulação do custo direto nas faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores;
- g) Os modelos matemáticos utilizados nestas simulações são pertinentes à matemática elementar.

Assim, procedeu-se ao delineamento, a elaboração, a quantificação e a análise destes custos para cada forma de organização: universidade, centro universitário, faculdades e demais estabelecimentos isolados de ensino superior. Este procedimento foi fundamentado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa exploratória. Os modelos matemáticos se encontram no próprio texto.

3.1.6.4 Os custos operacionais unitários

Em relação a IES referencial e as IES do estado de Santa Catarina, procedeu-se ao cálculo dos custos operacionais unitários inerentes a cada tipo de organização acadêmica, da seguinte forma:

- a) Com base na Estatística, alocou-se um número de alunos para a IES referencial;
- b) Calculou-se os custos operacionais unitários para as instituições pertencentes à amostra. O **instrumento de coleta de dados** utilizado foi o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados das IES.

Com base nos percentuais de custos da IES da amostra estima-se o custo estrutural da IES referencial e pode-se determinar o custo total desta IES;

- c) Tendo o custo total e o número de alunos da IES referencial, encontra-se a estimativa do custo operacional unitário;
- d) Comparou-se os custos operacionais unitários da IES referencial com a média dos mesmos custos das IES da amostra;

Os modelos matemáticos utilizados nestas simulações são pertinentes à matemática elementar.

Finalizando o procedimento metodológico, deve-se informar ainda que a elaboração da tese foi fundamentada nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), interpretada pela Universidade Federal de Santa Catarina, disponibilizada para o curso e, também, em alguns casos utilizou-se as mesmas normas interpretadas pela Universidade Federal do Paraná.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo mostra os estudos realizados para se conhecer o ambiente do ensino superior no estado de Santa Catarina. Aborda o mercado com suas demandas e ofertas, as instituições concorrentes, as condições de equilíbrio. E, ainda, os custos com a docência, com as demais atividades acadêmicas e os custos operacionais unitários que, influenciados pelas formas de organização acadêmica, poderão ser fundamentais para a elaboração das estratégias competitivas.

4.1 As Regiões e os Indicadores do Mercado de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina

A seguir se apresenta cada uma das 26 regiões da CRE, como mercados independentes, enfatizando seus supostos de demanda, oferta e dinamicidade.

4.1.1 - 1ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis e Governador Celso Ramos.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 15: Indicadores da 1ª Região – Ano 2000

Instituição	Alunos de Graduação	Demanda	Oferta	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIVALI	4 006	1 472	1 082	73,51%	390	26,49%
UDESC	2 774	9 848	619	6,29%	9 229	93,71%
UNISUL	1 222	1 222	465	38,05%	757	61,95%
UFSC	16 948	32 108	3 802	11,84%	28 306	88,16%
Centro de Educação Superior, Faculdade de Administração de Florianópolis, Faculdade Decisão.
Faculdade Barddal, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Escola Superior de Hotelaria, Escola superior de Turismo e Hotelaria.
Soma das Privadas (1)	1 730	3 232	2 840	87,87%	392	12,13%
TOTAL	26 680	47 882	8 808	18,40%	39 074	81,60%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br>; INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Refere-se ao valor apontado pelo INEP : Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 16: Projeção de Demanda e Oferta - 1ª Região, 2001/2010

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	53 561	59 913	67 019	74 967	83 858	93 804	104 929	117 374	131 294	146 866
Oferta	10 467	12 439	14 783	17 568	20 878	24 812	29 486	35 041	41 643	49 488
RELAÇÃO D/O	5,1	4,8	4,5	4,3	4,0	3,8	3,6	3,3	3,2	3,0

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Construção do modelo matemático

Para a construção deste modelo, sustenta-se o seguinte suposto: quando o mercado estiver em equilíbrio à razão entre a demanda futura e a oferta futura será igual a um, ou seja, a demanda e a oferta serão iguais. Então, $\frac{df}{qf} = 1$.

A demanda e a oferta futura têm as seguintes equações:

$$df = dp(1 + i_d)^t, \quad (13)$$

i_d – taxa de crescimento da demanda em percentual

$$q_f = qp(1 + i_q)^t, \quad (14)$$

i_q – taxa de crescimento da oferta em percentual

Procedendo-se à divisão entre os modelos matemáticos representativos destas funções encontra-se a expressão matemática que responderá pelo tempo de equilíbrio. Assim, seja a razão :

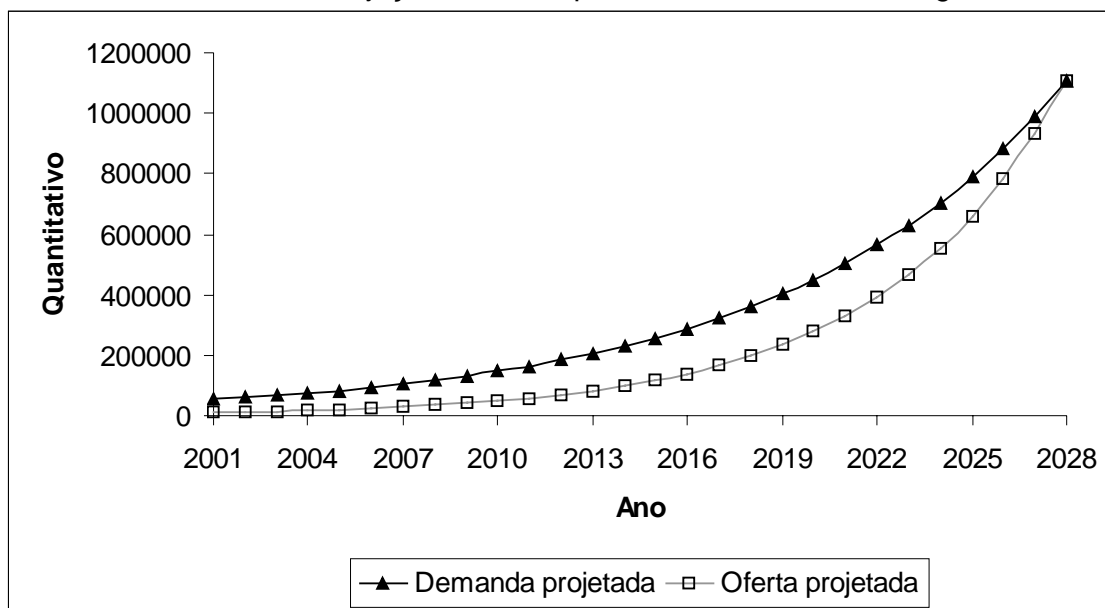
$$\begin{aligned}
\frac{df}{qf} &= \frac{dp}{qp} \frac{(1+i_d)^t}{(1+i_q)^t} = 1 \\
\frac{(1+i_d)^t}{(1+i_q)^t} &= \frac{qp}{dp} \\
\left(\frac{(1+i_d)}{(1+i_q)} \right)^t &= \left(\frac{qp}{dp} \right) \\
\ln \left(\frac{(1+i_d)}{(1+i_q)} \right)^t &= \ln \left(\frac{qp}{dp} \right), \\
t \ln \left(\frac{(1+i_d)}{(1+i_q)} \right) &= \ln \left(\frac{qp}{dp} \right) \\
t &= \frac{\ln \left(\frac{qp}{dp} \right)}{\ln \left(\frac{(1+i_d)}{(1+i_q)} \right)}, \tag{15}
\end{aligned}$$

Logo, o tempo será:

$$\begin{aligned}
t &= \frac{\ln \frac{8808}{47882}}{\ln \left(\frac{(1+0,1186)}{(1+0,1884)} \right)} \\
t &= \frac{-1,69308}{-0,6053} \\
t &= 27,97
\end{aligned}$$

Com o tempo de aproximadamente 28 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2028.

Gráfico 10: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 1ª Região



Fonte: O autor

4.1.2 - 2ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Para, Gravatal, Jaguaruna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 17: Indicadores da 2ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNISUL	6 868	5 263	1 740	33,06%	3 523	66,94%
UNESC	37	0	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	6 905	5 263	1 740	33,06%	3 523	66,94%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 18: Projeção de Demanda e Oferta - 2ª Região, 2001/2010

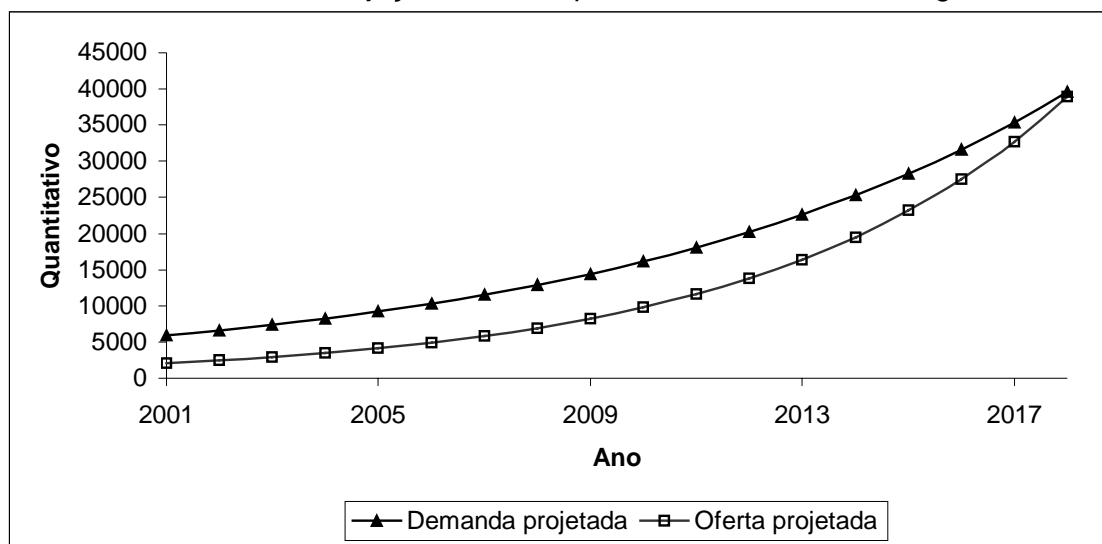
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	5 887	6 585	7 366	8 240	9 217	10 311	11 533	12 901	14 431	16 143
Oferta	2 068	2 457	2 920	3 471	4 124	4 901	5 825	6 922	8 226	9 776
RELAÇÃO D/O	2,8	2,7	2,5	2,4	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 18 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2018.

Gráfico 11: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 2ª Região



Fonte: O autor

4.1.3 - 3ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 19: Indicadores da 3ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNESC	3 881	3 881	2 250	57,97%	1 631	42,03%
UNISUL	112	112	90	80,36%	22	19,64%
Faculdade de Ciências Econômicas da Região Carbonífera
Escola Superior de Criciúma
TOTAL	3 993	3 993	2 340	58,60%	1 653	41,40%

Fonte: ACAFE – Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 20: Projeção de Demanda e Oferta - 3ª Região, 2001/2010

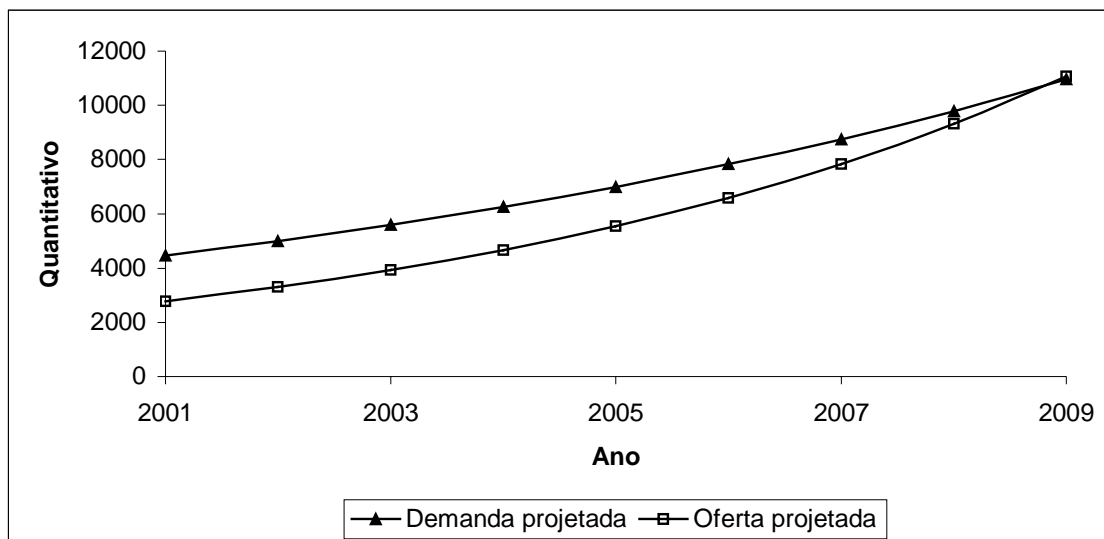
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	4 467	4 996	5 589	6 252	6 993	7 823	8 750	9 788	10 949	12 248
Oferta	27 81	3 305	3 927	4 667	5 547	6 592	7 833	9 309	11 063	13 147
RELAÇÃO D/O	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	1,0	0,9

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 9 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2009.

Gráfico 12: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 3ª Região



Fonte: O autor

4.1.4 - 4ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 21: Indicadores da 4ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº De Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
FURB	11 846	8 240	3 598	43,67%	4,642	56,33%
Faculdades Integradas do Vale do Itajaí	2 042	1 780	600	33,71%	1 180	66,29%
Centro de Educação Superior de Blumenau
Instituto Blumenauense de Ensino Superior
TOTAL	13 888	10 020	4 198	41,90%	5 822	58,10%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>; Pesquisa de campo

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 22: Projeção de Demanda e Oferta - 4ª Região, 2001/2010

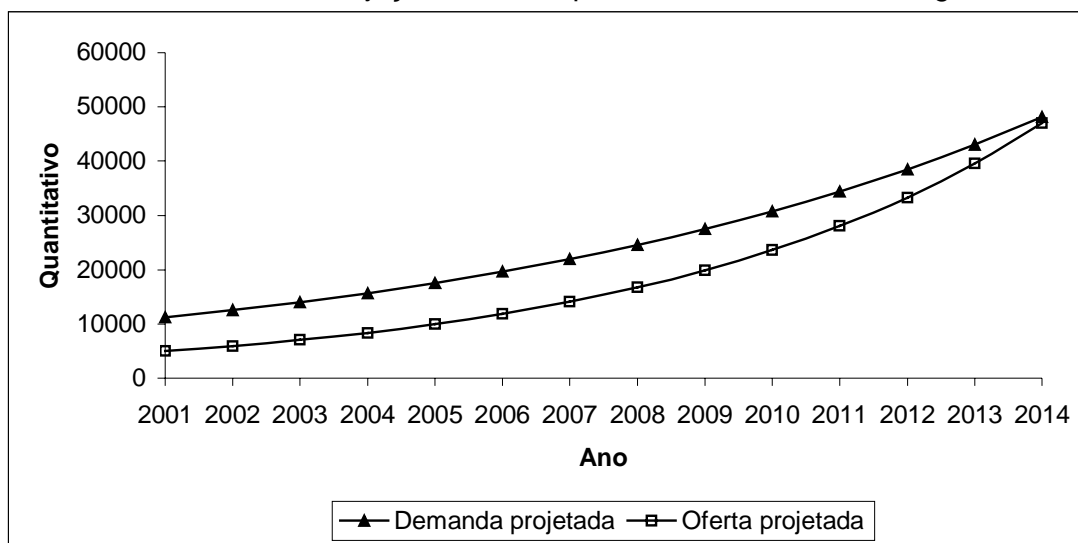
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	11 208	12 538	14 025	15 688	17 549	19 630	21 958	24 562	27 475	30 734
Oferta	4 989	5 929	7 046	8 373	9 951	11 825	14 053	16 701	19 848	23 587
RELAÇÃO D/O	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 14 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2014.

Gráfico 13: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 4ª Região



Fonte: O autor

4.1.5 - 5ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Araquari, Balneário da Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul, São João do Itaperiu.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 23: Indicadores da 5ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIVILLE	5 011	4 696	1 570	33,43%	3 126	66,57%
UNERJ	39	39	45	100,00%	0	0,00%
UDESC	1 775	3 997	380	9,51%	3 617	90,49%
ESAN (1)	0	700	200	28,57%	500	7,43%
IST	595	412	205	49,76%	207	50,24%
Faculdade de Psicologia de Joinville
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Joinville
Faculdade de Direito de Joinville
Faculdade de Ciências da Saúde de Joinville
Faculdade de Educação de Joinville
IELUSC	609	482	200	41,49%	282	58,51%
Faculdade de Processamento de Dados de Joinville e Faculdade de Desenho Industrial de Joinville	369	280	160	57,14%	120	42,86%
TOTAL	8 498	10 651	2 805	26,34%	7 852	73,72%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>; Pesquisa de campo

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 24: Projeção de Demanda e Oferta - 5ª Região, 2001/2010

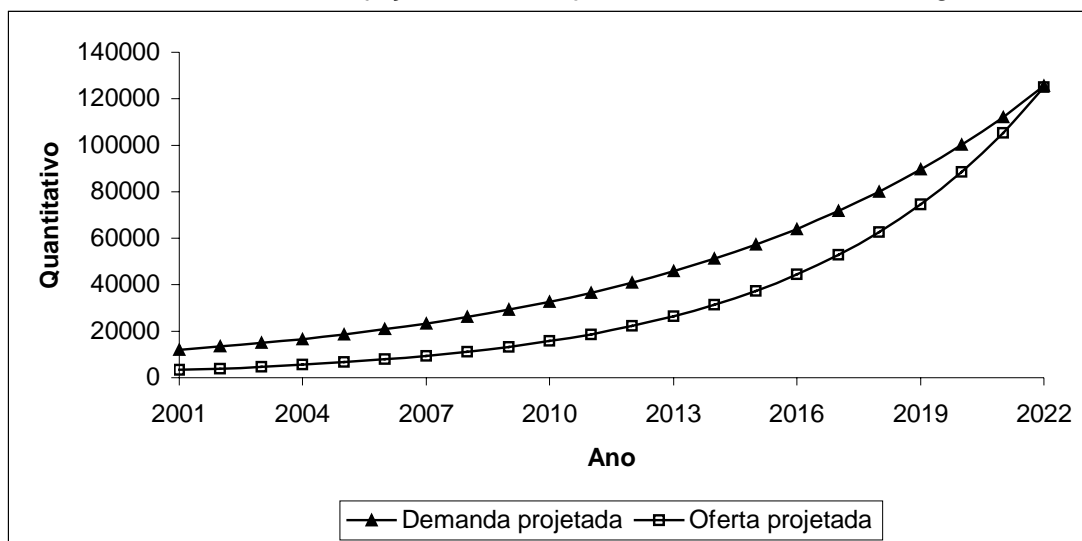
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	11 914	13 327	14 908	16 676	18 654	20 866	23 341	26 109	29 205	32 669
Oferta	3 333	3 961	4 708	5 595	6 649	7 901	9 390	11 159	13 262	15 760
RELAÇÃO D/O	3,6	3,4	3,2	3,0	2,8	2,6	2,5	2,3	2,2	2,1

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 22 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2022.

Gráfico 14: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 5ª Região



Fonte: O autor

4.1.6 - 6ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Agrolândia, Agronômica, Aurora, Braço do Trombudo, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 25: Indicadores da 6ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIIDAVI	1 914	1 327	625	47,10%	702	52,90%
TOTAL	1 914	1 327	625	47,10%	702	52,90%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 26: Projeção de Demanda e Oferta - 6ª Região, 2001/2010

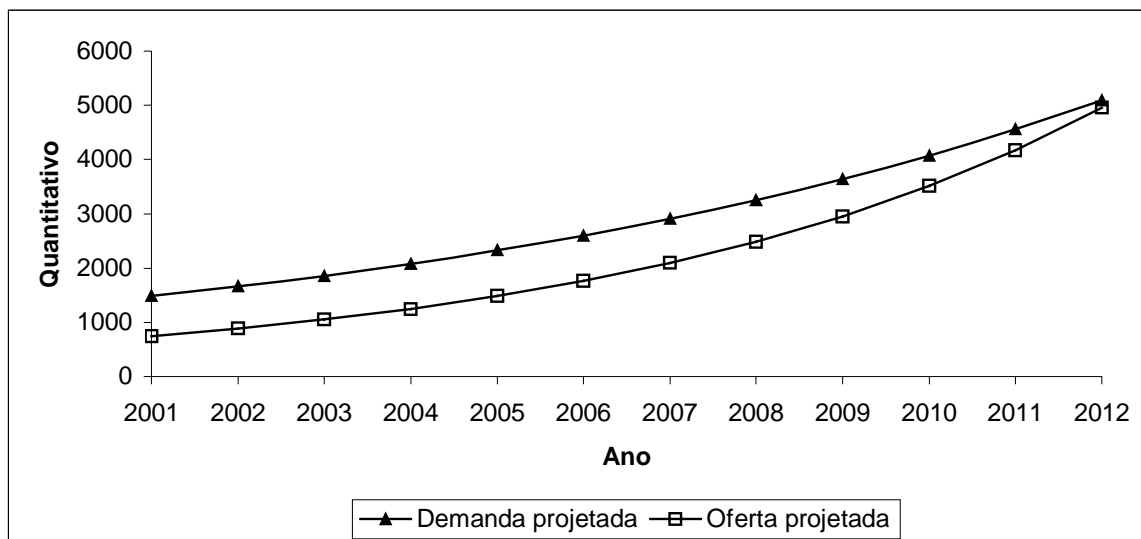
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1484	1660	1857	2078	2324	2600	2908	3253	3639	4070
Oferta	743	883	1049	1247	1481	1761	2092	2486	2955	3512
Relação D/O	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,2

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 12 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2012.

Gráfico 15: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 6ª Região



Fonte: O autor

4.1.7 - 7ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painsel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São Jose do Cerrito, Urubici, Urupema.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 27: Indicadores da 7ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIPLAC	3 204	2 271	1 425	62,75%	846	37,25%
UDESC	826	2 048	160	7,81%	1 888	92,19%
Sociedade Lageana de Educação
TOTAL	4 030	4 319	1 585	36,70%	2 734	63,30%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 28: Projeção de Demanda e Oferta - 7ª Região, 2001/2010

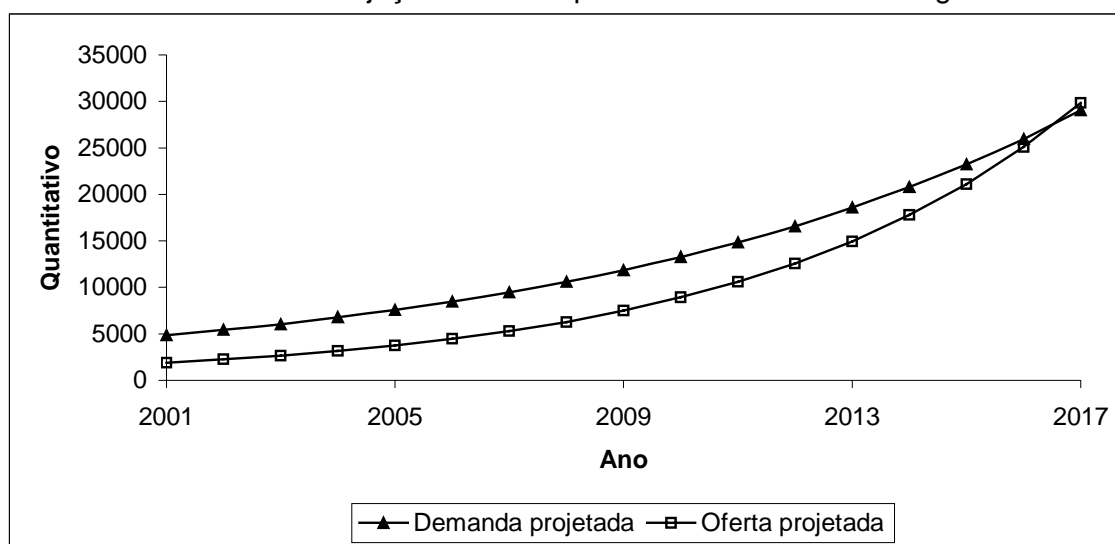
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	4 831	5 404	6 045	6 762	7 564	8 461	9 465	10 587	11 843	13 247
Oferta	1 884	2 238	2 660	3 161	3 757	4 465	5 306	6 306	7 494	8 905
RELAÇÃO D/O	2,6	2,4	2,3	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 17 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2017.

Gráfico 16: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 7ª Região



Fonte: O autor

4.1.8 - 8ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Santa Terezinha.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 29: Indicadores da 8ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNC	1 631	1 030	425	41,26%	605	58,74%
TOTAL	1 631	1 030	425	41,26%	605	58,74%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 30: Projeção de Demanda e Oferta - 8ª Região, 2001/2010

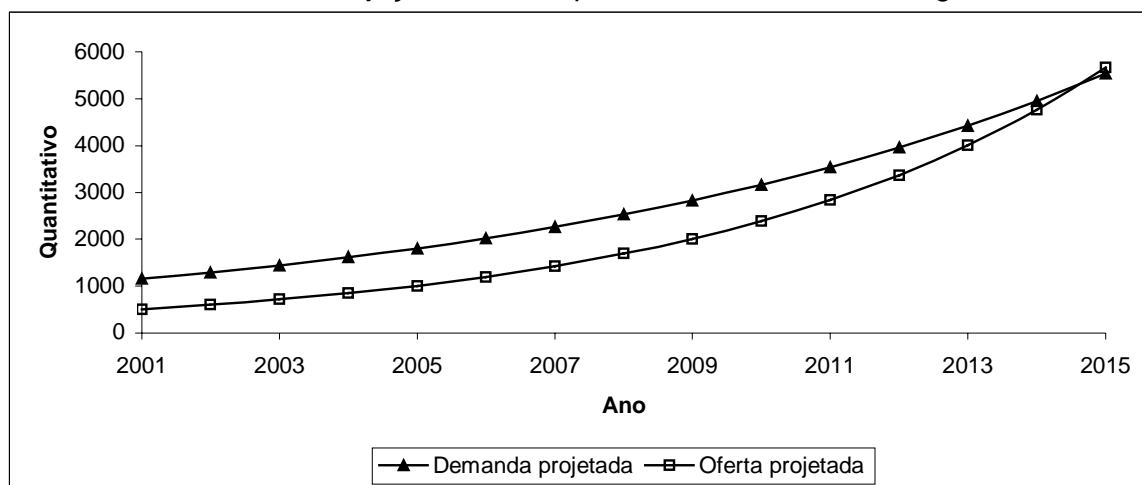
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 152	1 289	1 442	1 613	1 804	2 018	2 257	2 525	2 824	3 159
Oferta	505	600	713	848	1 007	1 197	1 423	1 691	2 009	2 388
RELAÇÃO D/O	2,3	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 15 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2015.

Gráfico 17: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 8ª Região



Fonte: O autor

4.1.9 - 9ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Água Doce, Campos Novos, Capinzal, Catanduva, Erval Velho, Herval D'oeste, Ibiã, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangara, Treze Tílias, Vargem Bonita, Zortea.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 31: Indicadores da 9ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNOESC	3 264	1 780	950	53,37%	830	46,63%
TOTAL	3 264	1 780	950	53,37%	830	46,63%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 32: Projeção de Demanda e Oferta - 9ª Região, 2001/2010

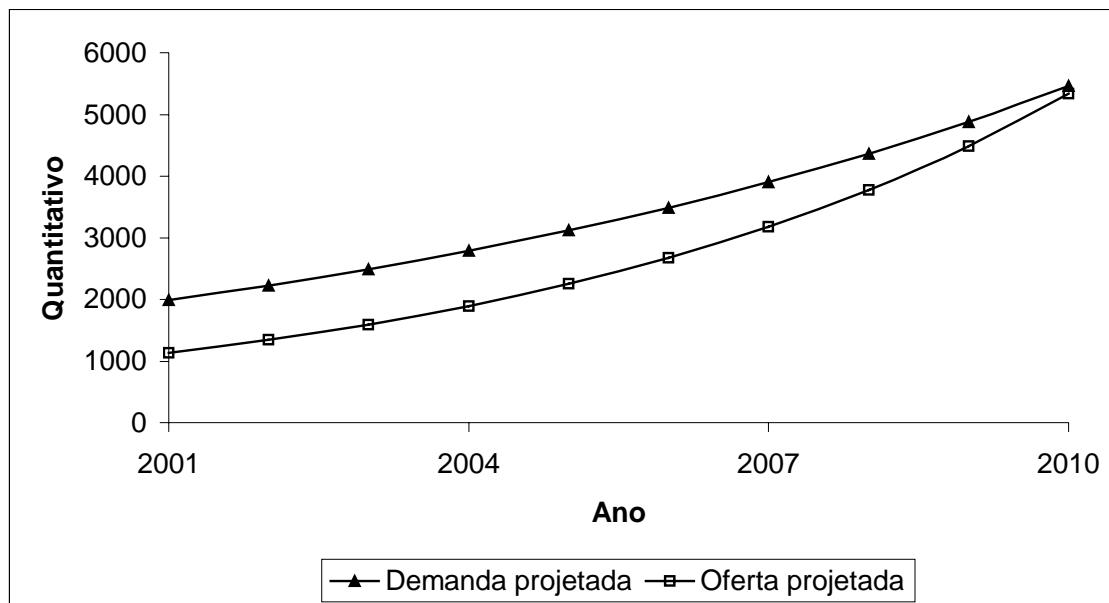
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 991	2 227	2 491	2 787	3 117	3 487	3 901	4 363	4 881	5 460
Oferta	1 129	1 342	1 594	1 895	2 252	2 676	3 180	3 779	4 491	5 338
RELAÇÃO D/O	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,2	1,1	1,0

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 10 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2010.

Gráfico 18: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 9ª Região



Fonte: O autor

4.1.10 - 10ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Alto Bela Vista, Arabuta, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Ita, Jabora, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 33: Indicadores da 10ª Região

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNC	1 872	1 035	730	70,53%	305	29,47%
TOTAL	1 872	1 035	730	70,53%	305	29,47%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 34: Projeção de Demanda e Oferta - 10ª Região, 2001/2010

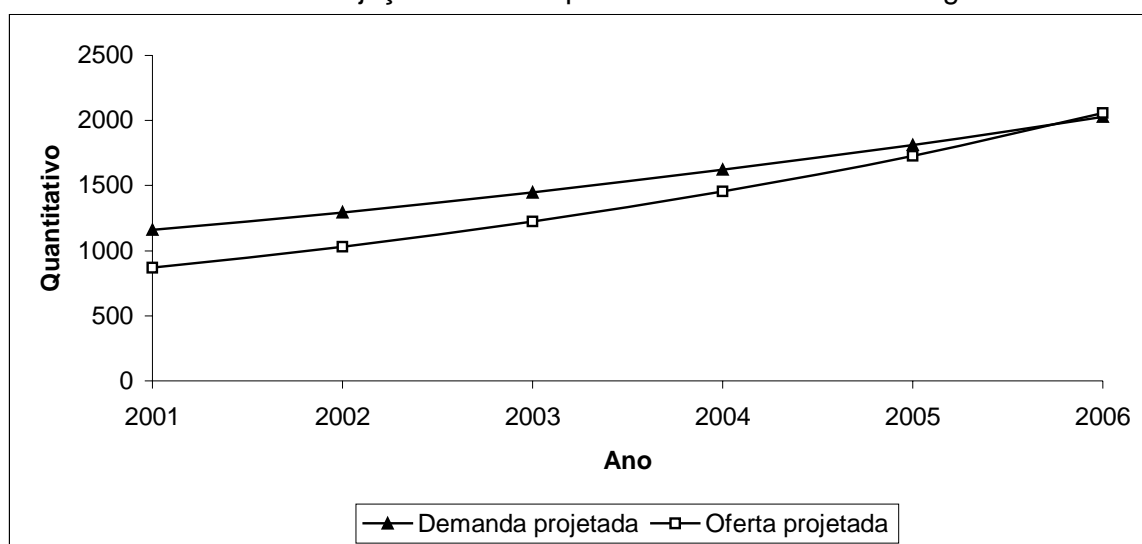
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 158	1 295	1 449	1 620	1 813	2 028	2 268	2 537	2 838	3 175
Oferta	868	1031	1 225	1 456	1 730	2 056	2 444	2 904	3 451	4 102
RELAÇÃO D/O	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 6 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2006.

Gráfico 19: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 10ª Região



Fonte: O autor

4.1.11 - 11ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, São Lourenço do Oeste, União do Oeste.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 35: Indicadores da 11ª Região

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNOESC	6 088	4 301	1 471	34,20%	2 830	65,80%
Faculdade Exponencial
TOTAL	6 088	4 301	1 471	34,20%	2 830	65,80%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da Demanda e da Oferta Para o Período 2001/2010

Tabela 36: Projeção de Demanda e Oferta - 11ª Região, 2001/2010

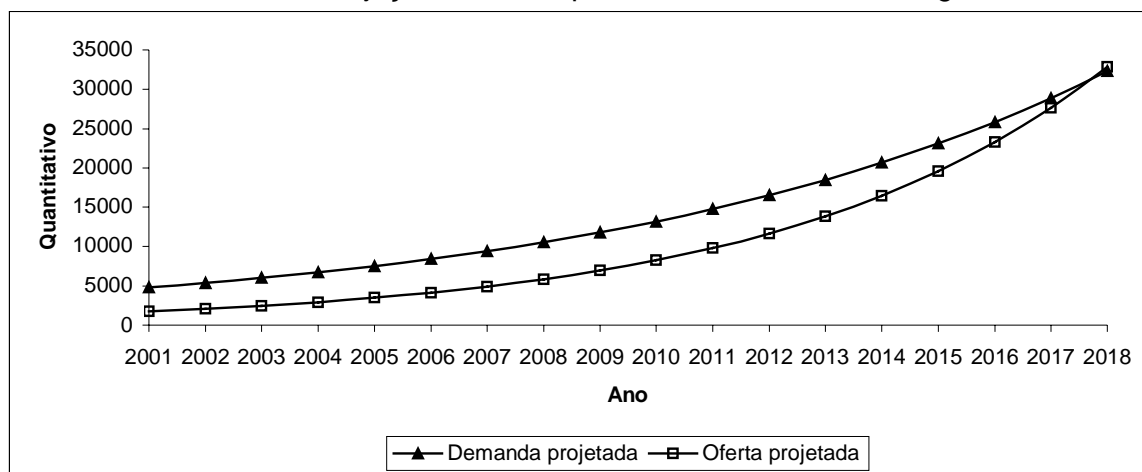
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	4 811	5 382	6 020	6 734	7 533	8 426	9 425	10 543	11 794	13 192
Oferta	1 748	2 077	2 469	2 934	3 487	4 144	4 924	5 852	6 955	8 265
RELAÇÃO D/O	2,8	2,6	2,4	2,3	2,2	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 18 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2018.

Gráfico 20: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 11ª região



Fonte: O autor

4.1.12 - 12ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporá do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, são João do Oeste, são Jose do Cedro, são Miguel D'oeste, Tunápolis.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 37: Indicadores da 12ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNOESC	1 881	1 053	420	39,89%	633	60,11%
TOTAL	1 881	1 053	420	39,89%	633	60,11%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 38: Projeção de Demanda e Oferta - 12ª Região, 2001/2010

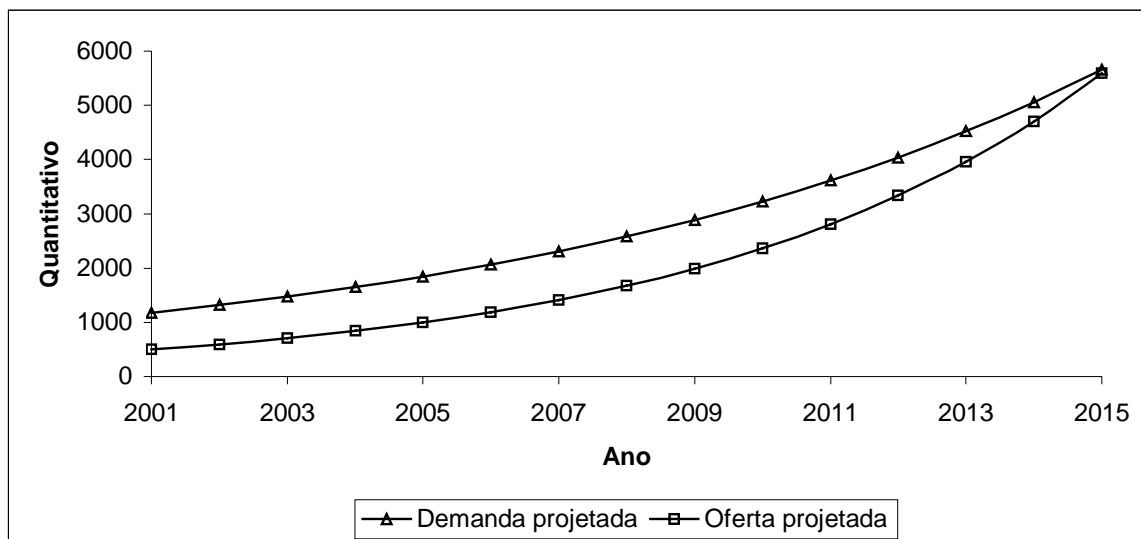
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 178	1 318	1 474	1 649	1 844	2 063	2 308	2 581	2 887	3 230
Oferta	499	593	705	838	996	1 183	1 406	1 671	1 986	2 360
RELAÇÃO D/O	2,4	2,2	2,1	2,0	1,9	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 15 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2015.

Gráfico 21: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 12ª Região



Fonte: O autor

4.1.13 - 13ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Balneário Camburiú, Bombinhas, Camburiú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras, Porto Belo.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 39: Indicadores da 13ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIVALI	14 966	10 392	4 410	42,44%	5 982	57,15%
Instituto Fayal de Ensino Superior	64	76	100	100,00%	0	0
TOTAL	15 030	10 468	4 510	43,08%	5 958	56,92%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 40: Projeção de Demanda e Oferta - 13ª Região, 2001/2010

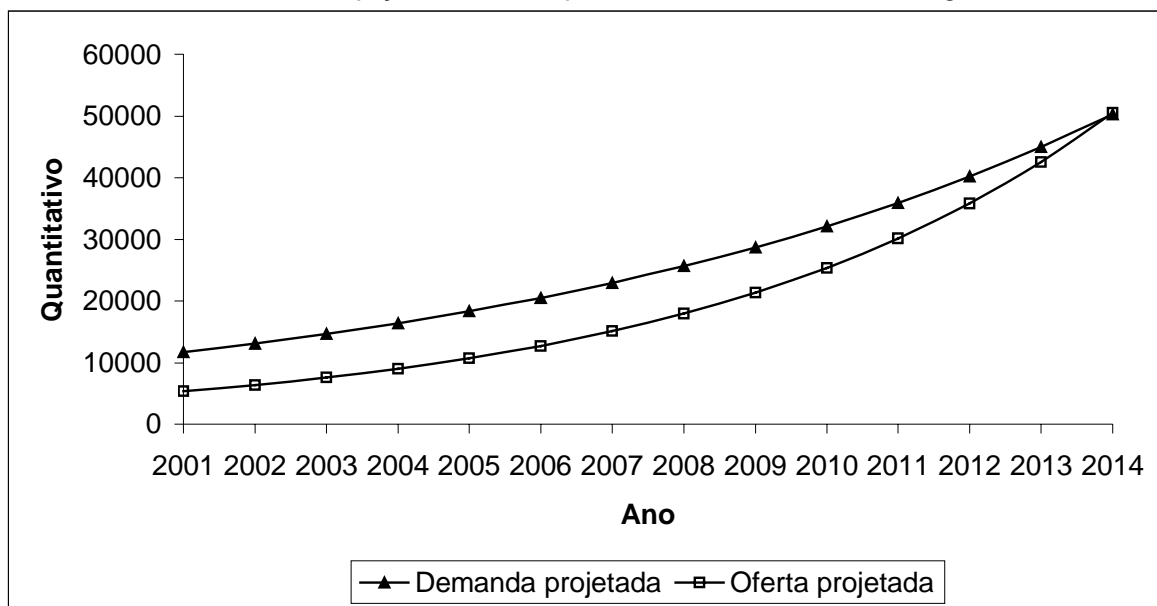
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	11 710	13 098	14 652	16 389	18 333	20 507	22 940	25 660	28 704	32 108
Oferta	5 360	6 369	7 569	8 996	10 690	12 704	15 098	17 942	21 323	25 340
RELAÇÃO D/O	2,2	2,1	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 14 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2014.

Gráfico 22: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 13ª Região



Fonte: O autor

4.1.14 - 14ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomere, Leblon Regis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande, Videira.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 41: Indicadores da 14ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNC	1 677	423	485	100,00%	0	0
UNOESC	1 591	985	562	39,91%	423	42,94%
TOTAL	3 268	1 408	1 047	74,36%	361	25,64%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acao.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 42: Projeção de Demanda e Oferta - 14ª Região, 2001/2010

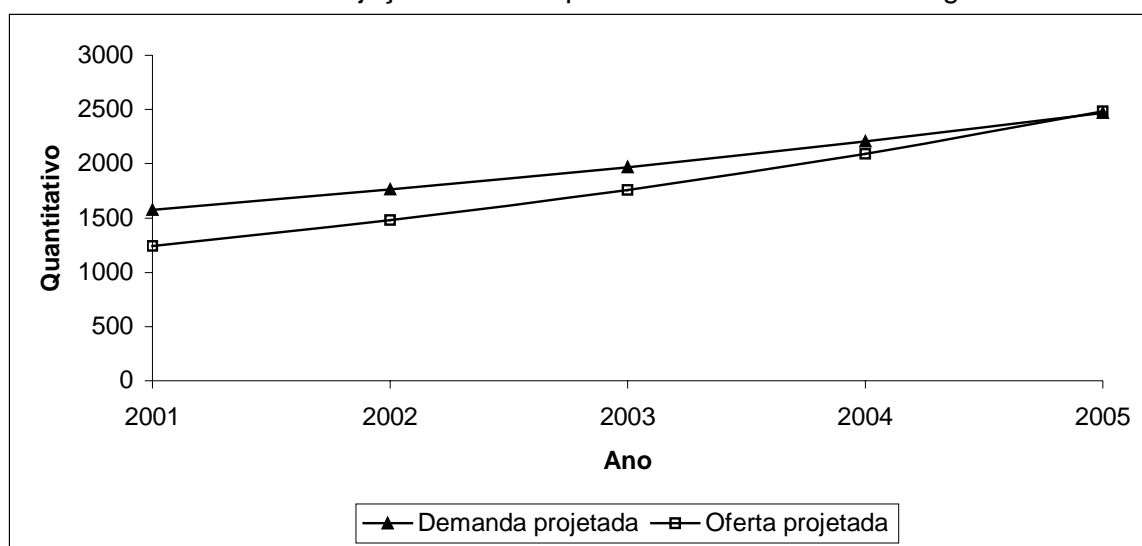
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 575	1 762	1 971	2 204	2 466	2 758	3 086	3 451	3 861	4 319
Oferta	1 244	1 479	1 757	2 088	2 482	2 949	3 505	4 165	4 950	5 883
RELAÇÃO D/O	1,3	1,2	1,1	1,1	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 5 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2005.

Gráfico 23: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 14ª Região



Fonte: O autor

4.1.15 - 15ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracaja, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, são João do Sul, Sombrio, Teme do Sul, Turvo.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 43: Indicadores da 15ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNESC	73	45	50	100,11%	0	0
UNISUL	968	968	705	72,83%	263	27,17%
TOTAL	1 041	1 013	755	74,53%	258	25,47%

Fonte: ACADE - Disponível em <http://www.acao.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Tabela 44: Projeção de Demanda e Oferta - 15ª Região, 2001/2010.

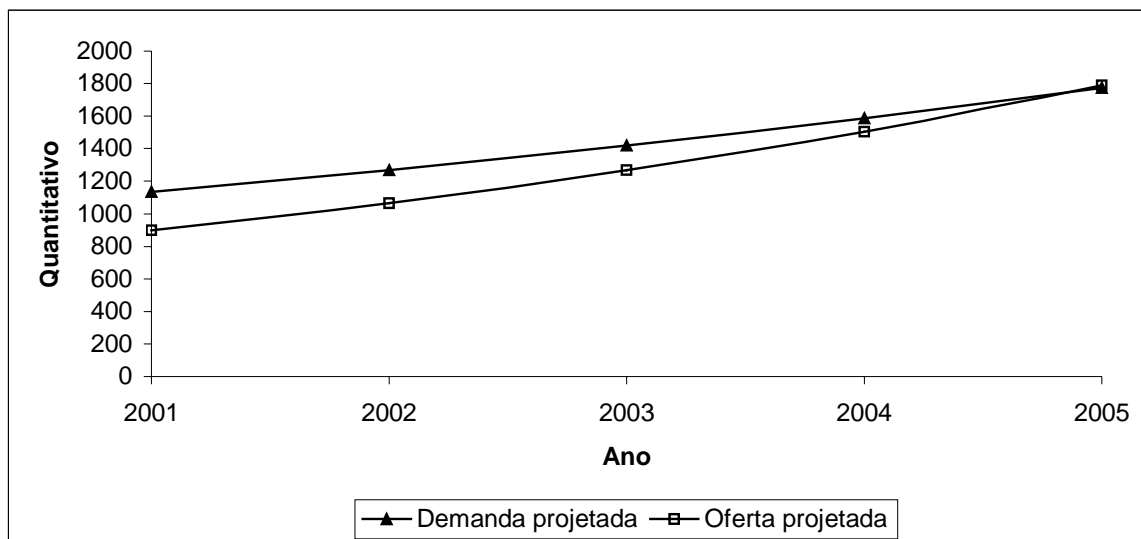
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 575	1 762	1 971	2 204	2 466	2 758	3 086	3 451	3 861	4 319
Oferta	1 244	1 479	1 757	2 088	2 482	2 949	3 505	4 165	4 950	5 883
RELAÇÃO D/O	1,3	1,2	1,1	1,1	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 5 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2005.

Gráfico 24: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 15ª Região



Fonte: O autor

4.1.16 - 16ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Botuvera, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista, Tijucas e apresentam as seguintes, características:

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 45: Indicadores da 16ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIVALI	1 181	678	490	72,27%	188	27,73%
CESB/FEBE	1 331	1 010	350	34,65%	660	65,35%
TOTAL	2 512	1 688	840	49,76%	848	50,24%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 46: Projeção de demanda e oferta - 16ª Região, 2001/2010

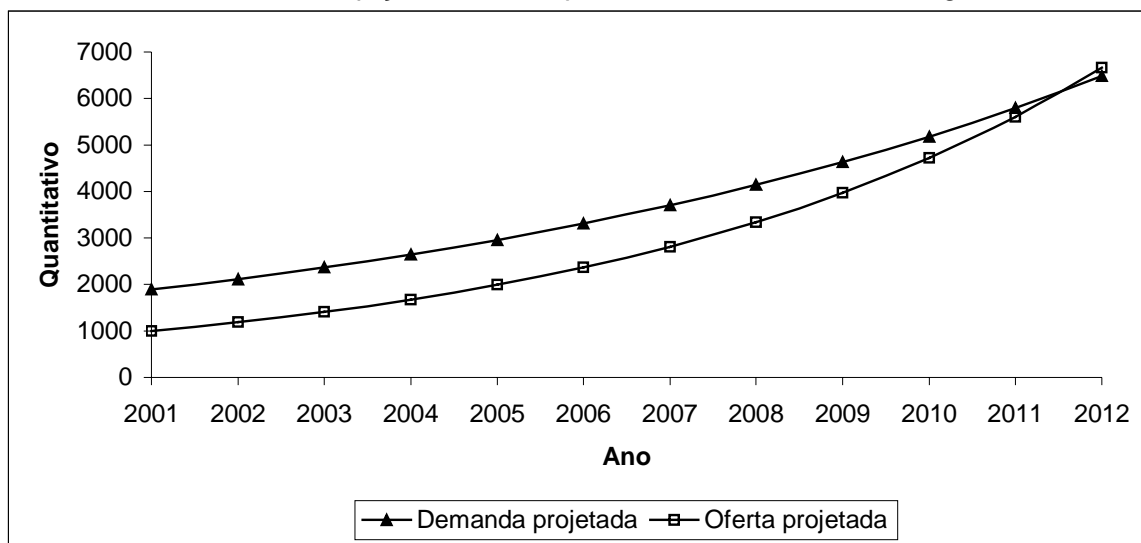
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 888	2 112	2 363	2 643	2 956	3 307	3 699	4 138	4 629	5 178
Oferta	998	1 186	1 410	1 675	1 991	2 366	2 812	3 342	3 971	4 720
RELAÇÃO D/O	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,2	1,1

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 12 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2012.

Gráfico 25: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 16ª Região



Fonte: O autor

4.1.17 - 17ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuacu, Jupia, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, são Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 47: Indicadores da 17ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNOESC	1 397	647	456	70,48%	191	29,52%
TOTAL	1 397	647	456	70,48%	191	29,52%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 48: Projeção de Demanda e Oferta - 17ª Região, 2001/2010

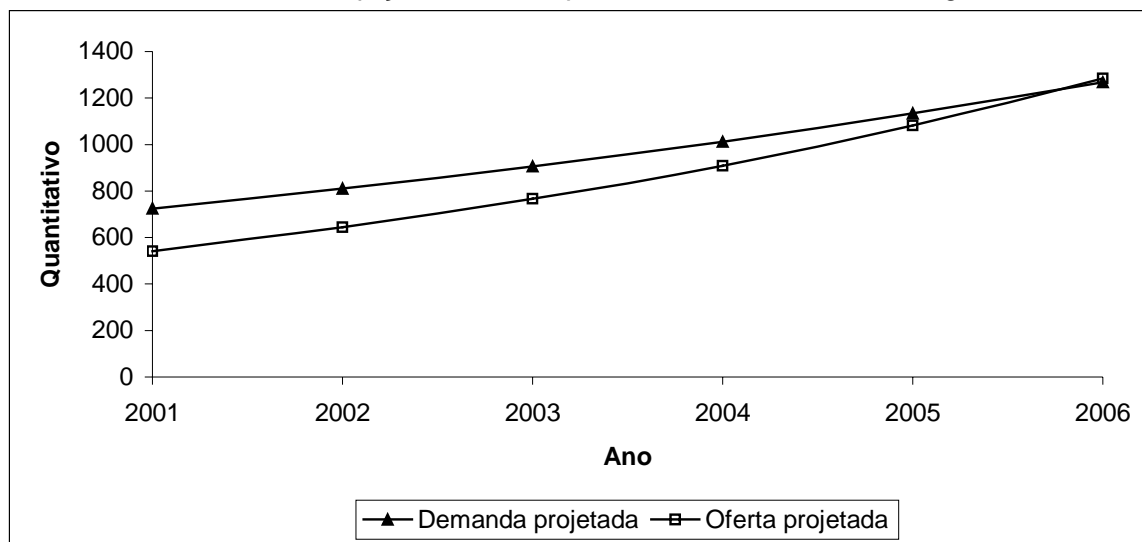
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	724	810	906	1 013	1 133	1 268	1 418	1 586	1 774	1 985
Oferta	542	644	765	910	1 081	1 285	1 527	1 814	2 156	2 562
RELAÇÃO D/O	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 6 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2006.

Gráfico 26: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 17ª Região



Fonte: O autor

4.1.18 - 18ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União, Três Barras.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 49: Indicadores da 18ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNC	1 399	817	445	54,47%	372	45,53%
TOTAL	1 399	817	445	54,47%	372	45,53%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 50: Projeção de Demanda e Oferta - 18ª Região, 2001/2010

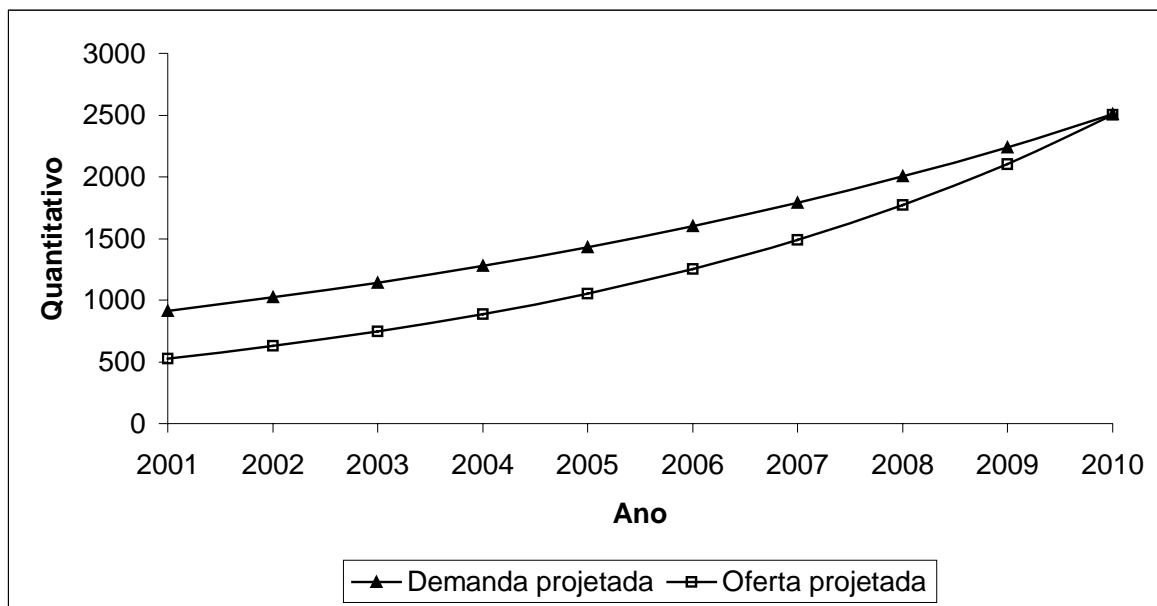
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	914	1 022	1 144	1 279	1 431	1 601	1 790	2 003	2 240	2 506
Oferta	529	628	747	888	1 055	1 254	1 490	1 770	2 104	2 500
RELAÇÃO D/O	1,7	1,6	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2	1,1	1,1	1,0

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 10 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2010.

Gráfico 27: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 18ª Região



Fonte: O autor

4.1.19 - 19ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Coroa, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroeder.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 51: Indicadores da 19ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNERJ	2 034	1 714	819	47,78%	895	52,22%
TOTAL	2 034	1 714	819	47,78%	895	52,22%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 52: Projeção de Demanda e Oferta - 19ª Região, 2001/2010

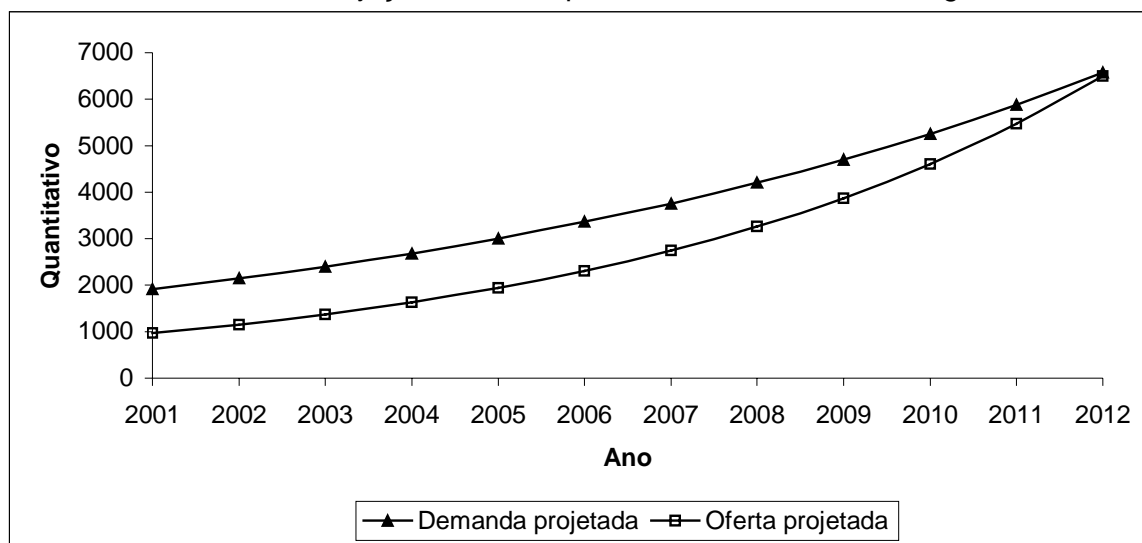
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 917	2 145	2 399	2 684	3 002	3 358	3 756	4 202	4 700	5 257
Oferta	973	1 157	1 375	1 634	1 941	2 307	2 742	3 258	3 872	4 602
RELAÇÃO D/O	2,0	1,9	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 12 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2012.

Gráfico 28: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 19ª Região



Fonte: O autor

4.1.20 - 20ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Garaopaba, Imarui, Imbituba, Laguna.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 53 : Indicadores da 20ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNISUL	288	881	495	56,19%	386	43,81%
TOTAL	288	881	495	56,19%	386	43,81%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acao.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 54 : Projeção de Demanda e Oferta - 20ª Região, 2001/2010

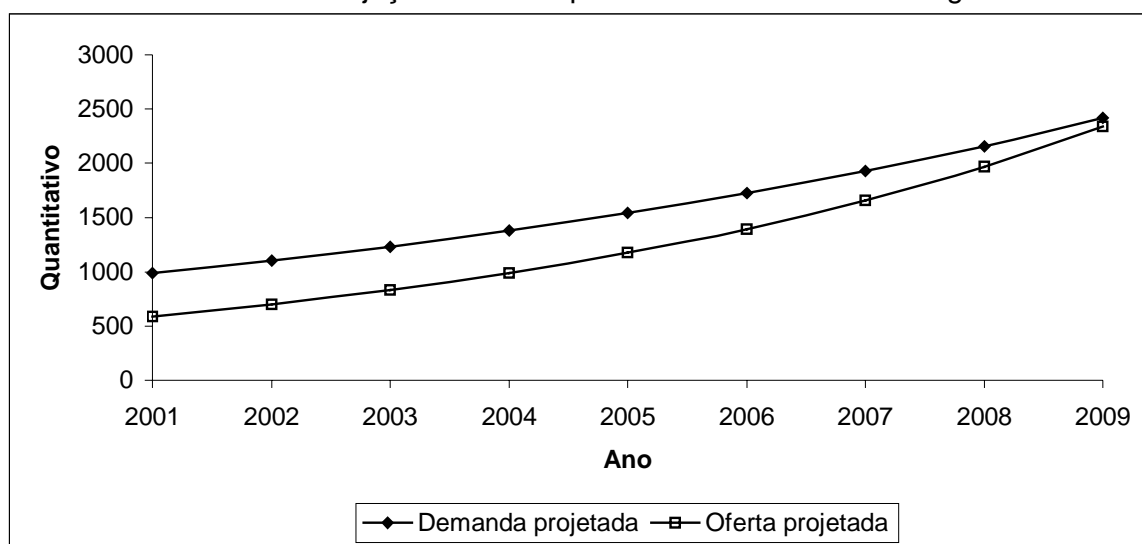
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	985	1 102	1 233	1 379	1 543	1 726	1 931	2 160	2 416	2 702
Oferta	588	699	831	987	1 173	1 394	1 657	1 969	2 340	2 781
RELAÇÃO D/O	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,2	1,1	1,0	0,9

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 9 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2009.

Gráfico 29 : Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 20ª Região



Fonte: O autor

4.1.21 - 21ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Alfredo Wagner, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Leoberto Leal, Petrolândia, Vidal Ramos.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 55 : Indicadores da 21ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIDAVI	180	80	90	100,00%	0	0
TOTAL	180	80	90	100,00%	0	0

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 56: Projeção de Demanda e Oferta - 21ª Região, 2001/2010

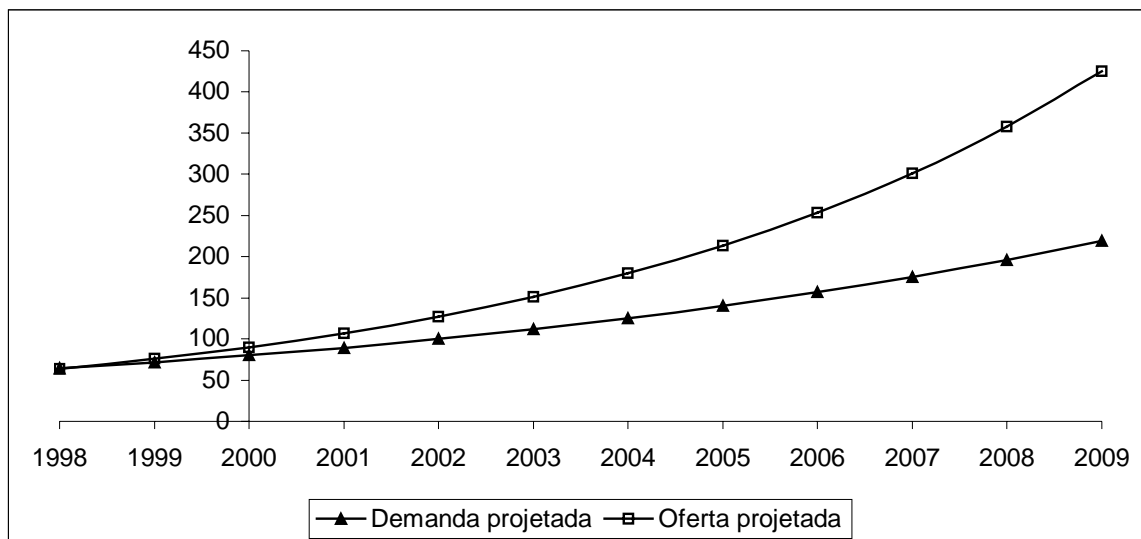
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	89	100	112	125	140	157	175	196	219	245
Oferta	107	127	151	180	213	254	301	358	426	506
RELAÇÃO D/O	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente “-2 anos”. Como o ano inicial é 2000, o equilíbrio supostamente se deu em 1998.

Gráfico 30: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 21ª Região



Fonte: O autor

4.1.22 - 22ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 57: Indicadores da 22ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIVILLE	975	460	198	43,04%	262	56,96%
UNC	277	171	190	100,00%	0	0%
UDESC	139	287	30	10,45%	257	89,55%
TOTAL	1 391	918	418	45,53%	500	54,47%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 58: Projeção de Demanda e Oferta - 22ª Região, 2001/2010

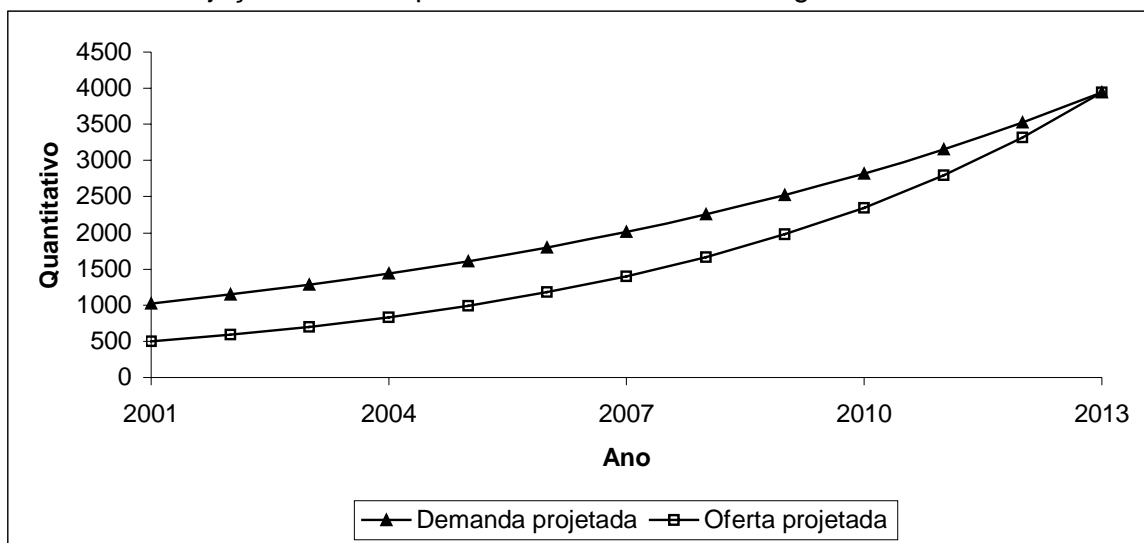
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	1 027	1 149	1 285	1 437	1 608	1 798	2 012	2 250	2 517	2 816
Oferta	497	590	702	834	991	1 177	1 399	1 663	1 976	2 349
RELAÇÃO D/O	2,1	1,9	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 13 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2013.

Gráfico 31: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 22ª Região



Fonte: O autor

4.1.23 - 23ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Ere, Cunha Porá, Cunhatai, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palmitos, Pinhalzinho, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do

Progresso, são Bernardino, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 59: Indicadores da 23ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNOESC	235	96	50	52,08%	46	47,92%
TOTAL	235	96	50	52,08%	46	47,92%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 60: Projeção de Demanda e Oferta - 23ª Região, 2001/2010

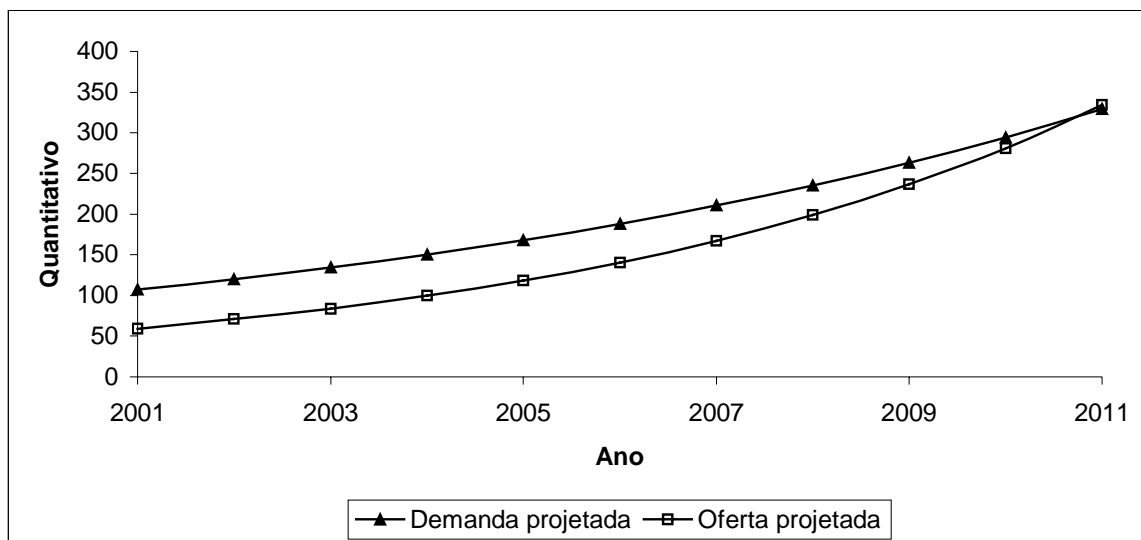
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	107	120	134	150	168	188	210	235	263	294
Oferta	59	71	84	100	119	141	167	199	236	281
RELAÇÃO D/O	1,8	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 11 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2011.

Gráfico 32: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 23ª Região



Fonte: O autor

4.1.24 - 24ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Curitibanos, Frei Rogério, Monte Carlo, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Vargem.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 61: Indicadores da 24ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNC	692	333	285	85,59%	48	14,41%
TOTAL	692	333	285	85,59%	48	14,41%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 62: Projeção de Demanda e Oferta - 24ª Região, 2001/2010

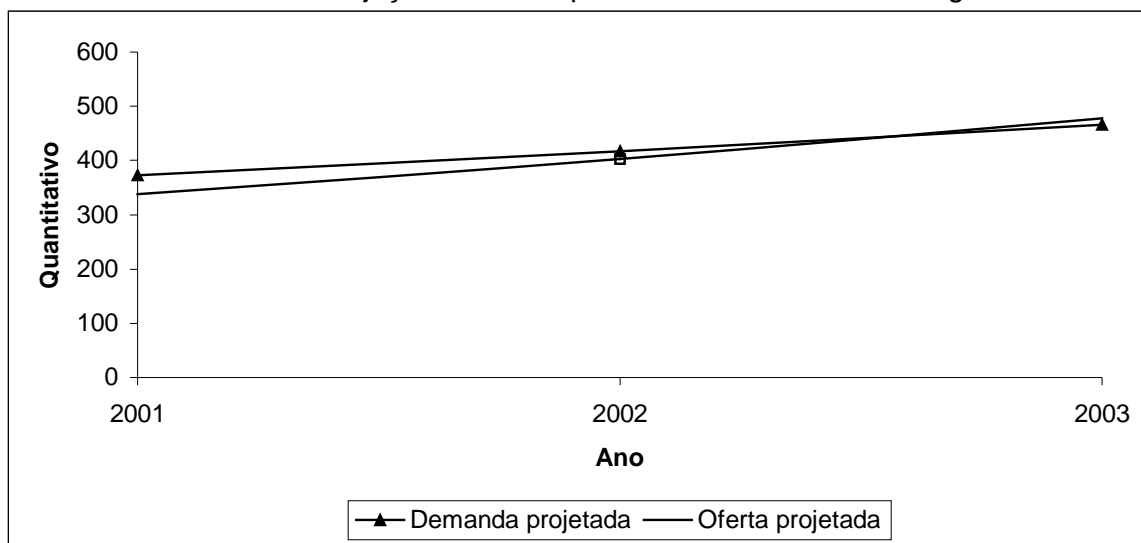
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	372	417	466	521	583	652	730	816	913	1 021
Oferta	339	403	478	568	676	803	954	1 134	1 347	1 601
RELAÇÃO D/O	1,1	1,04	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,6

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 3 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2003.

Gráfico 33: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 24ª Região



Fonte: O autor

4.1.25 - 25ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Apiuna, Ascurra, Dona Emma, Ibirama, Jose Boiteux, Lontras, Presidente Getulio, Presidente Nereu, Vitor Meireles, Witmarsum.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 63: Indicadores da 25ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIDAVI	149	54	80	100,00%	0	0%
FURB	91	195	50	25,64%	145	74,36%
TOTAL	240	249	130	52,21%	119	47,79%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 64: Projeção de Demanda e Oferta - 25ª Região, 2001/2010

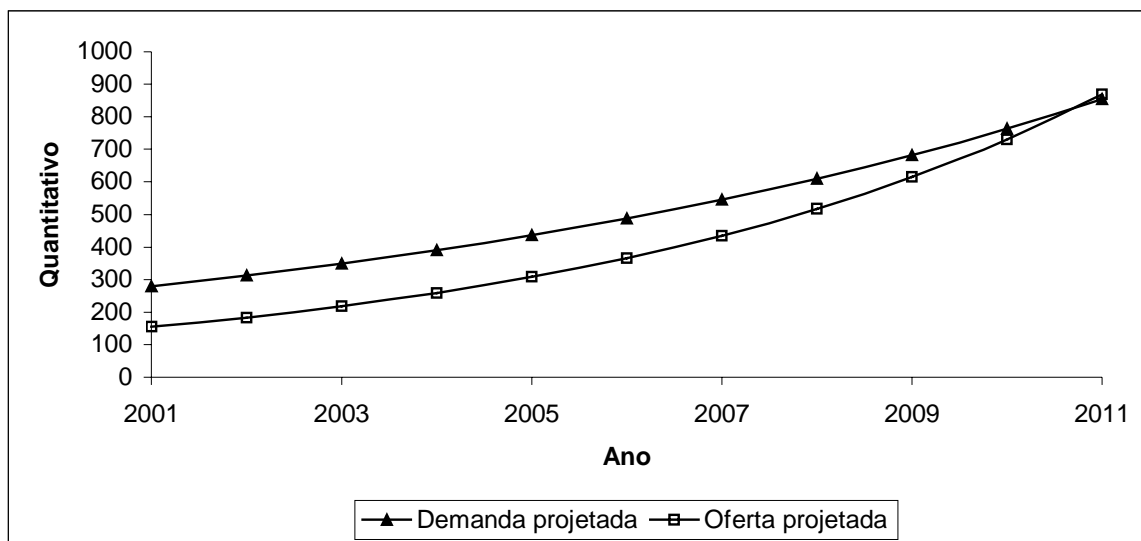
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	279	312	349	390	436	488	546	610	683	764
Oferta	154	184	218	259	308	366	435	517	615	730
RELAÇÃO D/O	1,8	1,70	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,05

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 11 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2011.

Gráfico 34: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 25ª Região



Fonte: O autor

4.1.26 - 26ª Região

a) Constituição da região

A região é constituída pelos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Jose, São Pedro de Alcântara.

b) Indicadores no ano 2000:

Tabela 65: Indicadores da 26ª Região – Ano 2000

Instituição	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%
UNIVALI	4 106	3 508	640	18,24%	2 868	81,76 %
UNISUL	2 704	2 704	1 165	43,08%	1 539	56,92%
Faculdade Estácio de Sá de SC, Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis.
TOTAL	6 810	6 212	1 805	29,06%	4 407	70,94%

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>; Pesquisa de campo
Notas: Dados trabalhados pelo autor.

c) Projeção da demanda e da oferta para o período 2001/2010

Tabela 66: Projeção de Demanda e Oferta - 26ª Região, 2001/2010

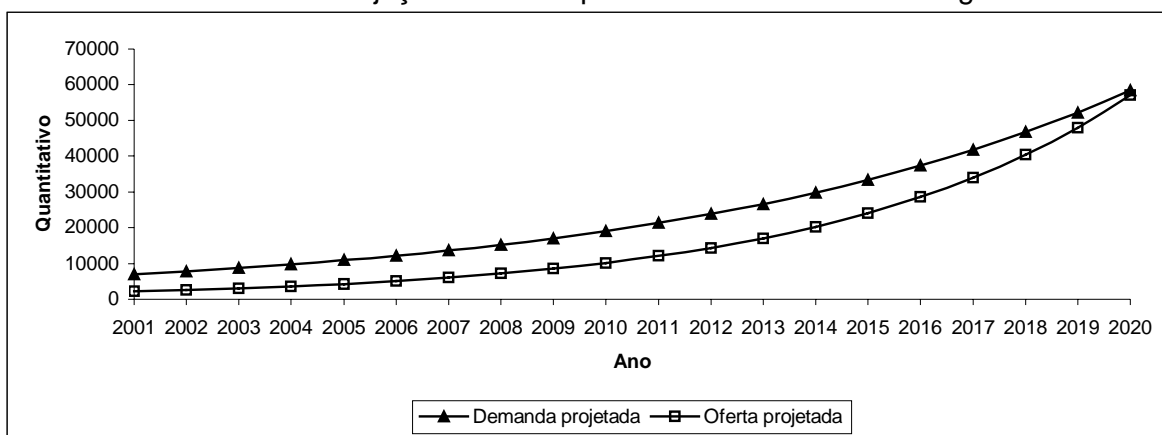
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Demanda	6 949	7 773	8 695	9 726	10 879	12 170	13 613	15 228	17 034	19 054
Oferta	2 145	2 549	3 029	3 600	4 278	5 085	6 042	7 181	8 534	10 142
RELAÇÃO D/O	3,2	3,05	2,9	2,7	2,5	2,4	2,3	2,1	2,0	1,88

Fonte: O autor

d) Tempo para o equilíbrio de mercado

Com base na equação 15, o tempo será de aproximadamente 20 anos, o equilíbrio fica estimado para o ano de 2020.

Gráfico 35: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - 26ª Região



Fonte: O autor

O que se verifica, portanto, concernente ao tempo de equilíbrio de mercado para as regiões do estado de Santa Catarina é que em uma instituição, a 20ª, o tempo já se deu, ou seja, a oferta já é maior que a demanda. Em outra região, a 24ª o mercado já está praticamente em equilíbrio. Porém em nove regiões o mercado levará de 5 a 10 anos para se equilibrar e em 15 regiões ainda levará acima de 10 anos.

4.2 Síntese dos Indicadores e o Potencial de Mercado do Estado de Santa Catarina

Computados e totalizados os dados de cada região é possível, então, sintetizá-los e disponibilizar seus indicadores, bem como mostrar o potencial de mercado existente no estado para a expansão das instituições que estão atuando ou a entrada de novas instituições de ensino superior.

Conforme MASSONI (2002) a segmentação de mercado se constitui de estratégia a competitiva para a empresa. Sem dúvida, o mesmo ocorre para as instituições de ensino superior do estado de Santa Catarina. Os indicadores mostrados a seguir deixam claro o potencial mercadológico de cada região ou segmento geográfico.

Tabela 67: Síntese dos Indicadores das Regiões do Mercado de Ensino Superior em Santa Catarina - Ano 2000

continua

Região	Nº de Alunos	Demanda	Oferta Definida	% da Demanda Atendida	Demanda Reprimida	%	Ano de Equilíbrio de Mercado
1ª	24 950	47 882	8 808	18,40%	39 074	81,60%	2 028
2ª	6 905	5 263	1 740	33,06%	3 523	66,94%	2 018
3ª	3 993	3 993	2 340	58,60%	1 653	41,40%	2 009
4ª	13 888	10 020	4 198	41,90%	5 822	58,10%	2 014
5ª	8 498	10 651	2 805	26,34%	7 846	73,66%	2 022
6ª	4 030	1 327	625	47,10%	702	52,90%	2 012
7ª	4 030	4 319	1 585	36,70%	2 734	63,30%	2 017
8ª	1 631	1 030	425	41,26%	605	58,74%	2 015
9ª	3 264	1 780	950	53,37%	830	46,63%	2 010
10ª	1 872	1 035	730	70,53%	305	29,47%	2 006
11ª	6 088	4 301	1 471	34,20%	2 830	65,80%	2 018
12ª	1 881	1 053	420	39,89%	633	60,11%	2 015
13ª	15 030	10 468	4 510	43,08%	5 958	56,92%	2 014
14ª	3 268	1 408	1 047	74,36%	361	25,64%	2 005
15ª	1 041	1 013	755	74,53%	258	25,47%	2 005
16ª	2 512	1 688	840	49,76%	848	50,24%	2 012
17ª	1 397	647	456	70,48%	191	29,52%	2 006
18ª	1 399	817	445	54,47%	372	45,53%	2 010
19ª	2 034	1 714	819	47,78%	895	52,22%	2 012

Tabela 67: Síntese dos Indicadores das Regiões do Mercado de Ensino Superior em Santa Catarina - Ano 2000

conclusão

20 ^a	288	881	495	56,19%	386	43,81%	2 009
21 ^a	180	80	90	112,50%	0	0,00%	1 998
22 ^a	1 391	918	418	45,53%	500	54,47%	2 013
23 ^a	235	96	50	52,08%	46	47,92%	2 011
24 ^a	692	333	285	85,59%	48	14,41%	2 003
25 ^a	240	249	130	52,21%	119	47,79%	2 011
26 ^a	6 810	6 212	1 805	29,06%	4 407	70,94%	2 020
TOTAL	117 547	(1) 119 178	38 242	32,09%	80 946	67,92%	...

Fonte: Dados trabalhados pelo autor

(1) Difere da demanda de 124 583, talvez, pela não participação de algumas IES no fornecimento dos dados.

4.2.1 – O *ranking* das regiões e o ranking das IES

A partir dos dados apresentados na Tabela 67, pode-se estabelecer o *ranking* das regiões por demanda, como também, estabelecer o porte da IES segundo o número de alunos da graduação. Estas informações podem ser úteis para despertar as atenções para novos investidores neste segmento de mercado, novos investimentos das atuais instituições de ensino ou ambos os casos. A Tabela 68, mostra a classificação de cada região e o município pólo.

Tabela 68: *Ranking* das Regiões de S.C. Segundo a Demanda de Mercado

Classificação	Região	Município Pólo
Primeiro	1ª	Florianópolis
Segundo	5ª	Joinville
Terceiro	13ª	Itajaí
Quarto	4ª	Blumenau
Quinto	26ª	São José
Sexto	2ª	Tubarão
Sétimo	7ª	Lages
Oitavo	11ª	Chapecó
Nono	3ª	Criciúma
Décimo	9ª	Joaçaba
Décimo primeiro	19ª	Jaraguá do Sul
Décimo segundo	16	Brusque
Décimo terceiro	14ª	Caçador
Décimo quarto	6ª	Rio do Sul
Décimo quinto	12ª	São Miguel do Oeste
Décimo sexto	10ª	Seara
Décimo sétimo	8ª	Mafra
Décimo oitavo	15ª	Araranguá
Décimo nono	22ª	São Bento do Sul
Vigésimo	20ª	Laguna
Vigésimo primeiro	18ª	Porto União
Vigésimo segundo	17ª	Xanxerê
Vigésimo terceiro	24ª	Curitibanos
Vigésimo quarto	25ª	Ibirama
Vigésimo quinto	23ª	Maravilha
Vigésimo sexto	21ª	Ituporanga

Fonte: O autor

Quanto ao porte das IES, não foi encontrado, nem na literatura, nem nos estudos exploratórios, qualquer critério existente, técnica ou método, do qual se pudesse fundamentar uma classificação das instituições de ensino superior no estado de Santa Catarina.

Então, dado à necessidade de dimensionamento desta IES segundo o número de alunos, **para este estudo**, se estabelece o seguinte critério:

- a) Acima de 10.000 alunos, as IES serão consideradas de grande porte;
- b) De 2000 a 9.999 alunos, as IES serão consideradas de médio porte;
- c) Até 1999 alunos, as IES serão consideradas de pequeno porte.

Disto resulta que, das 41 IES no estado, no ano 2000, segundo a ordem decrescente do número de alunos da graduação, 6 instituições se classificam como de grande porte, 16 instituições se classificam como de médio porte e 13 instituições se classificam como de pequeno porte.

Tabela 69: Classificação do Porte das IES, com Base no Número de Alunos de Graduação em 2000 – *Ranking*

continua

Classificação	IES	Nº de Alunos	Oferta de Vagas	Porte da IES	Organização Acadêmica
1ª	UNIVALI	24 259	7 622	Grande	Universidade
2ª	UFSC (2)	16 948	3 802	Grande	Universidade
3ª	UNISUL	15 322	4 660	Grande	Universidade
4ª	UNOESC	15 018	3 909	Grande	Universidade
5ª	FURB	11 946	3 648	Grande	Universidade
6ª	UNC	7 661	2 560	Médio	Universidade
7ª	UDESC	5 484	1 189	Médio	Universidade
8ª	UNESC	5 327	2 300	Médio	Universidade
9ª	UNIVILLE	5 156	1 910	Médio	Universidade
10ª	UNIPLAC	3 394	1 405	Médio	Universidade
11ª	UNIDAVI	2 243	795	Médio	Universidade
12ª	UNERJ	2 073	864	Médio	Centro Universitário
13ª	ASSELVI (3)	2 042	600	Médio	Faculdades Integradas

Tabela 69: Classificação do Porte das IES, com Base no Número de Alunos de Graduação em 2000 - *Ranking*

conclusão

14 ^a	CESB	1 331	610	Pequeno	Faculdades Integradas
15 ^a	IELUSC (3)	609	200	Pequeno	Faculdade
16 ^a	UTESC	369	160	Pequeno	Faculdade
17 ^a	IST (3)	595	205	Pequeno	Faculdade
19 ^a	FCJ (1)	0	200	Pequeno	Faculdade

Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

As instituições que não constam do ranking não responderam ao instrumento de coleta de dados.

(1) Abertura do primeiro vestibular;

(2) Dados extraídos de INEP – Sinopse Estatística da Educação Superior 2000;

(3) Pesquisa de campo.

Correlacionando o porte da IES com a quantidade de vagas que ofertam, se verifica:

- a) As IES de grande porte oferecem acima de 3.600 vagas;
- b) As IES de médio porte oferecem entre 600 e 2.560 vagas;
- c) As IES de pequeno porte oferecem até 610 vagas.

Confrontando-se a demanda reprimida, mostradas na Tabela 67, com a oferta de vagas das IES segundo o porte das instituições, verifica-se que em quase todas as regiões do estado há potencial de demanda para a expansão das IES existentes, bem como para a entrada ou o estabelecimento de novas instituições de ensino superior.

Tabela 70: Potencial de Mercado Futuro com Base no Ano 2000

continua

Demanda Reprimida	Região	Município Pólo	Potencial Para Expansão de IES (+)
7 012	5 ^a	Joinville	02 IES de grande porte
6 032	13 ^a	Itajaí	01 IES de grande porte e 01 IES de médio porte
4 792	4 ^a	Blumenau	01 IES de grande porte e 01 IES de pequeno porte
4 517	26 ^a	São José	01 IES de grande porte e 01 IES de pequeno porte

Tabela 70: Potencial de Mercado Futuro com Base no Ano 2000

conclusão

3 523	2ª	Tubarão	01 IES de grande porte
2 880	11ª	Chapecó	01 IES de médio porte
2 789	7ª	Lages	01 IES de médio porte
1 939	1ª	Florianópolis	01 IES de médio porte
1 773	3ª	Criciúma	01 IES de médio porte
895	19ª	Jaraguá do Sul	01 IES de médio porte
848	16ª	Brusque	01 IES de médio porte
830	9ª	Joaçaba	01 IES de médio porte
702	6ª	Rio do Sul	01 IES de médio porte
633	12ª	São Miguel D' oeste	01 IES de médio porte
605	8ª	Mafra	01 IES de médio porte
500	22ª	São Bento do Sul	01 IES de pequeno porte
386	20ª	Laguna	01 IES de pequeno porte
372	18ª	Canoinhas	01 IES de pequeno porte
361	14ª	Caçador	01 IES de pequeno porte
305	10ª	Concórdia	01 IES de pequeno porte
258	15ª	Araranguá	01 IES de pequeno porte
191	17ª	Xanxerê	01 IES de pequeno porte
119	25ª	Ibirama	01 IES de pequeno porte
48	24ª	Curitibanos	01 IES de pequeno porte
46	23ª	Maravilha	01 IES de pequeno porte
0	21ª	Ituporanga	Inexistência de demanda reprimida

Fonte: O autor

Nota: (+) Significa que a região tem potencial para a quantidade indicada, além das IES que já estão instaladas.

Esta tabela mostra, apenas, uma simulação da quantidade para a expansão e/ou para a entrada de novas instituições neste mercado. Existem, naturalmente, inúmeras combinações possíveis quanto ao porte das instituições entrantes. Por exemplo, em vez de uma IES de grande porte, poderia se ter 02 ou mais IES de médio porte. Em síntese, inúmeras outras combinações poderiam ser feitas.

4.3 Simulação dos Custos Com a Docência em uma Instituição de Ensino Superior, Segundo as Quatro Formas de Organização Acadêmica.

Este item aborda os custos com a docência, custos diretos, das instituições de ensino superior segundo cada forma de organização acadêmica. Compara os custos entre si e estabelece um indicador relativo a cada forma de organização. Relaciona o custo da produção acadêmica com o custo total com a docência.

Nestas instituições prestadoras de serviços educacionais, o principal elemento de custos é o que incide diretamente nas atividades de ensino, na pesquisa e na extensão: **pessoal docente**, denominado **custo direto**.

Não obstante ao fato de que todas as formas de organização acadêmica prestam serviços educacionais de ensino superior, as instituições são diferentes, se organizam de forma diferente e isto implica custos diferentes, observada em cada estrutura os custos diretos, se indaga:

- a) Na universidade, quanto custa à produção intelectual institucionalizada, um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, um terço do corpo docente em regime de tempo integral?
- b) No centro universitário, quanto custa a excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos, pela qualificação de seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar?
- c) Nas faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores, quanto custa o regime de trabalho do corpo docente?

Pela necessidade da quantificação dos parâmetros acima citados, elabora-se para este estudo uma IES referencial. Através deste modelo de IES, se simulará os custos de cada forma de organização acadêmica.

4.3.1 A instituição de ensino superior referencial

Como modelo de IES para simulação, base empírica, faz-se a adaptação de uma estrutura composta de 22 grades curriculares de cursos de graduação. Estas grades estão disponíveis no Guia Acadêmico 2000 da UNIVILLE.¹³

Para quantificar custos se requer o conhecimento do número de professores da IES, pertinente a sua forma de organização acadêmica. Como as grades curriculares não trazem esta informação, então, **uma maneira** de se encontrar este quantitativo é através do número médio de professores por curso das instituições de ensino superior. Como se trata de custos com as atividades de ensino, se recorre **todas** as universidades do estado para se apurar o número médio de professores por curso. A escolha pela média a partir das universidades se fundamenta no tempo que estas instituições já estão no mercado e, portanto, já estabilizadas em relação a este parâmetro. O que, sem dúvida, acredita-se que ainda não acontece com as IES que estão surgindo, haja vista a fase de implantação.

Tabela 71: Número de Cursos, Professores e Alunos das Universidades em Santa Catarina.

Universidade	Nº Total de Cursos nos Campi	Nº Total de Professores	Nº Total de Alunos nos Campi	Nº Médio de Alunos por Curso	Nº Médio de Professores por Curso
FURB	45	741	11 946	265	17
UNC	72	485	7 661	106	7
UNERJ	12	204	2 073	173	17
UNESC	35	456	5 327	152	13
UNIDAVI	20	120	2 243	112	6
UNIPLAC	32	213	3 394	106	7
UNISUL	76	1 373	15 322	202	19
UNIVALI	76	1 309	24 259	319	18
UNIVILLE	45	446	5 986	133	10
UNOESC	85	748	15 018	177	9
TOTAL	498	6 095	93 229	187	13 (1)

Fonte: ACADE - Disponível em <http://www.acao.org.br/>.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) média aritmética entre os números médios de professores: 12,3, aproximada para 13

¹³ Constante do Anexo B.

4.3.1.1 As medidas de tendência central

As medidas de tendência central que se destacam para este estudo são a média aritmética, a mediana e a moda. Da tabela 71, já se verifica que a média aritmética (\bar{X}) entre os números médios de professores é, aproximadamente, 13. A mediana (Md), número que se encontra no centro de uma série de números e que, conseqüentemente, separa este conjunto ordenado de números em 2 subconjuntos de mesmo número de elementos, é 11,5 e a moda é igual a 7.

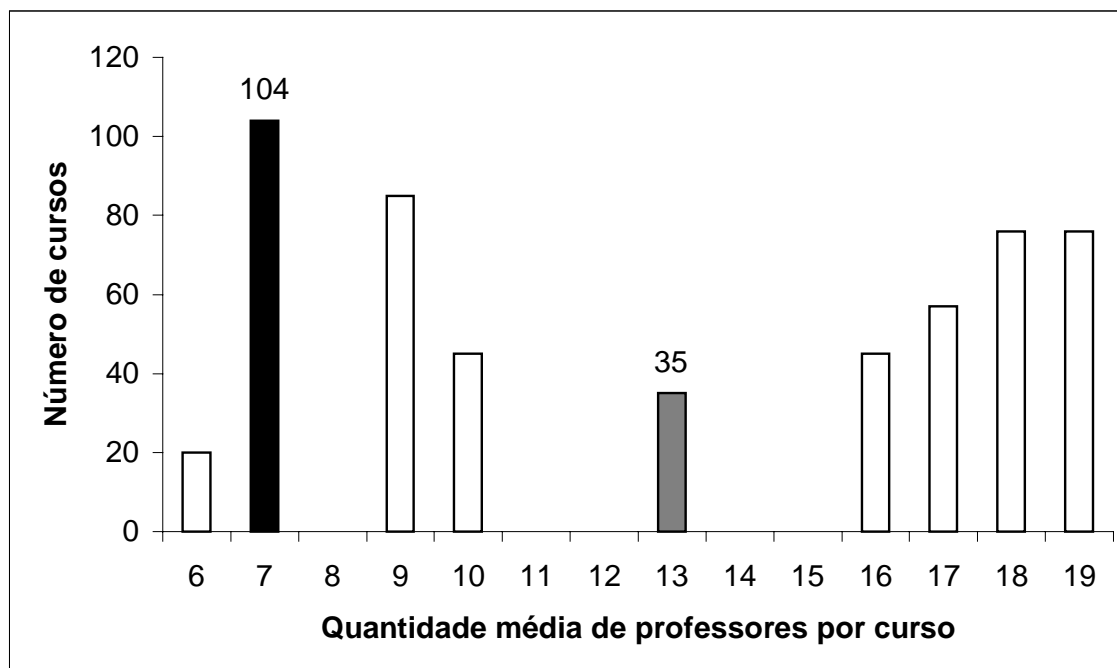
Tabela 72: Distribuição de Frequência com Dados Não-Agrupados Referentes ao Número Médio de Professores por Curso de Graduação das Universidades Privadas Catarinenses

Número Médio de Professores por Curso	Número de Cursos de Graduação – Frequência
6	20
7 (1)	104
9	85
10	45
13	35
16	45
17	57
18	76
19	76

Fonte: O autor.

(1) moda.

Gráfico 36: Distribuição de Frequência Referente ao Número Médio de Professores



Fonte: O autor

Esta distribuição não é normal. Acrescenta-se que a distribuição é dita normal quando a média aritmética, a mediana e a moda são iguais. Como se trata da **população** das universidades privadas do estado de Santa Catarina não há a preocupação com cálculo de probabilidades de uma medida de tendência central a partir de uma amostra.

Uma outra forma de quantificar o número de professores é alocar 1 professor para cada 3 disciplinas. De fato, se observarmos os projetos dos cursos de Administração: habilitação em gestão estratégica de negócios e Ciências Econômicas: habilitação em bacharelado em ciências econômicas, da União Catarinense de Faculdades (UNICAF)¹⁴, instituição não pertencente população estudada, por estar pedindo seu credenciamento em 2002 para atuar a partir de 2003, verifica-se esta particularidade.

Evidentemente é um suposto otimista, com o fim de se obter um corpo docente pequeno devido aos percentuais referentes à titulação acadêmica e aos professores em horários integral e parcial.

¹⁴ Relação de disciplinas e professores constantes do Anexo C.

Entretanto, para o caso desta IES referencial, utilizando-se este princípio de 3 disciplinas para cada professor, implica uma quantidade média de 13 professores por curso nesta simulação, o que coincide com a média do número médio de professores por curso nas universidades privadas do estado. Fica, assim, determinado no âmbito deste estudo este referencial para se encontrar o número médio de professores por curso de graduação: 1 professor para cada 3 disciplinas.

Tabela 73: Elementos Para Cálculo do Custo com a Docência na Graduação na IES Referencial

Cursos de Graduação	Número de disciplinas (1)	Carga Horária Total	Duração em Anos	Número de Professores
Administração – Habilitação Administração de Empresas	32	3 052	4	11
Administração – Habilitação Comércio Exterior	38	3 052	4	13
Artes Visuais – Bacharelado	45	2 972	4	15
Ciências Biológicas	39	3 956	4	13
Ciências Contábeis	29	2 624	4	10
Ciências Econômicas	35	2 764	4	12
Ciências da Religião – Habilitação em Ensino Religioso	33	2 624	4	11
Desenho Industrial – Habilitação em Projeto do Produto	37	3 244	4	13
Desenho Industrial – Habilitação em Programação Visual	37	3 244	4	13
Direito	47	4 096	5	16
Educação Física	39	3 180	4	13
Engenharia Ambiental	57	4 360	5	19
Farmácia – Habilitação Bioquímica	44	4 064	4	15
Farmácia – Habilitação Farmácia Industrial	46	4 064	4	16
Geografia	31	2 936	4	11
História	27	2 668	4	9
Informática	22	2 856	4	8
Letras – Dupla Habilitação: Língua Portuguesa / Inglesa	33	3 308	4	11
Matemática	26	2 668	4	9
Medicina	45	6 912	6	15
Odontologia	49	4 768	5	17
Pedagogia	36	2 904	4	12
TOTAL	827	76 316	..	287

Fonte: Guia Acadêmico da UNIVILLE - 2000

Nota: Dados trabalhados pelo autor

(1) Equivale a atividade curricular.

4.3.2 A técnica de custeio utilizada na IES referencial.

A técnica ou tipo de custeio utilizado nesta simulação denomina-se **custeio por absorção**. Segundo NEVES e VICECONTI (2000, p. 23) “o *Custeio por absorção ou Custeio Pleno* consiste na apropriação de *todos* os custos (sejam eles fixos ou variáveis) à produção do período. Os gastos não fabris (despesas) são excluídos.”

Não obstante a outras técnicas: custeio baseado em atividades ABC, teoria das restrições, e custeio meta, adota-se a técnica do custeio por absorção, também conhecido por custeio tradicional, por ser utilizado pelas IES, demonstradas pelos seus balanços, e, também, principalmente, por ser a única técnica aceita por auditoria externa e pelo Imposto de Renda.

4.3.3 Simulação do custo direto com atividades de ensino de graduação em uma IES. Custo com a docência.

Construção do modelo matemático.

Para o cálculo deste custo considera-se que a Instituição de ensino superior esteja com seus cursos todos implantados e que em cada **ano** letivo haja a presença de uma turma por série. Desta forma, a cada ano será pago o total da carga horária dos cursos. Esclarece-se ainda que o regime de trabalho nas instituições particulares de ensino é conhecido por “horista”, ou seja, remuneração por hora-aula ministrada.

Seja d o custo das atividades docentes.

Então, (d) é função da carga horária total (h) , do valor pago pela hora-aula (v) e de uma constante (k) de conversão de período ano letivo para ano civil. Ou seja, $d = kf(h,v)$.

Logo:

$$d = khv,$$

$$\text{onde } k = \frac{3}{2} = 1,5$$

(corresponde a transformação de 32 semanas letivas, 8 meses, em 12 meses pagos anualmente).

$$\therefore d = \frac{3}{2} hv, \quad (16)$$

Da Tabela 73 se verifica $h = 76.316$ horas - aula. Esta carga horária está distribuída em 32 semanas letivas. Então, admitindo-se um valor $v = R\$ 20,00$ por hora-aula¹⁵, **tem-se o custo anual referente às atividades de docência.**

$$d = \frac{3}{2} \times 76.316 \times 20 = R\$ 2.289.480,00.$$

Note-se que nem a LDB, nem o Decreto 3860 determinam uma única forma de organização de uma IES para prestar os serviços de ensino superior. Pelo contrário, as instituições podem se organizar em uma das quatro formas já elencadas.

Entretanto, para as universidades, há que se observar às restrições existentes de criação estabelecidas no DECRETO 3860 (2001 Art. 8º, § 3º).

As universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ao que dispõem os artigos 52, 53 e 54 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (...) As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação [o que se caracteriza uma restrição para a criação de universidades].

¹⁵ Valor muito aproximado do valor praticado atualmente no Estado de Santa Catarina.

Para os centros universitários ocorre a mesma restrição caracterizada pelo mesmo decreto em seu art.11, § 5º: “Os Centros Universitários somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.”

Esta exigência de criação a partir de outra Instituição já credenciada, não está presente para a criação de faculdades integradas nem das faculdades e demais estabelecimentos isolados de ensino. Observe-se ainda no mesmo decreto: “Art. 13. A criação de cursos superiores em instituições credenciadas como faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores depende de prévia autorização do Poder Executivo.”

Diante disto, verificam-se, portanto, duas situações:

- a) Não há parâmetros de porte ou tamanho das instituições quanto ao número de alunos. Então, uma faculdade ou um instituto, por exemplo, pode ter um número ilimitado de alunos. O mesmo acontece com as faculdades integradas, os centros universitários e as universidades;
- b) Se há apenas a exigência da criação das universidades e dos centros universitários, a partir de instituições já credenciadas. Isto implica que tanto as universidades como os centros universitários podem se transformar em faculdades integradas ou faculdades, institutos e escolas superiores, sem restrições legais.

Com isto, se está diante de uma questão fundamental para a estratégia competitiva destas instituições: qual é a relação entre seus custos com a docência ou custos diretos?

4.3.4 Simulação de custo direto na universidade

Construção do modelo matemático.

Seja (u) o custo direto na universidade.

Então, (u) é função dos custos dos professores em atividades de ensino da graduação (d) , do custo dos professores em tempo integral (t) , do custo dos professores com produção acadêmica institucionalizada (p) e do custo dos professores em capacitação docente (c) , na forma da LDB, do artigo 52, incisos I, II, III. Ou seja, $u = f(d, t, p, c)$

Diante disto, é preciso encontrar o modelo matemático de cada suposto evidenciado.

4.3.4.1 Cálculo do custo dos docentes em regime de tempo integral no período letivo (t)

Construção do modelo matemático.

Da LDB, a universidade requer um terço do corpo docente em **regime de tempo integral**.

O DECRETO 3860 (2001, art. 9º), estabelece:

Para os fins do inciso III do art. 52, da Lei n. 9.394, de 1996, entende-se por regime de trabalho docente em tempo integral aquele que obriga a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma Instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais destinado a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação [que caracteriza, pelo menos substancialmente, o tempo para a realização da produção acadêmica].

Então, seja:

(n) , o número de professores do corpo docente;

Evidentemente existirá uma carga horária complementar referente às 40 horas-aula, já que os professores estarão em regime de tempo integral.

Seja, ainda:

Δh a média da carga horária semanal complementar, a cada professor, das 40 horas-aula exigidas. Logo, o custo com a docência em regime de tempo integral será:

$$t = \frac{1}{3} n \Delta h \nu (32) k, \text{ onde } 32 = \text{número de semanas letivas.}$$

$$k = \frac{3}{2}$$

$$\therefore t = \frac{32}{3} \times \frac{3}{2} n \Delta h \nu$$

$$t = 16 n \Delta h \nu, \tag{17}$$

4.3.4.2 Cálculo do custo com produção acadêmica institucionalizada e com capacitação docente.

Construção do modelo matemático.

Parte-se do suposto que a produção acadêmica decorre exatamente do trabalho dos professores que estão em horário integral. Então este custo, assim caracterizado, ou é inexpressivo ou nulo. Ou seja, $p = 0$

Da mesma forma, o custo com a capacitação docente, na forma requerida pelo artigo 52, inciso III, da LDB “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado”, não se apresentam como um elemento contínuo de custo, mas sim como um elemento de aspecto temporal tendendo a um valor inexpressivo se comparado com os outros custos elencados.

Até porque, se o corpo docente já é composto por um terço de professores em horário integral, em atividades de produção de conhecimentos, ou isto ocorrerá em breve por força da legislação, então é razoável admitir que a maioria deste professores, ou sua quase totalidade, já possui a titulação requerida. Então este custo, assim caracterizado, também tende a zero. Assim, $c = 0$.

Logo, o custo direto na universidade será de:

$$u = f(d, t, p, c),$$

$$u = d + t + p + c$$

Mas,

$$d = \frac{3}{2} h v, \quad t = 16 n \Delta h v \quad \text{e} \quad p = c = 0$$

$$\therefore u = \frac{3}{2} h v + 16 n \Delta h v$$

$$u = v \left(\frac{3}{2} h + 16 n \Delta h \right)$$

$$u = \frac{3}{2} v \left(h + \frac{32}{3} n \Delta h \right) \quad (18)$$

Definido que n é igual a 287 professores, para elaborar o custo destes professores em horário integral, resta saber a diferença entre a carga horária que ministrariam na docência e às 40 horas definidas no texto legal.

Preserva-se o suposto de 3 disciplinas por professor. Em geral, a carga horária das disciplinas corresponde a 02 ou 04 horas-aula semanais. Resulta que a carga horária praticada pelos professores estará compreendida entre 06 e 12 horas-aula semanais. Assim, é razoável adotar 08 horas-aula semanais como carga horária média relativa aos professores.

Com isto, para complementar às 40 horas mínimas exigidas no texto legal para professores em horário integral, haverá necessidade de se alocar, pelo menos, mais 28 horas-aula por professor. Destas, pelo menos vinte horas semanais destinados a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação, na forma do Decreto 3860, acrescida de 8 horas semanais para complementar às quarenta horas semanais relativas ao horário integral.

Portanto, tem-se a simulação dos seguintes custos:

a) o custo direto na universidade (u);

b) o custo referente ao regime de tempo integral (t).

Aplicando os modelos matemáticos, encontram-se:

$$u = \frac{3}{2}v(h + \frac{32}{3}n\Delta h)$$

$$u = \frac{3}{2} \left[20(76316 + \frac{32}{3} \times 287 \times 28) \right]$$

$$\therefore u = \text{R\$ } 4.861.000,00$$

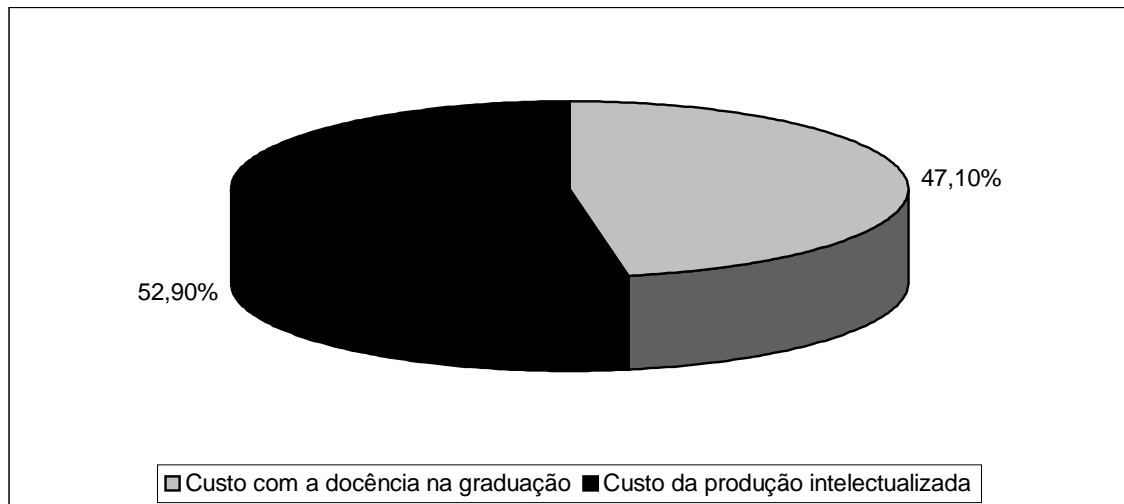
$$t = 16n\Delta hv$$

$$t = 16 \times 287 \times 28 \times 20$$

$$t = \text{R\$ } 2.571.520,00$$

Nestas condições, se verifica que, independente do valor hora-aula pago, o custo com docentes para a produção intelectualizada equivale a **52,90%** sobre o custo total da universidade com pessoal docente e o custo com os docentes nas atividades de ensino de graduação equivale a **47,10%**.

Gráfico 37: Percentuais de Custos com a Docência na Graduação e com a Produção Intelectualizada em Relação ao Custo Total



Fonte: O autor

A relação entre o custo com docentes para a produção intelectualizada ou produção acadêmica e o custo com docentes para as atividades docentes (aulas), pode-se denominar de índice de custo com produção acadêmica (*icpa*). Conseqüentemente, o modelo matemático será:

$$icpa = \frac{\text{custo de produção acadêmica}}{\text{custo com docência}} = \frac{t + p + c}{d}.$$

No caso desta simulação, o índice será:

$$icpa = \frac{2.571.520}{2.289.480} = 1,12.$$

Note-se que este custo independe do valor (v) pago pela hora-aula. Com efeito:

$$icpa = \frac{\text{custo de produção acadêmica}}{\text{custo com docência}} = \frac{t}{d}, \text{ pois } p \text{ e } c \rightarrow 0$$

$$icpa = \frac{16n\Delta hv}{\frac{3}{2}hv} = \frac{2}{3} \frac{16n\Delta hv}{hv} = \frac{32n\Delta h}{3h}, \text{ simplificou-se a variável } v.$$

Substituindo - se os valores de n, Δh e v, tem - se :

$$icpa = \frac{32 \times 287 \times 28}{3 \times 76316} = 1,12 \text{ Como se queria demonstrar (cqnd).}$$

Isto significa que **para cada R\$1,00** que se aloca nas atividades de ensino na graduação (aulas) **implica, no mínimo, R\$1,12** nas atividades de produção acadêmica, neste caso, produção intelectualizada.

4.3.5 Simulação do custo direto no centro universitário

Construção do modelo matemático.

Seja (w) o custo direto no centro universitário.

Então, (w) é função dos custos dos professores com a excelência do ensino oferecido, comprovado pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os supostos para a quantificação do que seja excelência de ensino não foram definidos no Decreto

3860. Contudo, remete a questão ao credenciamento do centro universitário, à formalização de um termo de compromisso entre a entidade mantenedora e o MEC.

Art. 25. O credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados a formalização de Termo de Compromisso entre a entidade mantenedora e o Ministério da Educação.

Parágrafo único. Integrarão o Termo de Compromisso de que trata o *caput*, os seguintes documentos:

I – plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente, infra-estrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação [critérios e padrões que não estão bem definidos como no caso das universidades];

O credenciamento dos centros universitários também é tratado pelo Parecer 1366/2001 da Câmara de Educação Superior, que estabelece ainda: “ter obtido em seus cursos de graduação, nas avaliações a que tiver sido submetida, mais da metade de conceitos A, B ou C nas três últimas edições do Exame Nacional de Cursos e, pelo menos, nenhum conceito insuficiente no item corpo docente na avaliação das condições de oferta do curso” (Artigo 8, inciso I).

Com efeito, este parecer também não deixa claro a questão. Entretanto, o Parecer 618/99 da Câmara de Educação Superior, deixou o assunto claro da excelência associada à qualidade dos cursos de graduação e do corpo docente:

...90% do corpo docente constituído por Doutores, Mestres, Especialistas e ou Profissionais de reconhecida qualificação no campo da disciplina na qual atuam na Instituição, com um percentual mínimo de 20% do corpo docente com titulação de Mestres e ou Doutores; ter o seu corpo docente integrado por, no mínimo, 10% de professores em tempo integral e 40%, em tempo contínuo (12 e 24 horas), demonstrar possuir corpo docente integrado por, no mínimo, 20% dos professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades acadêmicas extra-classe; previsão de tempo remunerado para a dedicação do corpo docente ao atendimento de alunos.

Verifica-se que a exigência de 90% do corpo docente constituído por doutores, mestres, especialistas e ou profissionais de reconhecida qualificação no

campo da disciplina na qual atuam na Instituição, para fins de custo esta exigência se torna inexpressiva.

O requisito mínimo de qualificação para contratação de professores é a certificação de especialização. A contratação de professores apenas com graduação é uma exceção. Além disso, “a presença de docentes sem especialização pode ser aceita excepcionalmente, mediante compromisso da Instituição no sentido de, em prazo pré-determinado, assegurarem que os docentes adquiram a qualificação mínima” (PARECER 1070/99). Logo, é muito provável que não haja qualquer custo adicional para um centro universitário satisfazer a esta exigência, exceto a diferenciação, quando for o caso, do valor hora-aula destes profissionais.

O mesmo não acontece com o corpo docente integrado por, no mínimo, 10% de professores em tempo integral e 40% em tempo contínuo (12 e 24 horas). Fundamentado na exigência mínima, a situação ideal de custo seria a alocação do menor quantitativo: 10% dos professores em horário integral e 40% em horário contínuo de 12 horas-aula.

Quanto aos 20% dos professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades acadêmicas extra-classe e a previsão de tempo remunerado para a dedicação do corpo docente ao atendimento de alunos, manifesta-se que tais exigências, em termos de custos, muito provavelmente já estarão satisfeitas pelas condições de horário integral e horário contínuo.

Então, (w) é função dos custos dos professores em atividades de ensino da graduação (d), do custo dos professores em horário integral (t), do custo dos professores em horário contínuo (m), do custo dos professores com jornada de trabalho extra-classe (j) e do custo dos professores com atendimentos a alunos (l).

Ou seja, $w = f(d, t, m, j, l)$

$$w = d + t + m + j + l$$

Mas, da equação 16, tem-se:

$$d = \frac{3}{2} h v ,$$

Com $\frac{1}{3}$ de professores em horário integral elaborou-se a equação 17. Agora, com 10% tem-se:

$$\begin{aligned} t &= \frac{10}{100} n \Delta h v (32) k, \text{ onde } 32 = \text{número de semanas letivas.} \\ k &= \frac{3}{2} \therefore \\ t &= \frac{10}{100} \times \frac{3}{2} n \Delta h v (32) \\ t &= \frac{24}{5} n \Delta h v, \end{aligned} \tag{19}$$

(n), (k) e Δh , já foram definidos anteriormente. Assim, com $j = l = 0$, pois estão absorvidos pelos professores de tempo integral,

$$w = \frac{3}{2} h v + \frac{24}{5} n \Delta h v + m, \tag{20}$$

4.3.5.1 Cálculo do custo dos professores em horário contínuo (m)

Preservando-se também o suposto de 3 disciplinas por professor, o que equivale a 08 horas-aula semanais como carga horária média, para complementar às 12 horas mínimas exigidas no texto legal para professores em horário contínuo, haverá necessidade de se alocar mais 4 horas-aula por professor em horário contínuo.

$$\begin{aligned} m &= \frac{40}{100} n (4) v k \\ m &= \frac{40}{100} n v (4) (32) \\ m &= \frac{256}{5} n v, \end{aligned} \tag{21}$$

Como, $w = \frac{3}{2} h v + \frac{24}{5} n \Delta h v + m$ e substituindo-se o valor de (m) , resulta:

$$w = \frac{3}{2} h v + \frac{24}{5} n \Delta h v + \frac{256}{5} n v$$

$$w = v \left[\frac{3}{2} h + \frac{24}{5} n \Delta h + \frac{256}{5} n \right]$$

$$w = v \left[\frac{3}{2} h + \frac{n}{5} (24 \Delta h + 256) \right], \quad (22)$$

Retomando-se a simulação dos custos no centro universitário, tem-se que neste caso o corpo docente se constitui de 287 professores, então implicam 29 professores em horário de tempo integral e 115 professores em horário contínuo de 12 horas-aula.

Da mesma forma que foi feito para a universidade, em relação à obrigatoriedade das 40 horas-aula semanais concernentes ao regime de tempo integral, tem-se $\Delta h = 28$ horas para cada professor destes.

Logo, da equação 22, tem-se:

$$w = 20 \left[\frac{3}{2} (76.316) + \frac{287}{5} (24 \times 28 + 256) \right]$$

$w = \text{R\$ } 3.354.824,00$, sendo:

$$d = \frac{3}{2} h v ,$$

$$d = \frac{3}{2} \times 76.316 \times 20$$

$$d = \text{R\$ } 2.289.480,00$$

$$t = \frac{24}{5} n \Delta h v$$

$$t = \frac{24}{5} \times 287 \times 28 \times 20$$

$$t = \text{R\$ } 771.456,00$$

$$m = \frac{256}{5}nv$$

$$m = \frac{256}{5} \times 287 \times 20$$

$$m = \text{R\$ } 293.888,00$$

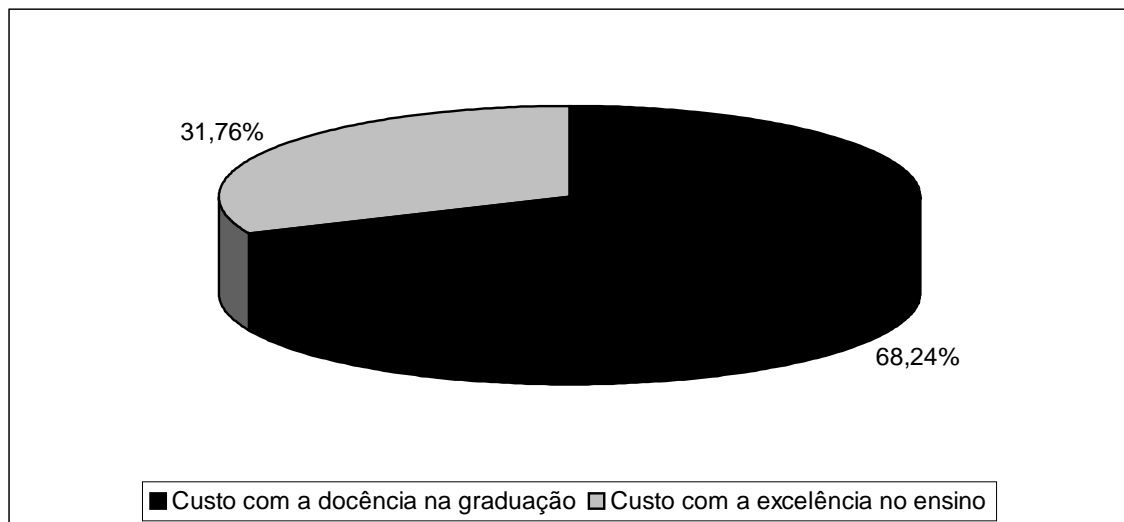
4.3.5.2 Cálculo do custo com a excelência no ensino

O custo da excelência na qualidade de ensino será, portanto:

$$t + m = 771.456 + 293.888 = \text{R\$ } 1.065.344,00 .$$

Então, em relação ao custo total da docência na graduação no centro universitário, o custo com a excelência na qualidade das atividades equivale a 31,76%. O custo com os docentes nas atividades de ensino de graduação equivale a 68,24%. Os percentuais são encontrados através da aplicação dos respectivos modelos matemáticos: $100\left(\frac{t+m}{w}\right)$ e $100\left(\frac{d}{w}\right)$.

Gráfico 38: Percentuais de Custos com a Docência na Graduação e com a Excelência de Ensino em Relação ao Custo Total



Fonte: O autor

No caso deste centro universitário, o índice acadêmico será:

$$icpa = \frac{1.065.344}{2.289.480} = 0,46. \text{ Também independe do valor (v) pago pela hora-}$$

aula.

Isto significa que **para cada R\$ 1,00** que se coloca nas atividades de ensino na graduação (aulas) **implica R\$ 0,46** nas atividades de produção acadêmica, neste caso, a excelência na qualidade das atividades para o ensino.

4.3.6 Simulação de custo direto nas faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores.

Construção do modelo matemático.

Seja (y) o custo direto nas faculdades.

Da organização acadêmica das instituições de ensino superior em faculdades integradas, já definida em 2.1.3, extrai-se como parâmetros de custos apenas as atividades de ensino de graduação (d), pois o texto legal não faz alusão a professores nem em horário integral e nem em horário contínuo, e que, de mesma forma, não exige a operacionalização de docentes em atividades de pesquisa e nem de extensão. O objetivo desta organização acadêmica volta-se, portanto, apenas para a formação profissional.

Então, (y) é função dos custos dos professores com as atividades de ensino na graduação.

De forma análoga à universidade e ao centro universitário, admite-se que a estrutura dos cursos de graduação mostrada pela Tabela 73, também pode ser operacionalizada por um grupo de faculdades integradas, ou simplesmente faculdades, institutos ou escolas superiores. Pode-se, assim, simular os custos. O que se enfatiza, outra vez, é que não há parâmetros que determinem o tipo de organização acadêmica segundo o número de alunos.

Assim, por exemplo, tanto uma universidade como uma faculdade **pode ter o mesmo número de alunos.**

Logo:

$y = f(d)$, que da equação 16, resulta:

$$y = \frac{3}{2}hv.$$

Portanto, $y = \text{R\$ } 2.289.480,00$, já calculado anteriormente. O que implica a não existência de custos com as atividades de produção acadêmica. Ou seja:

$$icpa = \frac{0}{2.289.480} = 0.$$

4.4 Cálculo dos Custos Operacionais Unitários, Referentes à Docência, na IES Referencial, Segundo as Quatro Formas de Organização Acadêmica

Neste estudo, denomina-se custo operacional unitário (cou) a relação entre o total dos custos com pessoal e o número total de alunos. O custo total com o pessoal, também denominado custo operacional, é a soma do custo do pessoal com as atividades de ensino, pesquisa e extensão ou, simplesmente, custo com as atividades acadêmicas (caa), também denominado custos diretos, com os custos referentes às atividades de apoio ou atividades administrativas, também denominado custo indireto.

$$cou = \frac{\text{custo das atividades acadêmicas} + \text{custo de apoio administrativo}}{\text{total do número de alunos}}, \quad (23)$$

Para calcular o custo operacional unitário da IES referencial, segundo as quatro formas de organização acadêmica, se requer para esta instituição a alocação de um número de alunos e, também, a estimativa dos custos indiretos ou custos com a estrutura de pessoal de apoio, já que o custo com a docência já foi calculado.

4.4.1 Cálculo do número de alunos para a IES referencial

A Tabela 71 mostra que as universidades em Santa Catarina apresentam 187 alunos em média por curso. Procedendo-se à distribuição de freqüência dos dados não agrupados têm-se:

Tabela 74: Distribuição de Freqüência com Dados Não Agrupados Referentes ao Número Médio de Alunos nas Universidades Catarinenses

Número Médio de Alunos por Curso	Número de Universidades
106	2
112	1
133	1
152	1
173	1
177	1
202	1
265	1
314	1

Fonte: O autor.

Com fundamentação no modelo matemático de Sturges, $i=1+3,3(\log n)$, que também estabelece do número de intervalos de classes de uma distribuição, no qual (i) é a quantidade de intervalos e (n) a quantidade de dados, para os dados referentes às 10 universidades privadas do estado, esta distribuição de freqüência poderá apresentar, por aproximação, 5 intervalos de classe, indicados na tabela a seguir.

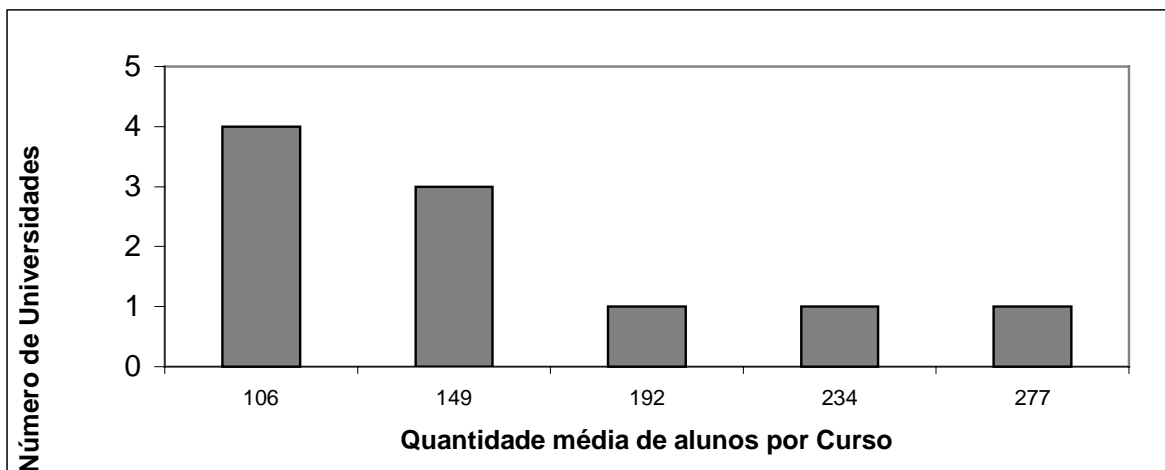
Tabela 75: Distribuição de Freqüência com Dados Agrupados Referentes ao Número Médio de Alunos nas Universidades Catarinenses

Intervalos de Classes	Número de Universidades
106 - 148	4
149 - 191	3
192- 233	1
234 - 276	1
277 - 319	1

Fonte: O autor.

Nota: Os limites, inferior e superior, pertencem ao intervalo.

Gráfico 39 – Distribuição de Frequência, com Dados Agrupados, Referentes ao Número Médio de Alunos nas Universidades Catarinenses



Fonte: O autor

Como se verifica, esta distribuição não é normal. Entretanto, como a moda (Mo) = 106, a média aritmética (\bar{x}) = 187 e a mediana (Md) = 173, todas numericamente diferentes, e por se tratar da população das universidades privadas do estado, entende-se que a media reflete melhor a medida de tendência central.

Portanto, fixada a quantidade de 187 alunos por curso, a IES referencial, com seus 22 cursos, terá 4.114 alunos.

4.4.2 Os custos indiretos ou custos com pessoal de apoio administrativo

Dos demonstrativos das IES da amostra, apenas a UNESC e a UDESC possibilitaram a verificação dos custos com estrutura de apoio ou pessoal técnico-administrativo. Estes custos, bem como os custos operacionais unitários das IES são mostrados na Tabela a seguir.

Tabela 76: Amostra dos Custos das IES de Santa Catarina – Ano 2000

IES	Custo Operacional	Custo com Atividades Acadêmicas (caa)	Custo com Pessoal de Apoio	% Sobre (caa)	Nº total de Alunos	Custo Operacional Unitário
UNOESC	R\$ 31 159 057,75	17 160	R\$ 1.815,80
UNIPLAC	R\$ 9 273 556,76	4 073	R\$ 2.276,84
UNIVILLE	R\$ 13 990 771,00	7 362	R\$ 1.900,40
UNESC (2)	R\$ 9 905 916,24	R\$6 191 609,52	R\$3 714 306,72	60,00%	4 979	R\$ 1.989,54
ASSELV (2) e (3)	R\$1 371 677,64	2 047	R\$ 670,09
IST (2)	R\$ 1 080 167,00	595	R\$ 824,45
FEBE	R\$ 1 965 018,00	1 331	R\$ 1.476,35
UTESC (1) e (2)	R\$ 299 061,01	R\$254 734,97	R\$44 326,04	17,50%	490	R\$ 610,33

Fonte: UNOESC – Balanço 2000; UNIPLAC – Balanço 2000; UNIVILLE – Relatório de Atividades 2000; UNESC - Projeto Acadêmico Institucional da UNESC, 2000; ASSELV e IST– Setor Financeiro; FEBE - Balanço 2000; UTEC – Balanço 2000; ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br>;

Notas: Os dados de custos foram extraídos dos documentos e setores financeiro citados.

O número total de alunos da UNOESC e UNIPLAC foram extraídos de seus sites em *linke* com a ACAFE.

Dados trabalhados pelo autor.

(1) Instituição mantenedora da Faculdade de Processamento de Dados de Joinville e da Faculdade de Desenho Industrial de Joinville.

(2) Os dados referem-se somente à graduação.

(3) Instituição mantenedora das Faculdades Integradas do vale do Itajaí

4.4.3 Cálculo do custo operacional unitário da IES referencial, segundos as formas de organização acadêmica

Tomando-se por base o percentual da UNESCO o custo com o pessoal de apoio administrativo corresponde ao percentual de, aproximadamente, 60,00% do custo com o pessoal em atividades acadêmicas para as instituições universitárias. Da mesma forma, tomando-se por base a UTESC, este percentual corresponde a, aproximadamente, 17,50% para a IES referencial não-universitária.

Alocando-se estes percentuais para a IES referencial, na falta de dados para uma estatística mais acurada, encontram-se os seguintes custos operacionais unitários:

a) Na Universidade:

Custo com as atividades acadêmicas = R\$ 4.861.000,00

Custo com pessoal de apoio = 60% do caa :

$$4.861.000 \times 0,60 = \text{R\$ } 2.916.600,00$$

Logo :

$$\text{Custo operacional} = 4.861.000,00 + 2.916.600,00 = \text{R\$ } 7.777.600,00$$

Portanto :

$$\text{Custo operacional unitário} = \frac{7.777.600}{4.114} = \text{R\$ } 1762,03$$

b) Centro universitário

Custo com as atividades acadêmicas = R\$ 3.354.824, 00

Custo com pessoal de apoio = 60% do caa :

$$3.354.824 \times 0,60 = \text{R\$ } 2.012.894,40$$

Logo :

$$\text{Custo operacional} = 3.354.824, 00 + 2.012.894, 40 = \text{R\$ } 5.367.718, 40$$

Portanto :

$$\text{Custo operacional unitário} = \frac{5.367.718, 40}{4.114} = \text{R\$ } 1.304,74$$

- c) Faculdades integradas, institutos e demais estabelecimentos isolados de ensino.

Custo com as atividades acadêmicas = R\$ 2.289.480,00

Custo com pessoal de apoio = 17,5% do caa :

$$2.289.480 \times 0,1750 = \text{R\$ } 400.659,00$$

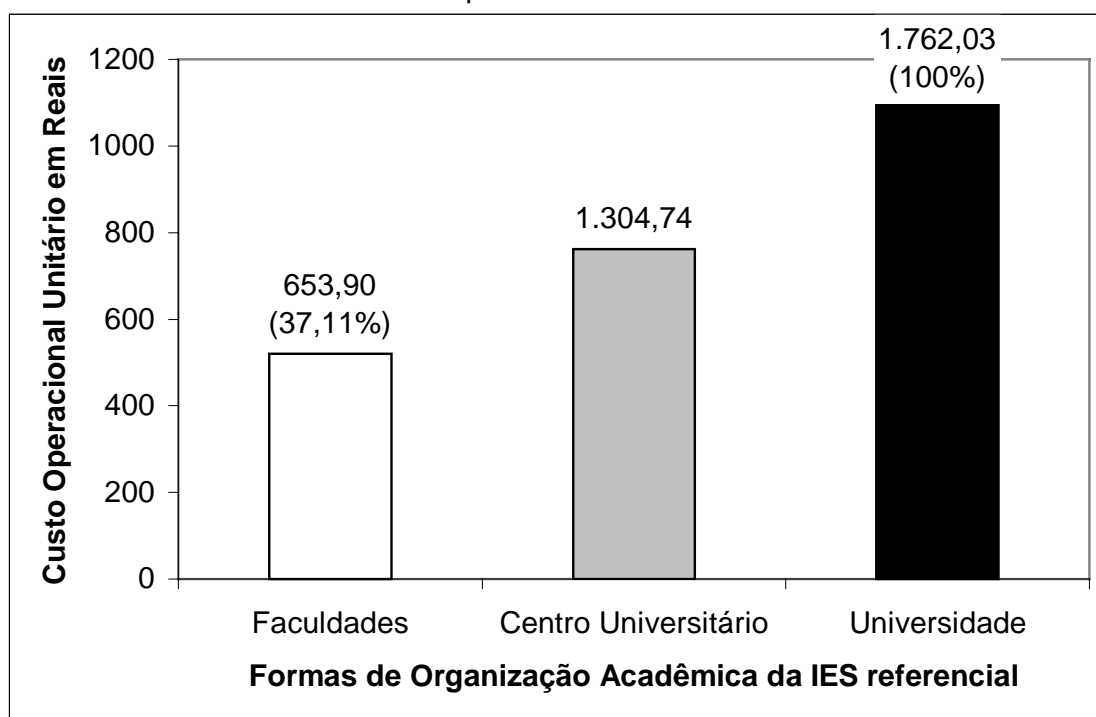
Logo :

$$\text{Custo operacional} = 2.289.480,00 + 400.659,00 = \text{R\$ } 2.690.139,00$$

Portanto :

$$\text{Custo operacional unitário} = \frac{2.690.139}{4.114} = \text{R\$ } 653,90$$

Gráfico 40: Custo Operacional Unitário – IES Referencial



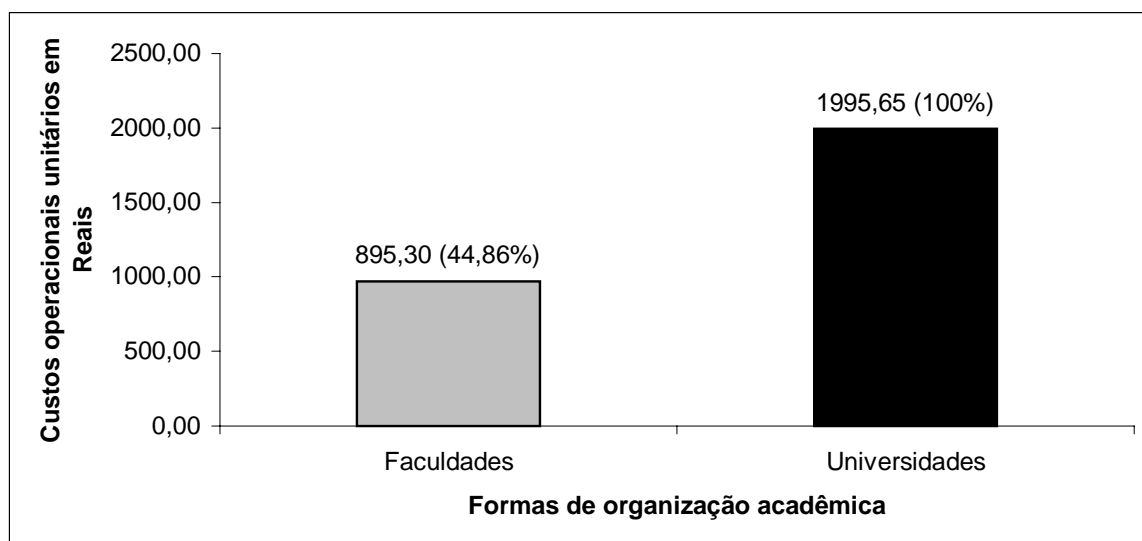
Fonte: O autor

Estes valores mostram que, relativo a IES referencial, as faculdades ou estabelecimentos isolados de ensino superior têm um custo operacional unitário na ordem de 37% do custo operacional unitário da universidade e, na ordem de 50% em relação ao centro universitário.

4.5 Comparação Entre os Custos Operacionais Unitários da IES Referencial e das IES da Amostra

No mercado, através dos demonstrativos de resultados dos balanços e da quantidade total dos alunos concernentes à amostra, pode se verificar o custo operacional unitário destas IES. Existe uma diferença significativa entre custo operacional unitário das faculdades e o custo unitário das universidades. Sem dúvida, a média entre os custos operacionais unitários das faculdades é R\$895,30 e a média dos custos operacionais unitários das universidades é R\$1.995,65. Resulta que os custos operacionais das faculdades equivalem a 44,86% dos custos operacionais das universidades, o que equivale dizer que é menor em 55,14%.

Gráfico 41: Média do Custo Operacional Unitário das Faculdades e das Universidades – Ano 2000

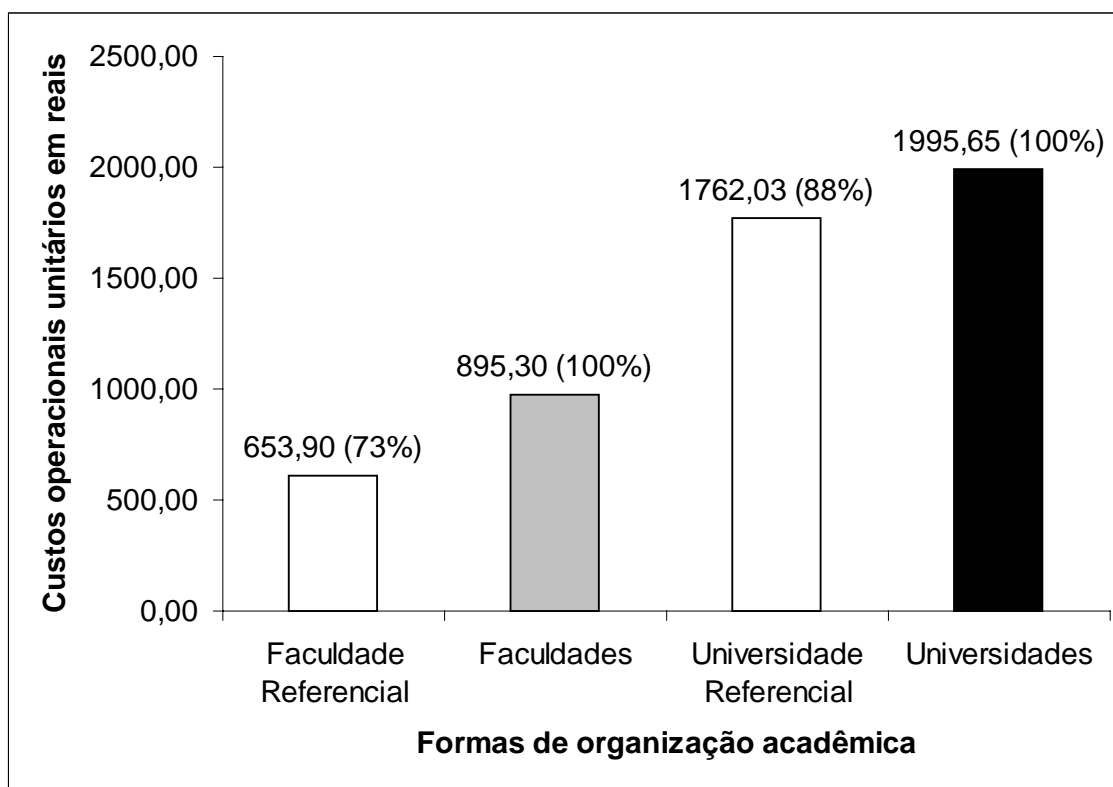


Fonte: O autor

Comparando-se estes custos com os custos operacionais unitários da IES referencial, encontra-se:

- a) Cou da faculdade referencial = R\$ 653,90;
- b) Média dos cou das faculdades da amostra = R\$970,38;
- c) Cou da universidade referencial = R\$1.762,03
- d) Média dos cou das universidades da amostra = R\$1.995,65

Gráfico 42: Comparação Entre as Formas Acadêmicas Referenciais e as Formas Acadêmicas da Amostra - Ano 2000



Fonte: o autor

O que se verifica é que, tanto na comparação entre as formas acadêmicas da IES referencial quanto às formas acadêmicas das IES da amostra, a diferença de custos entre as instituições universitárias e as instituições não-universitárias é significativa. Comparando-se as formas acadêmicas referenciais com suas

congêneres da amostra, se verifica uma coerência tanto nos valores quanto nos percentuais, haja vista que as instituições da amostra apresentam, até mesmo, diferenças maiores que estas se comparadas entre si.

Com efeito, basta se comparar a UNOESC com a UNIPLAC que se verifica que os custos operacionais unitários da primeira correspondem a 79,75% dos mesmos custos da segunda. O mesmo acontece entre a UDESC e a FEEC. Os custos operacionais unitários da UDESC correspondem a 41,34% dos custos da FEEC. Portanto em ambos os casos a diferença é maior.

4.6 Considerações Finais Sobre a Análise dos Resultados

Este item sintetiza os estudos de mercado e de custos das instituições de ensino superior no Estado de Santa Catarina. Retomando-se as questões de mercado destacam-se:

- a) Projeção do tamanho da demanda em Santa Catarina, período 2001 – 2010, que mostra um crescimento na ordem de 11% ao ano variando de 137.279 alunos em 2001 para 376.477 alunos em 2010;
- b) o potencial de mercado futuro para o estabelecimento de outras IES, mostra as regiões do estado de Santa Catarina que têm potencial para crescimento das instituições existentes e/ou para a entrada de novas instituições, com base numa oferta de vagas que venha a equilibrar o mercado;
- c) a autonomia como fator de competitividade para as instituições universitárias *versus* os custos como fator de competitividade para as instituições não-universitárias.

Decorre para o futuro um mercado completamente promissor, com uma demanda em crescimento expressivo, possibilitando também o crescimento das atuais instituições que ofertam ensino superior, bem como o surgimento de novas instituições.

Ficou evidenciado que a presença de novas instituições só pode se dar pela organização acadêmica relativa às faculdades, institutos e escolas superiores, já que as outras formas de organização acadêmica requerem a existência de Instituição já credenciada.

Não há dúvida que a autonomia universitária, dada à liberdade operacional que propicia, acarreta vantagens, a princípio competitivas, às universidades e aos centros universitários, se comparadas às faculdades integradas, aos institutos, e às escolas superiores.

Da mesma forma, não há dúvida sobre a diferença significativa de custos entre as diferentes formas de organização acadêmica, tanto pela simulação destes custos em uma Instituição de ensino superior referencial, quanto pelo custo operacional unitário evidenciado através da amostra das instituições que operam no mercado catarinense.

Provavelmente, estes indicadores ou o contexto mercadológico que ora se apresenta, favoreça, em muito, a presença de novas instituições não-universitárias neste mercado, que por sua vez, num determinado tempo, podem comprometer a estrutura universitária, deixando as universidades e os centros universitários a mercê da sustentação de um preço de venda dos seus serviços de ensino na graduação, **inviável**.

Por outro lado, nada impede que as universidades e os centros universitários passem a se organizar na forma de faculdades integradas. Se já conseguiram implantar os cursos que julgavam necessários, se estão satisfeitas com as posições competitivas conquistadas em suas regiões, então qual é o diferencial de valor agregado que a autonomia poderá, ainda, trazer?

Acreditar também que os custos operacionais unitários, expressivamente menores para as instituições não-universitárias, possam se constituir em uma vantagem competitiva duradoura, se traduz num pensamento falacioso, uma vez que o mercado é dinâmico e a estrutura da instituição universitária, pode gerar, principalmente, através de novas tecnologias, como, por exemplo, ensino semipresencial, um aumento na receita operacional **sem** o devido aumento proporcional nos custos. De fato, parafraseando VASCONCELLOS (2001), para a sustentabilidade de vantagem competitiva deve-se considerar os aspectos estruturais do setor, recursos e competências da instituição.

Em síntese, se verifica que neste atual contexto, as instituição não-universitárias têm uma significativa vantagem competitiva frente a este mercado em expansão: seus baixos custos, tanto em relação às atividades acadêmicas quanto operacionais unitários.

5 DISCUSSÃO

Este capítulo compara os resultados apresentados com a abordagem teórica realizada em torno do objeto de investigação: o mercado, os custos, as formas de organização acadêmica e a competição. Indicam as aplicações e limitações deste trabalho científico, sua continuidade e a recomendação para a realização de novas pesquisas.

5.1 Sobre os dados referentes à demanda publicados tanto pelo INEP quanto pela ACADE

As demandas, referente ao ensino superior brasileiro e ao ensino superior no estado de Santa Catarina, foram extraídas das estatísticas do INEP, já citadas. Estas demandas fundamentam-se na quantidade de candidatos inscritos nos vestibulares e, mais recentemente, também nos processos seletivos das instituições de ensino superior para os cursos de graduação presenciais.

A coerência faz pensar que um candidato pode se inscrever para processo seletivo em várias instituições na mesma época. A realidade mostra que isto realmente acontece. De fato, é de domínio público, a famosa “corrida” ou “ciranda” do vestibular em todo o país.

Com isto, se os dados publicados pelo INEP, concernentes aos candidatos inscritos nos processos seletivos que, neste estudo significam demanda por uma vaga no ensino superior, for, simplesmente, a somatória dos dados congêneres informados pelas IES, relativos aos seus vestibulares ou processos seletivos de uma forma mais ampla, então com certeza, a demanda registrada pelo INEP e publicada em suas estatísticas é maior do que a demanda real por uma vaga no ensino superior, seja a nível nacional ou estadual, conforme publica.

O mesmo ocorre com os dados publicados, ou disponibilizados, pela ACADE. Mesmo se tratando da demanda por vaga no ensino superior relativa a cada instituição que compõem o sistema, não há dúvida, que existem inúmeros candidatos que se inscrevem nos processos seletivos de mais que uma IES.

Não se saberia, a princípio, qual é a exata dimensão deste erro. Porém, já **se recomenda uma pesquisa ou outros estudos sistemáticos** que possam expressar estes quantitativos de demanda com uma maior acuidade, tanto a nível nacional, quanto a nível estadual, conforme são publicados.

5.2 – Sobre o mercado brasileiro de ensino superior

Os resultados apresentados **confirmam** as afirmações de Castro e de Souza sobre a expansão no sistema brasileiro de educação superior:

- a) Aceleração do ritmo de expansão da matrícula na graduação no Brasil, a partir de 1994 e, mais acentuadamente, desde 1996, no qual se observou em 1999 um crescimento de 11,8% na matrícula em cursos de graduação.

De fato, o Gráfico 4 mostra o comportamento desta expansão. A Tabela 3, além de evidenciar a ratificação do percentual de 11,8% em 1999, ainda mostra que no ano 2000 este percentual aumentou para 13,30%, o que expressa a continuidade da expansão.

- b) Substancial crescimento da demanda por vagas no ensino superior.

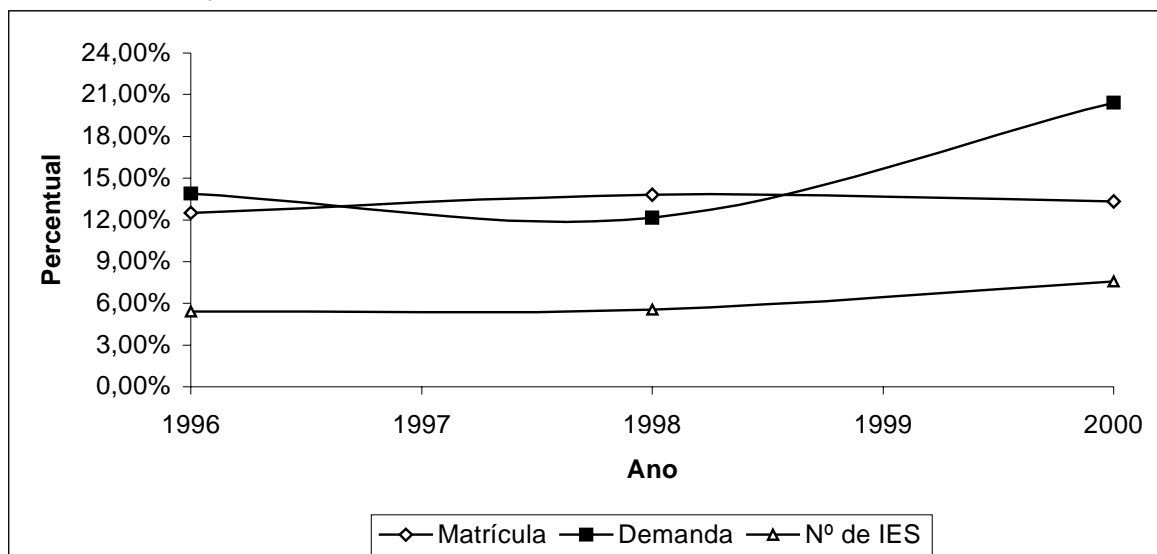
Sem dúvida, a Tabela 4 mostra este crescimento, inclusive de forma contínua a partir de 1998.

- c) A expansão das instituições de ensino superior apresenta uma tendência muito positiva e de maior significância, que é o acelerado processo de *interiorização* de ensino de graduação.

Com efeito, isto fica claro com os quantitativos mostrados pela Tabela 9 e com a argumentação que a precede, na qual se verifica que das 1180 IES, 435 estão nas capitais e 735 estão nos demais municípios do país. A interiorização das IES fica evidente.

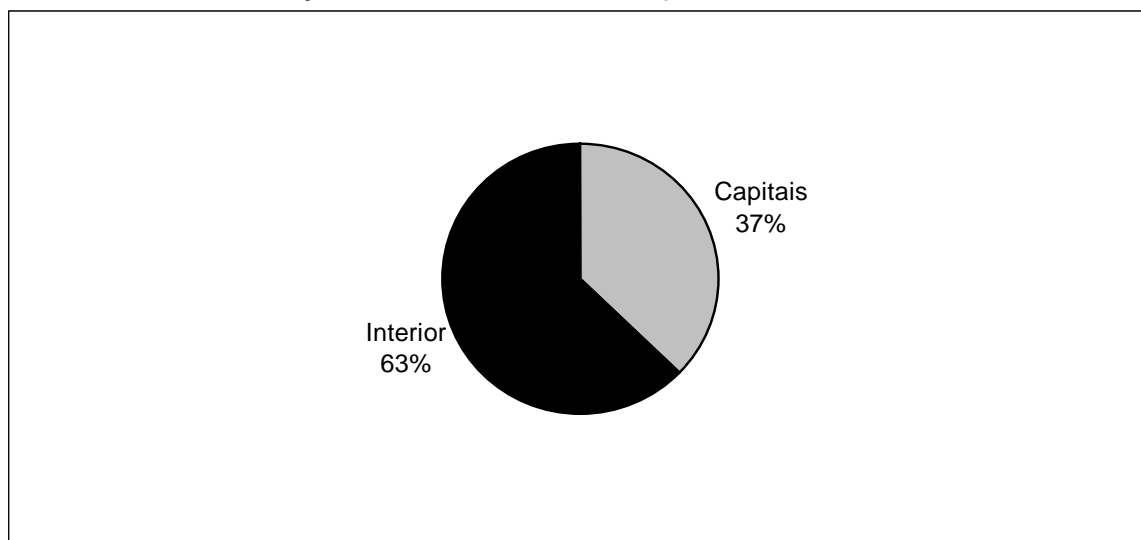
Em suma, o crescimento nas matrículas na graduação, na demanda por vagas no ensino de graduação e no crescimento no número de IES, ficam muito bem evidenciado através dos Gráficos 43 e 44.

Gráfico 43: Expansão em Percentuais: Matrículas, Demanda e nº de IES, 1996/2000



Fonte: O autor

Gráfico 44: Interiorização das IES Brasileiras, Expansão em Percentuais – Ano 2000



Fonte: O autor

5.3 Sobre o equilíbrio do mercado de ensino superior no Brasil

Não obstante aos fatos indicadores do MEC/INEP, nada se “falou” sobre o equilíbrio de mercado. Tomando-se como base o período 1994/2000, por ser mais pertinente à expansão do ensino superior, se verifica que o Brasil ainda levará **56 anos** para que haja equilíbrio de seu mercado. Com efeito, este tempo se fundamenta na matematização: o ajuste exponencial.

Procedendo-se com os dados da demanda da oferta observadas, ao disposto no método dos mínimos e efetuando-se as somatórias, encontram-se os sistemas de equações que proporcionam os coeficientes a e b das funções demanda e oferta ajustadas.

Sejam os dados referentes à demanda e à oferta observada observadas:

1994 $\rightarrow d = 2.237.023$ e $q = 574.135 \rightarrow t = 0$
 1996 $\rightarrow d = 2.548.077$ e $q = 631.236 \rightarrow t = 2$
 1998 $\rightarrow d = 2.858.016$ e $q = 776.031 \rightarrow t = 4$
 1999 $\rightarrow d = 3.354.790$ e $q = 904.634 \rightarrow t = 5$
 2000 $\rightarrow d = 4.039.910$ e $q = 1.216.287 \rightarrow t = 6$

Tabela 77: Elementos para Cálculo da Função Demanda Ajustada

ln d	t	t ln d	t ²
14,62	0	0	0
14,75	2	29,50	4
14,87	4	59,46	16
15,03	5	75,13	25
15,21	6	91,27	36
$\Sigma \ln d = 74,47$	$\Sigma t = 17$	$\Sigma t \ln d = 255,36$	$\Sigma t^2 = 81$

Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

Resulta do Método dos Mínimos Quadrados:

$$\begin{cases} 5a + 17b = 74,47 \\ 17a + 81b = 255,36 \end{cases}$$

cuja solução é :

$$a = 14,57988286 \text{ e } b = 0,092668394$$

Tabela 78: Elementos Para Cálculo da Função Oferta Ajustada

$\ln q$	t	$t \ln q$	t^2
13,26	0	0	0
13,36	2	26,71	4
13,56	4	54,25	16
13,72	5	68,58	25
14,01	6	84,07	36
$\sum \ln q = 67,90$	$\sum t = 17$	$\sum t \ln q = 233,60$	$\sum t^2 = 81$

Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

Resulta do Método dos Mínimos Quadrados:

$$\begin{cases} 5a + 17b = 67,90 \\ 17a + 81b = 233,60 \end{cases}$$

cuja solução é $a = 13,18122632$ e $b = 0,117557065$

De posse dos coeficientes enuncia-se às funções.

$$\text{Demanda ajustada} \rightarrow d_{aj} = e^{14,58 + 0,093t}$$

$$\text{Oferta Ajustada} \rightarrow q_{aj} = e^{13,18 + 0,1175t}$$

Igualando-se as funções, obtém-se o tempo para o equilíbrio do mercado brasileiro de ensino superior.

$$d_{aj} = q_{aj}$$

$$e^{14,57988286 + 0,092668394 t} = e^{13,18122632 + 0,117557065 t}$$

$$14,57988286 + 0,092668394 t = 13,18122632 + 0,117557065 t$$

$$0,117557065 t - 0,092668394 t = 14,57988286 - 13,18122632$$

$$0,024888671 t = 1,39865654$$

$$t = \frac{1,39865654}{0,024888671}$$

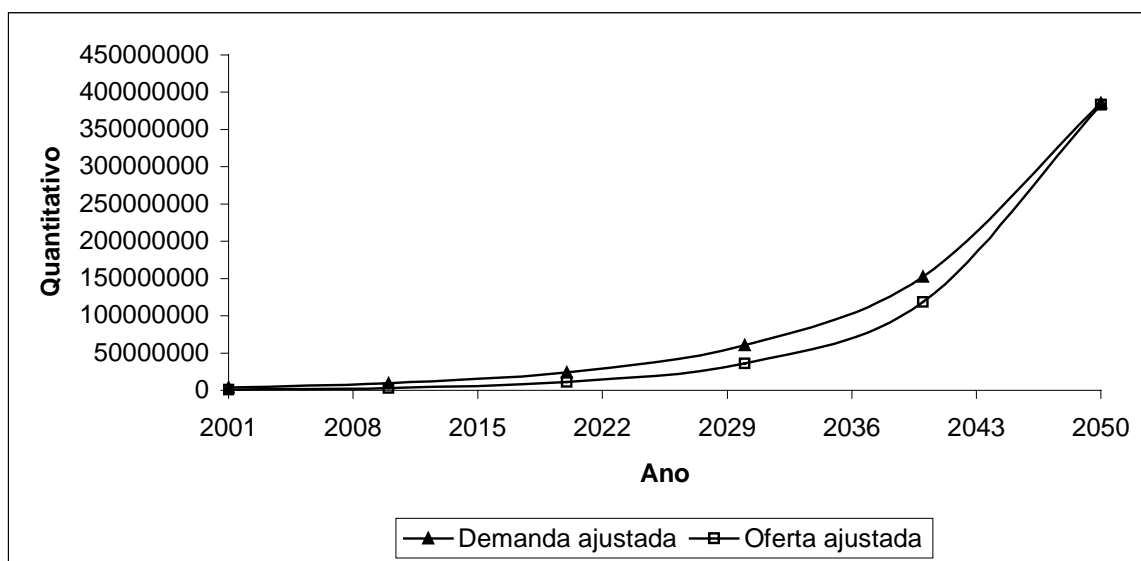
$$t = 56,39 \rightarrow \text{aproximadamente 56 anos.}$$

Tabela 79: Projeção da Demanda e da Oferta de Vagas por Ensino Superior – Brasil, 2001/ 2050

Ano	2001	2010	2020	2030	2040	2050
Demanda ajustada	4 108 471	9 459 945	23 896 943	60 366 510	152 492 959	385 215 287
Oferta ajustada	1 073 644	3 478 596	11 270 621	36 516 715	118 313 840	383 335 813

Fonte: O autor

Gráfico 45: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado - Brasil



Fonte: O autor

Significa dizer que se a demanda por ensino superior, bem como sua oferta de vagas continuar se comportando, quantitativamente, da mesma forma que se manifestou de 1994 a 2000, somente no ano de 2050 é que a população brasileira, que requer este tipo de serviço, estará plenamente satisfeita.

5.4 Sobre o equilíbrio do mercado de ensino superior no estado de Santa Catarina

Analogamente aos cálculos elaborados para se encontrar as funções demanda e oferta ajustadas relativas ao ensino superior no Brasil, procede-se para se encontrar as mesmas funções relativas ao ensino superior em Santa Catarina. Resulta:

$$\text{Demanda ajustada} \rightarrow d_{aj} = e^{11,045+0,1121 t}$$

$$\text{Oferta Ajustada} \rightarrow q_{aj} = e^{9,61+0,1726 t}$$

Fazendo-se $d_{aj} = q_{aj}$, encontra-se $t = 23,69 \rightarrow$ aproximadamente 24 anos.

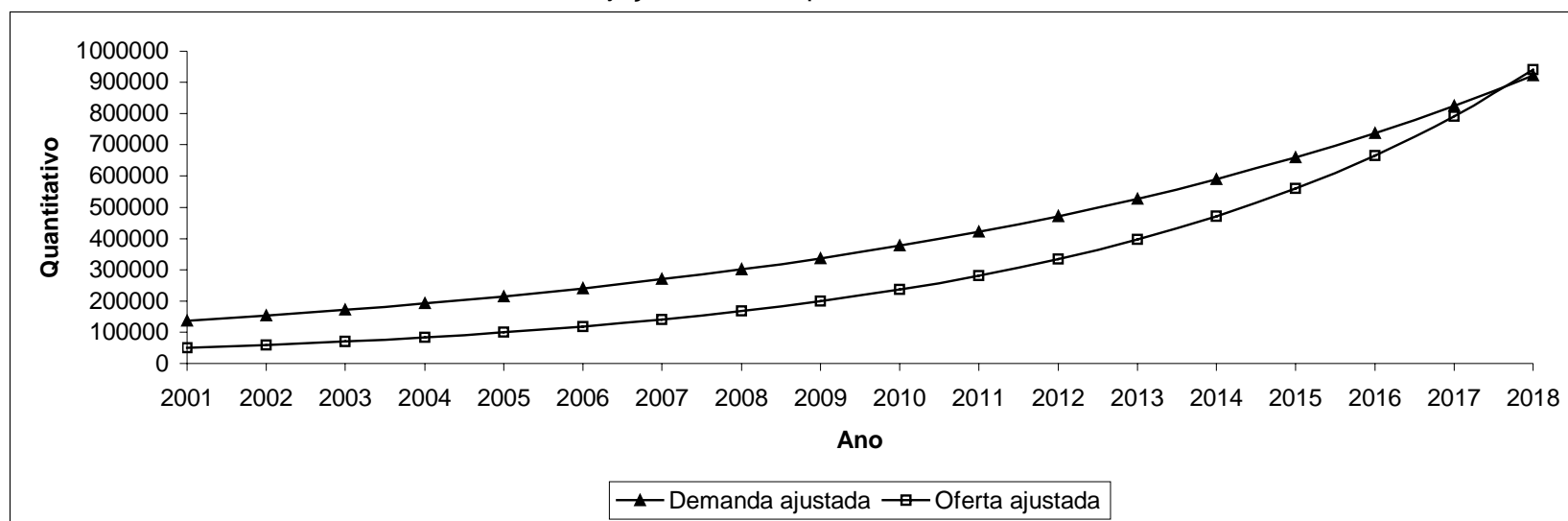
O estado de Santa Catarina apresenta um aspecto temporal mais otimista que o caso brasileiro, já com expectativa de equilíbrio de mercado em 2018. Corrobora com todas as afirmações e estimativas de expansão feitas para o País. Além disso, retrata uma situação de avanço em relação à satisfação de sua população em relação ao acesso ao ensino superior, se comparado aos indicadores brasileiros.

Tabela 80: Projeção da Demanda e da Oferta de Vagas por Ensino Superior – Santa Catarina, 2001/ 2018

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2018
Demanda ajustada	137 279	153 562	171 777	192 153	214 946	240 443	268 963	300 867	336 555	376 477	922 980
Oferta ajustada	49 991	59 411	70 608	83 914	99 727	118 521	140 856	167 401	198 948	236 440	940 959

Fonte: O autor

Gráfico 46: Projeção Para o Equilíbrio de Mercado em Santa Catarina



Fonte: O autor

No caso do estado de Santa Catarina se verifica a expansão do ensino superior em 25 das suas 26 regiões educacionais. A 21ª Região já apresenta a demanda menor que a oferta por vagas. A indicação de tempo “negativo” para o equilíbrio de mercado referencia que o equilíbrio já ocorreu. A 24ª Região já apresenta um mercado praticamente estável, com equilíbrio previsto para o ano de 2003.

5.5 Sobre a expansão na demanda e o crescimento populacional

Com a projeção da expansão na demanda, tanto em nível nacional quanto em nível catarinense, surge uma interrogação quanto à população: será que a demanda não acabará por ficar maior que a população, já que cresce exponencialmente?

Em relação ao Brasil, a população brasileira em 2000 era de 169.544.443¹⁶ pessoas. Verifica-se que a demanda no período 2040/2050 irá variar entre 152.492.959 e 385.215.287 candidatos. Esta demanda não será maior que a própria população?

Segundo o IBGE, a população cresce a uma taxa média geométrica de 1,63%. Assim é possível estimar o tamanho da população para o período referenciado.

Modelo matemático:

Seja P_f a população final em um determinado período.

Seja P_o a população inicial neste período.

Então :

$P_f = P_o(1+i)^t$, onde n é a taxa de crescimento e t o tempo.

Logo,

¹⁶ Conforme Censo Demográfico 2000 do IBGE.

$$P_{2040} = 169.544.443 \left(1 + \frac{1,63}{100}\right)^{40},$$

$$P_{2050} = 169.544.443 \left(1 + \frac{1,63}{100}\right)^{50}, \text{ onde se conclui que}$$

$$P_{2040} = 323.713.330$$

$$P_{2050} = 380.522.060$$

Como se verifica a demanda projetada para o ano de 2050 será maior que a população projetada para o mesmo ano. Entretanto, a demanda no ano 2000 foi de 4.039.910 pessoas e correspondeu a 2,38% da população.

Esta relação projetada para o ano de 2040 será de 47,11% e para no ano 2050 estará projetada para 101,23%.

Este percentual relativo ao ano 2040, muito provavelmente, não será atingido. Muito embora matematicamente seja possível, é muito elevado em se tratando do total da população.

O percentual relativo ao ano 2050 indica uma contradição ou uma impossibilidade. Certamente, antes destes anos, a demanda irá se estabilizar dada a absorção gradativa da **demanda reprimida** e a provável estabilização também no número de egressos dos ensinos fundamental e médio.

Recomenda-se a continuidade desta pesquisa para se estabelecer o equilíbrio de mercado a partir da absorção da demanda reprimida e dos egressos do ensino médio.

Contudo, acredita-se que, com a expansão verificada, o Brasil sairá do terrível quadro que se apresenta, mundialmente, em relação ao ensino superior. Conforme o Plano Nacional de Educação (2000):

No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12% , comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso a parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%).

Não resta dúvida, portanto, sobre o estado de expansão que se encontra o ensino superior no Brasil e, com isto, a expansão do tamanho do mercado, mensurado a partir de suas demandas e suas estimativas e projeções de crescimento até que se equilibre.

Da mesma forma, se reconhece a necessidade de expansão neste setor, tanto para satisfação daqueles que querem prosseguir seus estudos quanto para o País melhorar seus indicadores e incrementar seu desenvolvimento.

Em relação à população do estado de Santa Catarina, segundo o IBGE, em 2000 era de 5.333.284 pessoas e apresentava uma taxa média geométrica de crescimento anual de 1,82%. A projeção para o ano de 2018 é de:

$$P_{2018} = 5.333.284 \left(1 + \frac{1,82}{100}\right)^{18}, \text{ onde se conclui que}$$

$$P_{2018} = 7.378.879 \text{ pessoas}$$

Em 2018, a relação entre a demanda por vagas no ensino superior e o tamanho da população está estimado em 12,51%.

Este indicador aparenta ser possível de ser atingido. Sem dúvida, segundo a estatística da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, em 2000 o ensino fundamental no estado teve 983.157 matrículas e o ensino médio 249.711 matrículas. Estes quantitativos equivalem a 18,43% e 4,7%, respectivamente, em relação à população.

Logo, se houver um bom aproveitamento dos egressos do ensino fundamental para o ensino médio e deste para o ensino superior, será, perfeitamente possível se alcançar o percentual de 12,51% da população demandando por ensino superior.

5.6 Sobre a aparente contradição entre a expansão na demanda por ensino superior e a baixa demanda por alguns cursos

Além da questão da relação entre o crescimento populacional e a demanda, também surge à preocupação com a relação entre a demanda e a oferta por curso. Ou seja, a demanda maior que a oferta na região implica a mesma situação em todos os cursos oferecidos na região?

Não necessariamente. Considerando-se como exemplo a 5ª Região, município pólo Joinville, se verifica que há a expansão no mercado regional, com equilíbrio previsto para no ano de 2022.

Entretanto, se verifica também que, em relação à demanda, existem cursos com menor, maior e igual oferta de vagas.

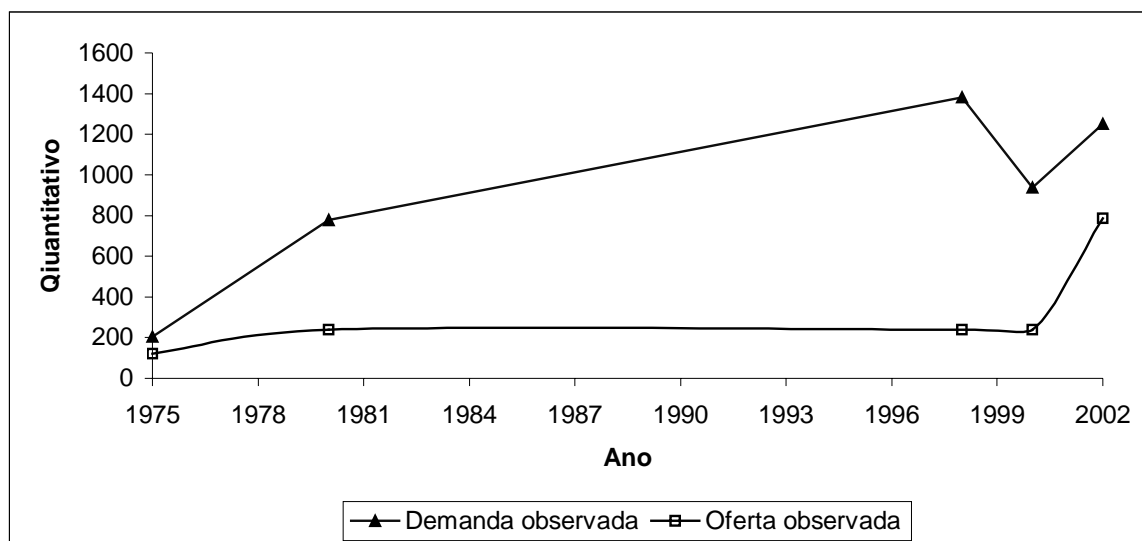
- a) Com demanda maior que oferta: verifica-se nos Cursos de Administração oferecidos em Joinville.

Tabela 81: Indicadores de Demanda e de Oferta dos Cursos de Administração em Joinville, 1975/ 2002

Ano	1975	1980	1998	2000	2002
Demanda	204	777	1 381	937	1 251
Oferta	120	240	240	240	788

Fonte: UNIVILLE - Disponível em <http://www.univille.edu.br/>; ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>; Pesquisa de campo

Gráfico 47: Comportamento da Demanda e da Oferta nos Cursos de Administração em Joinville, 1975/2002



Fonte: UNIVILLE - Disponível em <http://www.univille.edu.br/>; ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>; Pesquisa de campo

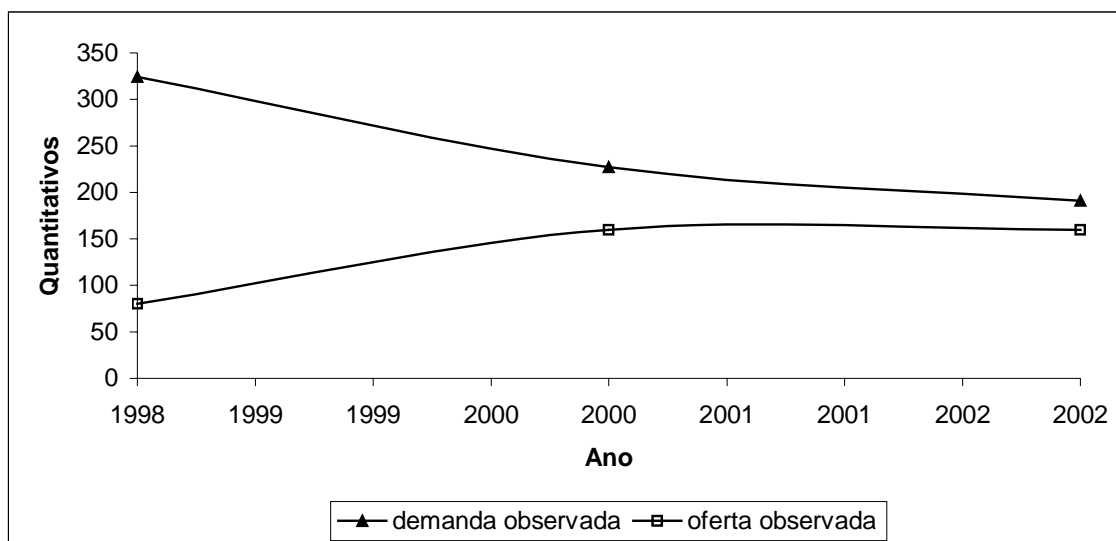
- b) Com a demanda praticamente igual à oferta: verifica-se no Curso de Ciências Econômicas da UNIVILLE, único no município.

Tabela 82: Indicadores de Demanda e de Oferta do Curso de Economia em Joinville, 1975/2002

Ano	1975	1980	1998	2000	2002
Demanda	0	0	324	227	191
Oferta	80	80	80	160	160

Fonte: UNIVILLE - Disponível em <http://www.univille.edu.br/>; ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br/>

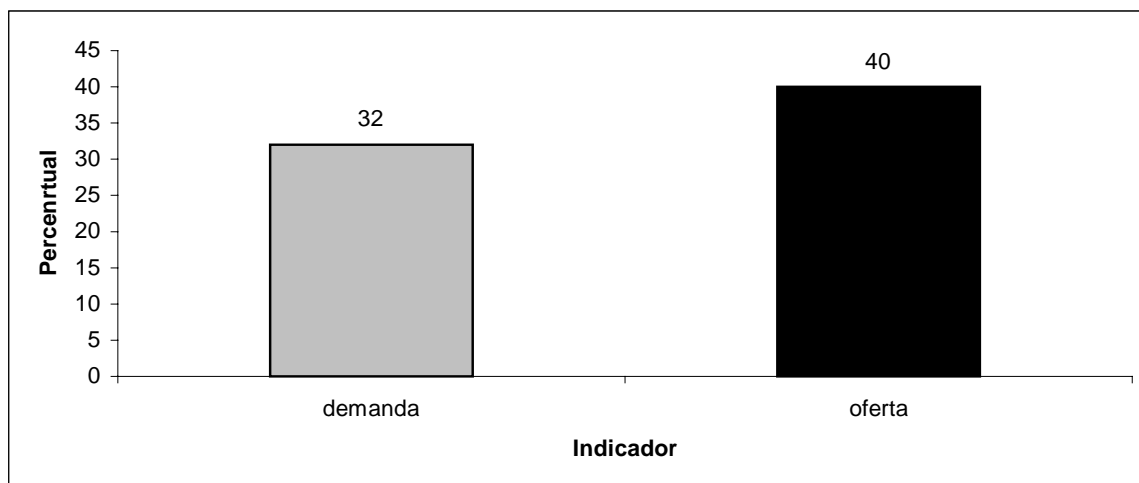
Gráfico 48: Comportamento da Demanda e da Oferta no Curso de Ciências Econômicas em Joinville, 1998/ 2002



Fonte: UNIVILLE - Disponível em <http://www.univille.edu.br>; ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br>

- c) Com demanda menor que a oferta: verifica-se no curso de Educação Artística da UNIVILLE que em 1996, apresentou uma demanda de 32 candidatos para uma oferta de 40 vagas.

Gráfico 49: Comportamento da Demanda e da Oferta no Curso de Educação Artística da UNIVILLE, 1998



Fonte: ACAFE - Disponível em <http://www.acafe.org.br>

5.7 Sobre o custo e o financiamento das universidades privadas em Santa Catarina

Os resultados apresentados confirmam a afirmação de Tachizawa e Andrade (2000) sobre a preocupação-chave relativa a necessidade das IES em diminuir seus custos unitários operacionais e melhorar o *overhead* nos mercados competitivos.

De fato, ficou evidente que:

- a) Comparando-se as formas de organização acadêmica entre si, a partir das definições estabelecidas no texto legal, a IES referencial mostra que o custo operacional unitário das universidades é muito maior que os similares dos centros universitários, das faculdades e demais estabelecimentos de ensino superior;
- b) Comparando-se os custos operacionais unitários entre as formas de organização acadêmica das IES que estão atuando neste mercado, no ano 2000, também ficou evidenciado o custo a maior das IES universitárias em relação as IES não-universitárias;
- c) Comparando-se o *icpa* das formas de organização acadêmica, relativas a IES referencial, também se verifica a majoração dos custos diretos das instituições universitárias em relação às instituições não-universitárias.

Também se verifica a pertinência dos estudos de SCHWARTZMAN (1999) quando afirma que as universidades privadas brasileiras dependem predominantemente das mensalidades de graduação para financiar suas atividades.

Com efeito, quando se observa, por exemplo, o balanço analítico da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, 1999, se constata uma receita operacional bruta de R\$14.434.903,35 e uma receita na graduação de

R\$11.127.222,95. A relação é de 77,09%, o que confirma a dependência quase que exclusiva da UNESCO das receitas da graduação.

Como as universidades privadas do estado de Santa Catarina só têm, basicamente, ensino de graduação, então é muito provável que ao pesquisar seus balanços analíticos se encontre indicadores similares, **o que fica recomendado para a continuidade desta pesquisa.**

5.8 Sobre a abordagem competitiva

Realmente se ratifica o entendimento de TACHIZAWA e ANDRADE (2000) quando expressa que nenhuma Instituição de ensino superior pode-se dar ao luxo de descansar sobre seus louros; cada qual tem que inovar incessantemente para poder competir e sobreviver.

Esta situação é corroborada pelo surgimento das inúmeras IES no Estado de Santa Catarina. A Tabela 10 mostra com clareza esta expansão, a ponto de mais que dobrar o número de IES no período 1995/2000.

São instituições isoladas de ensino superior com custos muito mais baixos do que os das universidades e do centro universitário. Não há dúvida que vários são os fatores que permeiam a elaboração de uma estratégia competitiva: qualidade marca, características do consumidor, dentre outros, mas custos baixos significam a possibilidade de preços baixos pelos serviços prestados, ou no caso destas IES, valor baixo das mensalidades escolares. D.R.J.BAHIENSE (2002), em sua dissertação de mestrado, mostra que 45,58% da demanda por ensino superior em Joinville são orientados pelo preço dos serviços ou das mensalidades das IES.

Observa-se que as IES, em geral, praticam o preço de mercado. Contudo, a convergência ao equilíbrio de mercado acirra a competição e, assim, IES não-universitárias terão condições de sustentar preços mais baixos pelos seus serviços, enquanto que as instituições universitárias não poderão fazê-lo, dada a uma estrutura fixa muito dispendiosa, conforme se verifica em cada *icpa*, já mostrado, relativo às formas específicas de organização acadêmica.

Como não há qualquer relação restritiva entre a forma de organização acadêmica e o número de alunos de uma IES, e que os efeitos da não autonomia dos estabelecimentos isolados de ensino superior podem ser amenizados ou completamente substituídos por uma gestão eficaz, pode se prever que as instituições universitárias estarão em desvantagem competitiva, concernente ao fator preço dos seus serviços educacionais, em situação de equilíbrio de mercado. **Desde já, para evitar que a procura pelo ensino superior se super enfatize em relação ao preço dos serviços educacionais, recomenda-se uma pesquisa para se estabelecer uma quantidade limítrofe de alunos para cada forma de organização acadêmica, de forma que ao atingir tal quantitativo, a IES seja, compulsoriamente, a mudar sua forma de organização.**

Este é um fator muito preocupante, pois no estado de Santa Catarina as universidades oferecem cursos que aparentam não ser tão interessantes à iniciativa privada, como por exemplo, as licenciaturas. É possível se verificar que são raras as IES não-universitárias que oferecem estes cursos.

Ao que se apresenta, a autonomia universitária deixará de se traduzir em vantagem competitiva e as universidades deverão estudar outros supostos para elaborar suas estratégias, uma vez que não se pode mais acreditar que os custos definem os preços. Ao contrário, com o aumento na oferta de serviços educacionais, acirra-se a competição e o quanto o consumidor estará disposto a pagar por estes serviços definirá o custo.

5.9 Sobre as aplicações e limitações dos resultados

Os resultados apresentados a respeito do mercado de ensino superior no estado de Santa Catarina, com seus supostos de demanda, oferta e equilíbrio, somados aos resultados mostrados em relação aos custos com produção acadêmica de cada forma de organização da IES podem ser utilizados para diversas finalidades, muito embora também tenham suas limitações.

5.9.1 A aplicação dos resultados

Os resultados podem, também, ser assim enunciados:

Obtenção da projeção da demanda, da oferta, e o tempo de equilíbrio de mercado, tanto para Santa Catarina, como para as suas regiões educacionais;

O conhecimento da relação entre os custos diretos de cada forma de organização acadêmica e o conhecimento da mesma relação concernente aos custos operacionais unitários. Todos segundo a concepção de uma IES referencial;

A relação entre os custos operacionais unitários entre as formas acadêmicas universitárias e não-universitárias das IES que estão atuando no mercado catarinense;

O conhecimento do *ranking* em relação às regiões e em relação as IES que estão atuando no mercado catarinense;

O potencial de mercado do estado e de suas regiões para a continuidade da expansão.

Estes resultados possibilitam as aplicações, principalmente:

- a) No posicionamento estratégico das IES que já operam neste mercado, bem como a elaboração de estratégias para a conquista de novas posições competitivas;
- b) Orientar novos investimentos em ensino superior no estado, seja pelas IES que já operam nele, seja pelo surgimento de novas IES (entrantes);
- c) Na orientação dos órgãos de fomento em relação a seus investimentos no mercado educacional superior:
- d) Contribuir com as autoridades brasileiras gerando novos conhecimentos que poderão ser úteis à formulação e reformulação de políticas educacionais;
- e) Para a aplicação deste estudo em outros mercados, estaduais, municipais ou regionais.

5.9.2 A limitação dos resultados

- a) As projeções de demanda, de oferta e o tempo de equilíbrio do mercado catarinense e de suas regiões educacionais, devem ser sistematicamente verificados para se corrigir possíveis distorções, mantendo as funções matemáticas e seus resultados com a maior acuidade possível;
- b) As funções matemáticas que representam os supostos econômicos aqui tratados, são específicas respectivamente para o mercado brasileiro e catarinense de ensino superior, não se aplicando a qualquer outro mercado;

- c) Dada à característica fundacional de inúmeras IES do estado, a análise dos custos com as atividades acadêmicas e com os custos operacionais unitários estão limitadas ao mercado catarinense de ensino superior.

5.10 Sobre as dificuldades encontradas para a execução da pesquisa

Os resultados foram limitados, principalmente, pelos dados sintéticos apresentados nos balanços das IES. Os resultados sobre custos poderiam ser mais acurados se a pesquisa tivesse sido realizada com a participação direta das IES no fornecimento de dados mais específicos como, dentre outros:

- a) Custo de docentes em atividades de ensino, de pesquisa, de extensão;
- b) Média de horas-aula por docente em atividades de ensino, em horário integral e horário contínuo;
- c) De forma geral, por se tratar de estudo financeiro, a obtenção dos dados foi dificultosa.

Estas limitações se superadas poderão dar um caráter de **continuidade à pesquisa possibilitando a obtenção de resultados mais específicos e acurados, tanto em relação à realidade quanto aos aspectos de estimativas e projeções.**

6 CONCLUSÃO

Este estudo referiu-se à investigação do equilíbrio do mercado de ensino superior em Santa Catarina e do impacto que a forma de organização acadêmica pode provocar nos custos das instituições privadas de ensino superior neste estado.

Resulta desta investigação **a ratificação** da hipótese enunciada: o mercado irá se equilibrar, requerendo das instituições universitárias a necessidade de redução de custos ou mudança na forma de organização acadêmica para poder competir com as instituições não-universitárias.

O equilíbrio de mercado se dará em todas as regiões educacionais do estado, excetuando-se 21ª região, que é constituída pelos municípios de Alfredo Wagner, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Leoberto Leal e petrolândia, Vidal Ramos, pois apresenta a demanda por vagas no ensino superior menor que a oferta de vagas. Significa que este mercado, exclusivamente esta região, está em processo de recessão.

Da mesma forma que está ocorrendo no Brasil, o estado catarinense apresenta um processo acelerado na expansão do ensino superior, tanto em relação à demanda, quanto em relação à oferta, às matrículas e à quantidade de instituições de ensino. Destaca-se, porém, que o tempo projetado para seu equilíbrio, 24 anos, é bem menor que o tempo projetado no caso brasileiro, 56 anos.

Isto indica uma resposta mais rápida do estado a crescente variação de demanda existente, seja através do aumento na oferta de vagas nas IES existentes, seja pelo surgimento de novas instituições de ensino superior. Supostamente no ano de 2018 se dará este equilíbrio. Então, não haverá mais demanda reprimida no estado catarinense. Com isto se estima que 12,51% da população estejam matriculados no ensino superior.

Ocorre, entretanto, que à medida que o comportamento deste mercado converge para o equilíbrio, ele se torna cada vez mais competitivo. Esta situação irá requerer das instituições universitárias uma adequação para menor de seus custos, seja reduzindo-os operacionalmente, seja aumentando número de alunos. Até porque

ficou constatado que a forma de organização acadêmica tem um impacto intenso sobre os custos com a docência e com a produção acadêmica. Evidencia-se, através de uma simulação com fundamentação nos preceitos legais, que para cada R\$1,00 de custo docente na graduação implica os seguintes custos adicionais nas formas de organização acadêmica das instituições de ensino superior:

a) Universidade, R\$1,12;

b) Centro universitário, R\$0,46;

c) Faculdades e demais estabelecimentos isolados de ensino, R\$0,00.

Certamente não é possível generalizar numericamente estes quantitativos, dado a origem: simulação. Contudo, fica evidente a diferença mais do que significativa entre os custos com as atividades acadêmicas entre as diferentes formas de organização das IES. Além disso, se verifica através de uma amostra estatística, sem maiores preocupações com a acuidade probabilística, que o custo operacional unitário nas instituições universitárias é extremamente maior que o custo unitário nas instituições não-universitárias. Em outras palavras, as IES não- universitárias têm um custo operacional unitário em torno 45% dos custos operacionais das instituições universitárias, o que equivale dizer que é menor em, aproximadamente, 55%.

Como se observa, a questão da redução de custos das IES universitárias, para competir em situação de equilíbrio de mercado, fica evidente. Se elencar como medida a redução operacional de custos, enfrentará o problema da mudança de sua forma de organização acadêmica, já que este é o motivo do custo elevado. Se optar pela redução indireta de custos, por via do aumento do número de alunos, se deparará com a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias educacionais que possibilitem a expansão do número de alunos sem custos adicionais significantes. Talvez seja o caso do ensino a distância ou semipresencial. Provavelmente, esta seja a tônica para a elaboração da estratégia competitiva destas instituições de ensino superior.

Por outro lado, as instituições não-universitárias não podem achar que têm uma vantagem competitiva eterna com a possibilidade de prática de melhores preços. Esta é, simplesmente, uma situação que ora esta se apresentando, surgindo num novo momento na educação superior. A universidade é uma Instituição milenar, imprescindível à sociedade. No estado de Santa Catarina é líder de mercado em suas regiões de atuação e, certamente, achará seu “caminho” para a competição. Ademais, a própria legislação deixa claro que a universidade é a Instituição de ensino superior ideal, dado à associação entre esta atividade e as atividades de pesquisa e a extensão.

Então, seria uma falácia achar que esta Instituição iria sucumbir por uma questão de custos elevados. Elevados em relação aos custos das IES não-universitárias? Não será diferente, não serão os custos destas instituições muito baixos para o desenvolvimento das atividades educacionais de nível superior? Ficou também evidente que se está levando ao aluno uma formação diferenciada segundo cada forma de organização acadêmica.

Com isto, além das pesquisas já recomendadas, se recomenda o procedimento a uma nova pesquisa para se investigar: **de que forma e com qual intensidade as instituições de ensino superior não-universitárias devem, também, realizar atividades de pesquisa e extensão, vinculadas às atividades de ensino, de forma que haja uma equiparação dos serviços educacionais oferecidos à sociedade?**

Entendendo que as IES não-universitárias estão comprometidas apenas com o ensino superior voltado à formação profissional e que o ideal seria que fossem instituições, também, universitárias, qual o número máximo de alunos, relativo a cada forma de organização acadêmica, acima do qual devesse, obrigatoriamente, mudar sua forma organizacional, inclusive os centros universitários?

A educação é um bem social. Os resultados destas pesquisas devem indicar uma situação mais eqüitativa entre as instituições de ensino superior. Tanto no desenvolvimento de suas atividades, quanto nos seus custos e, conseqüentemente, em suas posições competitivas.

Por ora, este estudo mostrou que o estado de Santa Catarina tem um imenso potencial de mercado para a continuidade da expansão do ensino superior, com um ambiente propício ao equilíbrio de mercado no ano de 2018. Mostrou ainda que a forma de organização acadêmica tem relação direta sobre os custos das IES, produzindo custos muito menores para as IES não-universitárias, que neste momento, poderão se valer desta vantagem e expandir suas vagas, provocando um substancial crescimento institucional. Disponibiliza na forma de *ranking* as regiões educacionais do estado e seus potenciais para investimentos.

Portanto, muito longe ainda de se esgotar este assunto, evidenciou-se a questão dos custos, do mercado e da abordagem competitiva, que formam o contexto para a atuação das instituições privadas de ensino superior no estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Estatísticas educacionais**. Disponível em: <http://www.acao.org.br/homepage_explorer.html> Acesso em: 23, setembro, 2001.

BAHIENSE, D.R.J. **O mercado de ensino superior no município de Joinville**: um negócio em expansão. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: ESAG, Universidade do Estado de Santa Catarina.

BRASIL. **Constituição 1988**. Brasília: Senado Federal, 2000.

CHIANG, A. **Fundamental methods of mathematical economics**. 2 ed. Tradução de Roberto Camps Moraes. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

_____. Decreto n. 3860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de julho de 2001.

_____. Decreto n. 2306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de agosto de 1997.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. 1996, n. 248.

_____. Plano Nacional de Educação. **Congresso Nacional**. Brasília: 2000.

BRAULE, R. **Estatística Aplicada com excel**: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Parecer n. 556 de 5 de agosto de 1998. Dispõem sobre o credenciamento das instituições de ensino superior: condições, requisitos e procedimentos. Relatores: Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice R. Durham, Jacques Velloso, Lauro Ribas Zimmer. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, 5 ago. 1998. Processo n. 23001.000280/98-47.

_____. Parecer n. 618 de 8 de junho de 1999. Dispõem sobre a definição de critérios para a avaliação das solicitações de credenciamento de Centros Universitários. Relator: Arthur Roquete de Macedo. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, 8 jun. 1999. Processo n. 23001.000392/98-71.

_____. Parecer n. 1070 de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior. Relator: Yugo Okida. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, 23 nov. 1999. Processo n. 23001.000406/99-64.

_____. Parecer n. 1366 de 12 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior. Relator: Carlos Alberto Serpa de Oliveira. **Conselho Nacional de Educação**, Brasília, 12 dez. 2001. Processo n. 23001.000254/2001-11.

CASAROTTO FILHO, N. FÁVERO, J.S. e CASTRO, J.E. **Engenharia simultânea/gerência de projetos**. Florianópolis: s/e, 1997.

CASTRO, M. H. G. A nova expansão do ensino superior e os desafios da melhoria da qualidade. **Versão preliminar para apresentação no Seminário Catarinense de Ensino Superior**: os desafios do limiar do século XXI, Rio de Janeiro, 10 nov. 1999.

CASTRO, M. H. G. Apresentação. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais **Evolução do ensino superior – graduação 1980 – 1998**. Brasília: INEP, 2000, p. 9 – 10.

COGAN, S. **Custos e preços**: formação e análise. São Paulo: Pioneira, 1999.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

DRUCKER, P. F. **Managing in a time of great change**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1995.

_____. O advento da nova organização. In: Harvard Business Review. **On knowledge management**. 4 ed. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 9 – 26.

FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE e UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE. **Balanco patrimonial e demonstrativo de resultados 2000**. Lages:UNIPLAC, 2000.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE. Balanco patrimonial e demonstrativo de resultados 2000. Brusque: FEBE, 2000.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIFICADA DO OESTE DE SANTA CATARINA e UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Balanco patrimonial e demonstrativo de resultados 2000**. Chapecó: UNOESC, 2000.

FERREIRA, A. A., REIS, A.C.F. e PEREIRA, M.I. **Gestão empresarial**: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Brasília, IBGE: 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Relação dos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, setembro, 2001.

_____.**Evolução do ensino superior**: graduação 1980–1998. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, julho, 2001.

_____.**Relação dos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior**: Brasil. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, julho, 2001.

_____.**Resultados e tendências da educação no Brasil**. Brasília: INEP, 2000.

_____.**Resultados e tendências da educação Superior**: região sul. Brasília: INEP, 2000.

_____.**Sinopse estatística da educação superior 1995**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, setembro, 2001.

_____.**Sinopse estatística da educação superior 1996**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, julho, 2001.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 1997.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, julho, 2001.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 1998.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, julho, 2001.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 1999.** Brasília: Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 23, julho, 2001.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 2000:** processos seletivos nos cursos de graduação presenciais. Brasília: CIBEC/INEP, 2001.

KOTLER, P. e FOX, K.F. A. **Strategic marketing for educational institutions.** Tradução de Ailton Bonfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1994.

LEAL, L.A.O. **Avaliação da percepção da aplicação do sistema de gestão econômica numa instituição de ensino superior.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.caps.gov.br/>> Acesso em: 2, julho, 2002.

LEITE, H. T. **Metodologia para o estabelecimento de um programa de educação continuada numa instituição de ensino.** Tese de Doutorado, Florianópolis: PPGED, Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, 2002.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. V. **Técnicas de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MASSONI, E. **Segmentação de mercado como estratégia competitiva:** um estudo de casos na distribuidora de bebidas Oeste Ltda. Dissertação de mestrado, Florianópolis: PPGED, Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, 2002.

MENEZES, E. M. e SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br>> Acesso em: 2, setembro, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 2, março, 2002.

_____. **Programa de modernização e qualificação do ensino superior.** Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 2, março, 2002.

MOREIRA, E. **Proposta de uma sistemática para o alinhamento das ações operacionais aos objetos estratégicos, em uma gestão orientada por indicadores de desempenho.** Tese de Doutorado, Florianópolis: PPGED, Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, 2002.

NEVES, S. e VICECONTI, P.E.V. **Contabilidade de custos:** um enfoque direto e objetivo. 6 ed. São Paulo: Freise, 2000.

NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Planejamento estratégico:** uma abordagem prática. Florianópolis: 199-.

OLIVEIRA, D.P.R. De. **Planejamento Estratégico:** conceitos, metodologias e práticas. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PORTER, M.E. **Competitive strategy.** 7 ed. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

ROJO, C.A. **Planejamento estratégico para instituições de ensino superior da iniciativa privada:** o caso da faculdade de ciências sociais aplicadas de Cascavel - UNIVEL. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: PPGED, Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, 2001.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Estatística:** censo escolar. Disponível em: <<http://www.sed.rct-sc.br/>> Acesso em: 23, setembro, 2001.

SOARES FILHO, A.A.F. **Análise de Posicionamento Estratégico das Empresas da Indústria Cervejeira de Manaus (AM), através da Avaliação Qualitativa dos Fatores Determinantes de Competitividade, segundo Porter.** Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Disponível em: <<http://www.caps.gov.br/>> Acesso em: 2, julho, 2002.

SOUZA, P. R. A agenda positiva do ensino superior. In: Papers: **a educação como tarefa permanente.** São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, n.34. 1998, p. 1–10.

_____. Universidades federais: ensino de qualidade para mais alunos. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados e tendências da educação superior: Brasil.** Brasília: INEP, 2000, p.9 – 11.

SCHWARTZMAN, J. Questões de financiamento nas universidades brasileiras. In: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. **Estudos e debates: uma política de ensino superior**. Brasília: CRUB, n.20. 1999, p. 111-143.

TACHIZAWA, T. e ANDRADE, R. O.B. De. **Gestão de instituições de ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

UNIÃO DE TECNOLOGIAS E ESCOLAS DE SANTA CATARINA. **Balço patrimonial e demonstrativo de resultados 2000**. Joinville: UDESC, 2000.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Cursos de graduação**. Disponível em: <<http://www.sed.rct-sc.br/>> Acesso em: 2, julho, 2002.

_____. **Guia acadêmico 2000**. Joinville: Divangel Gráfica, 2000.

_____. **Relatório de atividades 2000**. Joinville: UNIVILLE, 2001.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA. **Projeto acadêmico institucional 2000**. Criciúma: UNESC, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos**. v. 1 a 10. Curitiba: UFPR, 2001.

VASCONCELLOS, A.C.M. **Sustentabilidade de vantagem competitiva de uma empresa em um meio ambiente em transição**: foco no segmento de exploração e produção da Petrobrás no Brasil. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.caps.gov.br/>> Acesso em: 2, julho, 2002.

GLOSSÁRIO

Custo com a docência: Gastos ou com os professores nas atividades de aula na graduação.

Demanda atendida: Demanda que consegue entrar na universidade.

Demanda Reprimida: Demanda que não consegue entrar na universidade.

Direito Privado: Direito concernente à iniciativa particular.

Falácia: Erro. Pensamento que induz a uma situação que não é verdadeira.

Instituições Privadas: São instituições cuja natureza jurídica se enquadram no Direito Privado.

Lucro: Parte do resultado financeiro que é destinada aos sócios.

Missão específica: A finalidade maior da Instituição, aquilo que vai fazer a diferença socialmente e/ou economicamente.

Produção acadêmica: Relativa a produção dos conhecimentos, geralmente através de procedimentos de pesquisa.

Macroambiente: Ambiente no qual atuam as variáveis da economia, da política governamental, do meio ambiente, da cultura social, dentre outras. Sobre estas variáveis as instituições, basicamente, não tem interferência ou possibilidade de gerenciamento.

Microambiente: Ambiente no qual atuam as variáveis que são gerenciáveis, as que interagem com a Instituição.

ANEXO A – RELAÇÃO DAS IES DE SC, POR MUNICÍPIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP
DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS - SEEC
ENSINO SUPERIOR
20/7/2001

MUNICÍPIO	Organização Acadêmica	NOME DA INSTITUIÇÃO
APIUNA	Universidade	UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (EM ACOMPANHAMENTO)
ARARANGUA	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
	Universidade	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
BALNEARIO CAMBORIU	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
BLUMENAU	Faculdade	CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BLUMENAU
	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
	Institutos Superiores	INSTITUTO BLUMENAUENSE DE ENSINO SUPERIOR
BOMBINHAS	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
BRACO DO NORTE	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
BRUSQUE	Faculdades Integradas	CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRUSQUE
	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
CACADOR	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
CAMPO BELO DO SUL	Universidade	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
CAMPOS NOVOS	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CANOINHAS	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
CHAPECO	Faculdade	FACULDADE EXPONENCIAL
	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CONCORDIA	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
CRICIUMA	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA REGIÃO CARBONÍFERA
	Faculdade	ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA
	Universidade	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
CURITIBANOS	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
FLORIANOPOLIS	Faculdade	ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E HOTELARIA - FLORIANÓPOLIS
	Faculdade	CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - FLORIANÓPOLIS
	Faculdade	ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA
	Faculdade	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
	Faculdade	FACULDADE DECISÃO
	Faculdade	FACULDADE ENERGIA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
	Universidade	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	Universidade	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
	Faculdade	CENTRO DE TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO DE INFORMÁTICA
	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
	Faculdade	FACULDADE BARDDAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	Faculdade	FACULDADE BARDDAL DE ARTES APLICADAS
	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Faculdade	FACULDADE BARDDAL DE LETRAS

	Faculdade	FACULDADE BARDDAL
	Universidade	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
FRAIBURGO	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
GASPAR	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
IBIRAMA	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
ICARA	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ILHOTA	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
IMBITUBA	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
INDAIAL	Faculdades Integradas	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO ITAJAÍ
ITAJAI	Faculdade	INSTITUTO FAYAL DE ENSINO SUPERIOR
	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
ITUPORANGA	Universidade	UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (EM ACOMPANHAMENTO)
JARAGUA DO SUL	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
	Centro Universitário	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL
JOACABA	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
JOINVILLE	Faculdade	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
	Universidade	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
	Faculdade	INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE JOINVILLE
	Universidade	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	Faculdade	INSTITUTO EDUCACIONAL LUTERANO DE SANTA CATARINA
	Faculdade	FACULDADE DE DESENHO INDUSTRIAL DE JOINVILLE
	Faculdade	FACULDADE DE DIREITO DE JOINVILLE
	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE JOINVILLE
	Faculdade	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE JOINVILLE
	Faculdade	FACULDADE DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE JOINVILLE
	Faculdade	FACULDADE DE PSICOLOGIA DE JOINVILLE
	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
LAGES	Universidade	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
	Universidade	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
	Faculdade	FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
	Faculdade	FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE LAGES
LAGUNA	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MAFRA	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
MARAVILHA	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
MONTE CARLO	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
NAVEGANTES	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
ORLEANS	Universidade	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PALHOCA	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
PICARRAS	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
PORTO UNIAO	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
PRESIDENTE GETULIO	Universidade	UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (EM ACOMPANHAMENTO)
RIO DO SUL	Universidade	UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (EM ACOMPANHAMENTO)
SANTA CECILIA	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO

SAO BENTO DO SUL	Universidade	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
SAO DOMINGOS	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
SAO JOAO BATISTA	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
SAO JOAQUIM	Universidade	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
SAO JOSE	Faculdade	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
	Faculdade	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE SANTA CATARINA
	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
	Universidade	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	Universidade	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
SAO MIGUEL D'OESTE	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
SEARA	Universidade	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
TAIO	Universidade	UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (EM ACOMPANHAMENTO)
TIJUCAS	Universidade	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
TIMBO	Universidade	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
TUBARAO	Universidade	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
TURVO	Universidade	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
URUSSANGA	Universidade	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
VIDEIRA	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
XANXERE	Universidade	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

ANEXO B – GRADES CURRICULAR DA IES REFERENCIAL

Grade curricular do curso de Administração
Habilitação: Administração de Empresas
Início: 1999

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	TAD	Teorias de Administração	64
	TEC/E	Teoria Econômica	64
	MPE/C	Metodologia da Pesquisa	64
	IDI/C	Instituições de Direito	64
	MAT/E	Matemática	128
	CON	Contabilidade	128
	FIL/C	Filosofia	64
	INF/C	Informática	64
	EFI	Educação Física	64
Total da carga horária			704 h/a
2ª	EBR/E	Economia Brasileira	64
	EST/E	Estatística	128
	MFI	Matemática Financeira	64
	CTS/C	Custos	64
	TAD	Teorias de Administração	128
	O&M/C	Organização e Métodos	64
	SOC	Sociologia	64
	LSO	Legislação Social	64
Total da carga horária			640 h/a
3ª	LTR	Legislação Tributária	64
	ARMP	Adm. De Rec. Mat. e Patrimoniais	128
	ADSI	Adm. de Sistemas de Informação	64
	ARH	Adm. De Recursos Humanos	128
	POP/A	Pesquisa Operacional	64
	ADP/A	Administração Pública	64
	PSI	Psicologia	64
	ABA	Análise de Balanço	64
Total da carga horária			640 h/a
4ª	ADME	Administração Mercadológica	128
	APR	Adm. da Produção	128
	ADFO	Adm. de Financeira e Orçamentária	128
	SAV	Seminário Avançados	128
	PES	Planejamento Estratégico	128
	OES	Orientação de Estágio	128
Total da carga horária			768h/a
Estágio Curricular Supervisionado			300
Total da carga horária do curso			3.052 h/a

Obs: As aulas de OES deverão ser oferecidas aos sábados.

Grade curricular do curso de Artes Visuais
Início: 1999

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	OPÇÃO
1ª	HAV	História das Artes Visuais	64	LBA
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64	LBA
	FLV	Fundamentos da Linguagem Visual	64	LBA
	CERA	Cerâmica	64	LBA
	DGE	Desenho Geométrico	64	LBA
	AETME	Análise e Exercício de Técnicas e Materiais Expressivos	128	LBA
	EXP	Expressão Corporal	64	LBA
	SOA	Sociologia da Arte	64	LBA
	DEA	Desenho Artístico	96	LBA
	FIL	Filosofia	64	LBA
	EFI	Educação Física	64	LBA
Total de carga horária			800 h/a	
2ª	HAV	História das Artes Visuais	64	LBA
	PSA	Psicologia da Arte	64	LBA
	PIN	Pintura	64	LBA
	CERA	Cerâmica	128	LBA
	MEMV	Multimeios: Vídeo	64	LBA
	DEA	Desenho Artístico	64	LBA
	FOTO	Fotografia	128	LBA
	ESTA	Estética	64	LBA
	TIN	Teoria da Informação	64	LBA
	EXPM	Expressão Musical	64	LBA
Total de carga horária			788 h/a	
3ª	HAV	História das Artes Visuais	64	LBA
	ANC	Antropologia Cultural	64	LBA
	CGR	Computação Gráfica	64	LBA
	ESC	Escultura	64	LBA
	AEI	Arte no Ensino Informal	64	LBA
	PIN	Pintura	128	LBA
	GRAV	Gravura	128	LBA
	FAE	Fundamentos de Arte-Educação	64	LBA
	ARG	Artes Gráficas	64	BA
	ARM	Arte na Moda	64	BA
	DIG	Didática Geral	64	LA
	PSE	Psicologia da Educação	64	LA
Total de carga horária			768 h/a	
4ª	HAV	História das Artes Visuais	64	LBA
	ESTP	Estamparia	64	LBA
	TAT	Tapeçaria/Tecelagem	64	LBA
	PIN	Pintura	64	LBA
	ESC	Escultura	64	LBA
	CEN	Cenografia	64	BA
	COI	Composição de Interiores	64	BA
	MKT	Marketing	64	BA
	TCAR	Teoria e Crítica da Arte	64	BA
	TCC	Trabalho de Conclusão do Curso	128	BA
	EFEB	Estrutura e Funcionamento do Ensino	64	LA
	PEES	Prática de Ensino sob forma de Estágio Supervisionado	300	LA
Total de carga horária Bacharelado			704 h/a	
Total de carga horária Licenciatura			664 h/a	

LBA - Disciplina comum no curso de Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais.

BA - Disciplina específica no curso de Bacharelado em Artes Visuais.

LA - Disciplina específica no curso de Licenciatura em Artes Visuais.

Total da carga horária para bacharelado - 2.972.

Total da carga horária para licenciatura - 2.956.

Grade curricular do curso de Ciências Biológicas
Início: 1999

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	L	C	P	TOTAL
1ª	CAL	Cálculo	64				64
	FIS	Física	44	10	10		64
	QMC	Química	118	10			128
	BOT	Botânica	23	64	09		96
	CHE	Citologia, Histologia e Embriologia	144	48			192
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64				64
	GEN	Genética	100	24	04		128
	ZOO	Zoologia	76	10	10		96
	GEO	Geologia	75	15	06		96
	CLI	Climatologia	60		04		64
EST	Estatística	96				96	
EFI	Educação Física					64	
Total de carga horária							1088 h/a
2ª	BOT	Botânica	92	20	16		128
	ZOO	Zoologia	88	20	20		128
	BIQ	Bioquímica	60	24	06		96
	PSI	Psicologia	64				64
	GEN	Genética	108	20			128
	BIOF	Biofísica	64	32			96
	ANH	Anatomia Humana	32	32			64
	FIL	Filosofia	64				64
	PALEO	Paleontologia	44	04	16		64
	ECL	Ecologia	60	32	04		96
IMU	Imunologia	48	16			64	
PAR	Parasitologia	48	16			64	
Total de carga horária							1056 h/a
3ª	FISI	Fisiologia	72	24			96
	ZOO	Zoologia	88		20	20	128
	EVO	Evolução	56	04	04		64
	ECL	Ecologia	37	21	06		64
	BOT	Botânica	92	20	16		128
	DID	Didática	64				64
	BIM	Biologia Marinha	48	08	08		64
	MIC	Microbiologia	48	16			64
	GEN	Genética	64				64
	BIT	Biotecnologia	48	16			64
Total de carga horária							800 h/a
4ª	EPR	Ética Profissional	64				64
	EFEN	Estrutura e Funcionamento do Ensino	64				64
	EDA	Educação Ambiental	54		10		64
	LIA	Legislação e Impacto Ambiental	96				96
	BIOG	Biogeografia	54		10		64
Total de carga horária							352 h/a
ECS	Estágio Curricular Supervisionado (Bacharelado)		128			232	360 (**)
PECB	Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado		128			172	300 (***)
Total de carga horária do curso							3056 h/a

(**) Na disciplina "ECS", das 360 ha, 128 ha serão destinadas à Orientação.

(***) Na disciplina "Prática de Ensino sob a Forma de Estágio Supervisionado", das 300 ha, 128 ha destinadas à Orientação de Estágio.

Grade curricular do curso de Ciências Contábeis
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	HORAS/AULA			
			TEÓRICAS	PRÁTICAS	LABOR.	TOTAL
1ª	CTB	Contabilidade	64	32	32	128
	IDPU/C	Instituições de Direito Público	48	16	---	64
	IDPR/C	Instituições de Direito Privado	48	16	---	64
	ADG I	Administração	48	16	---	64
	ECO	Economia	48	16	---	64
	MAT	Matemática	64	64	---	128
	SOC	Sociologia	32	32	---	64
	MPE	Metodologia da Pesquisa	32	16	16	64
	EFI	Educação Física	---	64	---	64
Total da carga horária						704 h/a
2ª	EST/E	Estatística	32	16	16	64
	ETI	Ética	64	---	---	64
	CTB	Contabilidade	64	32	32	128
	PSI	Psicologia	32	32	---	64
	DCO	Direito Comercial	48	16	---	64
	DSO	Direito Social	48	16	---	64
	LPO	Língua Portuguesa	32	32	---	64
	MFI	Matemática Financeira	32	32	---	64
	CAP	Contabilidade Agrícola e Pecuária	32	32	---	64
Total da carga horária						640 h/a
3ª	CAC	Contabilidade e Análise de Custos	64	32	32	128
	CTB	Contabilidade	64	32	32	128
	ADF/E	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	32	32	---	64
	SCO	Sistemas Contábeis	32	16	16	64
	DTR/E	Direito Tributário	64	64	---	128
	CCI	Contabilidade das Empresas de Construção Civil e Incorporações Imobiliárias	32	16	16	64
	ADC	Análise das Demonstrações Contábeis	32	16	16	64
Total da carga horária						640 h/a
4ª	CAC	Contabilidade e Análise de Custos	32	16	16	64
	AUD	Auditoria	64	64	---	128
	ADC	Análise das Demonstrações Contábeis	32	16	16	64
	PTR	Planejamento Tributário	32	32	---	64
	CPU	Contabilidade Pública	64	16	48	128
	PCO	Perícia Contábil	32	32	---	64
	TGR	Trabalho de Graduação*	---	128	---	128
Total da carga horária						640 h/a
Total da carga horária do curso						2.624 h/a

* Esta disciplina estará sob responsabilidade de um Orientador de Classe

Grade curricular do curso de Administração
Habilitação: Comércio Exterior
Início: 1999

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	TAD	Teorias de Administração	64
	TEC/E	Teoria Econômica	64
	MPE/C	Metodologia da Pesquisa	64
	IDI/C	Instituições de Direito	64
	MAT/E	Matemática	128
	CON	Contabilidade	128
	FIL/C	Filosofia	64
	INF/C	Informática	64
	EFL/C	Educação Física	64
Total da carga horária			704 h/a
2ª	EBR/E	Economia Brasileira	64
	EST/E	Estatística	64
	MFI	Matemática Financeira	64
	SOC	Sociologia	64
	CTS	Custos	64
	TAD	Teorias de Administração	128
	DCO	Direito Comercial	64
	ESP	Espanhol	64
	LIN	Língua Inglesa	64
Total da carga horária			640 h/a
3ª	ESP	Espanhol	64
	LTR	Legislação Tributária	64
	ARMP	Adm. de Rec. Mat. e Patrimoniais	64
	ARH	Adm. de Recursos Humanos	64
	ADSI	Adm. de Sistemas de Informação	64
	LIN	Língua Inglesa	64
	ECOM	Economia Mundial	64
	PSI	Psicologia	64
	SCE	Sistemática do Comércio Exterior	128
Total da carga horária			640 h/a

Grade curricular do curso de Administração
Habilitação: Comércio Exterior
Início: 1999 (continuação)

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
4ª	ADME	Administração Mercadológica	64
	APR	Administração de Produção	64
	ADFO	Administração Financeira e Orçamentária	64
	SAV	Seminários Avançados	128
	TPC	Teoria e Prática Cambial	64
	DIRI	Direito Internacional	64
	TSE	Transporte e Seguro	64
	LAD	Legislação Aduaneira	64
	MKI	Marketing Internacional	64
OES	Orientação de Estágio	128	
Total da carga horária			768 h/a
Estágio Curricular Supervisionado			300
Total da carga horária do curso			3.052 h/a

Obs. As aulas de OES deverão ser oferecidas aos sábados

Grade curricular do curso de Ciências Econômicas
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	IEC/E	Introdução à Economia	128
	HEG	História Econômica Geral	64
	ICS	Introdução às Ciências Sociais	64
	CSO	Contabilidade Social	64
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64
	MAT/E	Matemática	128
	EST/E	Estatística	128
	EFI	Educação Física	64
Total de carga horária			704 h/a
2ª	CIP	Ciência Política	64
	FEB	Formação Econômica do Brasil	64
	CTS	Custos	128
	HPE	História do Pensamento Econômico	64
	TMI/E	Teoria Microeconômica	64
	TMA	Teoria Microeconômica	64
	CAB	Contabilidade e Análise de Balanços Estatística	64
	EIE	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	64
	MAT	Matemática	64
Total de carga horária			640 h/a
3ª	IDI/E	Instituições de Direito	64
	EMO	Economia Monetária	64
	AEE	Análise Econômica de Empresas	128
	PECC	Pensamento Econômico Contemporâneo	64
	MEM	Microeconomia para empreendedores	64
	MGRA	Monografia	134
	ECI/E	Economia Internacional	64
	ACEM	Análise Conjuntural para Empreendedores	64
Total de carga horária			646 h/a
4ª	EABE/E	Economia Brasileira	64
	CEC	Consultoria Econômica	64
	DSE	Desenvolvimento Sócio-Econômico	64
	ETI	Economia da Tecnologia da Informação	64
	PLN	Planejamento de Negócios	128
	EAP	Elaboração e Análise de Projetos	64
	ESP	Economia do Setor Público	64
	ECM	Economia Mundial	64
	EIN	Economia Industrial	64
	MGRA	Monografia	134
Total de carga horária			774 h/a
Total de carga horária do curso			2.764 h/a

Grade curricular do curso de Design (Desenho Industrial)
Habilitação em Projeto do Produto
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	MPR	Metodologia do Projeto	96
	DOR	Desenho de Observação e Representação	96
	DGE	Desenho Geométrico	96
	HAR	História da Arte	64
	GMT	Geometria	64
	MRE	Meios de Representação	96
	MVI	Metodologia Visual	96
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64
	SOC	Sociologia	64
	EFI	Educação Física	64
Total de carga horária			800 h/a
2ª	ANT	Antropologia	64
	SMI	Semiótica	64
	ERG	Ergonomia	64
	HAR	História da Arte	64
	HTD	História da Tecnologia e do Design	64
	MPR	Metodologia do Projeto	96
	MRE	Meios de Representação	64
	EST	Estatística	64
	FOT	Fotografia	96
	DOR	Desenho de Observação e Representação	64
	CGR	Computação Gráfica	64
Total de carga horária			768 h/a
3ª	DTE	Desenho Técnico	96
	MKT	Marketing	64
	ERGN	Ergonomia	64
	SMI	Semiótica	64
	CGR	Computação Gráfica	96
	MEX	Materiais Expressivos	64
	MOP	Modelos e Protótipos	96
	MPF	Materiais e Processos de Fabricação	96
	PP	Projeto do Produto	128
Total de carga horária			768 h/a
4ª	GEDE	Gestão Estratégica do Design	96
	GAD	Gestão Ambiental em Design	64
	GPR	Gestão da Produção	96
	ETIC	Ética	64
	PP	Projeto do Produto	192
	MOP	Modelos e Protótipos	96
Total de carga horária			608 h/a
	ESS	Estágio Supervisionado	300
Total de carga horária do curso			3.244 h/a

Grade curricular do curso de Direito
Início: 1999

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	IEDI	Intr. ao Estudo de Direito	64
	DCI/D	Direito Civil (Parte Geral)	128
	HDPJ	História do Direito	128
	FGJ	Filosofia	128
	CIP/D	Ciência Política (Teoria do Estado)	96
	ECO	Economia	64
	MPE	Metodologia de Pesquisa	64
	EFI	Educação Física	64
Total de carga horária			736 h/a
2ª	TGP	Teoria Geral do Processo	96
	DCI	Direito Civil (obrigação)	128
	DPE	Direito Penal	128
	DCON	Direito Constitucional	128
	DFT	Direito Financeiro e Tributário	64
	DTR	Direito do Trabalho	64
	SOC/D	Sociologia	128
Total de carga horária			736 h/a
3ª	LJU	Linguagem Jurídica	64
	DTRA	Direito do Trabalho	64
	DCI	Direito Civil (coisas)	128
	DPE	Direito penal	128
	DPC	Direito Processual Civil	96
	DPPE	Direito Processual Penal	96
	DFT	Direito Financeiro e Tributário	64
	DIPU	Direito Internacional Público	64
	DIPR	Direito Internacional Privado	64
Total de carga horária			768 h/a
4ª	DCI	Direito Civil (família e sucessão)	96
	DAD	Direito Administrativo	128
	DCO	Direito Comercial	128
	DPC	Direito Processual Civil	96
	DPPE	Direito Processual Penal	64
	DPT	Direito Processual do Trabalho	64
	PCJ	Pesquisa em Ciências Jurídicas (Projeto)	64
	PJU	Prática Jurídica (sob forma de estágio curricular supervis.)	128
	DEO	Deontologia Jurídica (Ética e Legislação Profissional)	64
	LTR	Legislação Tributária op.	64
	TSE	Transporte e Seguro op.	64
Total de carga horária			832 h/a

Grade curricular do curso de Design (Desenho Industrial)
Habilitação em Programação Visual
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	MPR	Metodologia do Projeto	96
	DOR	Desenho de Observação e Representação	96
	DGE	Desenho Geométrico	96
	HAR	História da Arte	64
	GEO	Geometria	64
	MRE	Meios de Representação	96
	MVI	Metodologia Visual	96
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64
	SOC	Sociologia	64
	EFI	Educação Física	64
Total de carga horária			800 h/a
2ª	ANT	Antropologia	64
	SMI	Semiótica	64
	ERG	Ergonomia	64
	HAR	História da Arte	64
	HTD	História da Tecnologia e do Design	64
	MPR	Metodologia do Projeto	96
	MRE	Meios de Representação	64
	CGR	Computação Gráfica	64
	FOT	Fotografia	96
	DOR	Desenho de Observação e Representação	64
	EST	Estatística	64
Total de carga horária			768 h/a
3ª	DTE	Desenho Técnico	96
	MKT	Marketing	64
	ERG	Ergonomia	64
	SMI	Semiótica	64
	MUL	Multimídia	64
	FOT	Fotografia	96
	ANA	Análise Gráfica	96
	MPG	Materiais e Processos Gráficos	96
	PPV	Projeto de Programação Visual	128
Total de carga horária			768 h/a
4ª	GEDE	Gestão Estratégica do Design	96
	GAD	Gestão Ambiental em Design	64
	GPR	Gestão da Produção	96
	ETIC	Ética	64
	PPV	Projeto Programação Visual	192
	OFG	Oficina Gráfica	96
Total de carga horária			608 h/a
Estágio Supervisionado			300
Total de carga horária do curso			3.244 h/a

Grade curricular do curso de Direito (continuação)

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
5ª	DAM	Direito Ambiental	64
	DEM	Direito Empresarial	64
	CML	Criminológica e Medicina Legal	64
	DPC	Direito Processual Civil	64
	DPPE	Direito Processual Penal	64
	DPME	Direito Processual em Matéria Empresarial	64
	DPMA	Direito Processual em Matéria Ambiental	64
	PCJ	Pesquisa em Ciências Jurídicas (TCC)	64
	PJU	Prática Jurídica (sob forma de estágio supervisionado)	192
	LAD	Legislação Aduaneira op.	64
	DNA	Direito da Navegação op.	64
	EBC	Economia Brasileira Contemporânea op.	64
Total de carga horária			704h/a
Total de carga horária do curso			3776 h/a
Total de carga horária optativa			320 h/a
Total de carga horária do curso			4096 h/a

Grade curricular do curso de Educação Física
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	L	C	P	TOTAL
1ª	ANA	Anatomia	64	32			96
	BIO	Biologia	64				64
	FIL	Filosofia	64				64
	SOC	Sociologia	40		24		64
	ATL	Atletismo	24		40		64
	JUD	Judô	14		50		64
	OAEF	Organização e Adm. em Educação Física	86		10		96
	SOS	Socorros Urgentes	34	10	20		64
	VOL	Voleibol	30		66		96
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64				64
	FISI	Fisiologia	45	10	5	4	64
Total de carga horária							800 h/a
2ª	ATR	Atividades Rítmicas	14		50		64
	HIG	Higiene	64				64
	GIN	Ginástica	16	16	32		64
	BAS	Basquetebol	18		78		96
	ATL	Atletismo	24		40		64
	BIOM	Biomecânica	34	15	15		64
	FUT	Futebol	21		75		96
	EST	Estatística	50		14		64
	PSI	Psicologia	64				64
	NAT	Natação	30		66		96
	LPO	Língua Portuguesa	64				64
Total de carga horária							800 h/a
3ª	DAM	Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	84	3	9		96
	DAN	Dança	20		44		64
	DID	Didática	64				64
	GIN	Ginástica	16	16	32		64
	GOL	Ginástica Olímpica	15		72	9	96
	AFPE	Atividade Física de Pré-Escolar à 4ª Série	14		50		64
	HAN	Handebol	24		72		96
	REC	Recreação e Lazer	26		60	10	96
	FEX	Fisiologia do Exercício	60	20	10	6	96
	PAP	Pesquisa Aplicada	32		32		64
Total de carga horária							800 h/a
4ª	AMA	Atividade Motora Adaptada	66		15	15	96
	GES	Ginástica Escolar	32		32		64
	MAEF	Medidas de Avaliação em Educação Física	40	30	10	16	96
	PENS	Prát. De Ens. Sob a forma de Est. Supervis.	128		172		300
	HTE	História e Teoria da Educação Física	64				64
	ESTR	Estrutura e funcionamento do Ensino	64				64
	TRD	Treinamento Desportivo	60	10	10	16	96
Total de carga horária							780 h/a
Total de carga horária do curso							3.180 h/a

* Pré-requisito: todas as disciplinas do 1º, 2º e 3º anos, com exceção de Estatística (64 h/a).

Grade curricular do curso de Engenharia Ambiental
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	P	TOTAL
1ª	CDI	Cálculo Diferencial Integral	128	-	128
	FIS	Física	96	32	128
	QGI	Química Geral e Inorgânica	64	32	96
	QAN	Química Analítica	48	48	96
	BIO	Biologia	48	16	64
	GMT	Geometria	64	-	64
	CLI	Climatologia	56	08	64
	MPE	Metodologia da Pesquisa	48	16	64
	IEA	Introdução à Engenharia Ambiental	64	-	64
	EST	Estatística	64	-	64
	EFI	Educação Física	-	64	64
Total da carga horária					832 h/a
2ª	ECL	Ecologia	48	16	64
	MIC	Microbiologia	32	32	64
	CDI	Cálculo Diferencial Integral	128	-	128
	FIS	Física	64	32	96
	GEO	Geologia	48	16	64
	QUO	Química Orgânica	48	16	64
	DTE	Desenho Técnico	64	-	64
	FQU	Físico-Química	32	32	64
	ALG	Álgebra	64	-	64
	BIQ	Bioquímica	48	16	64
	MEC	Mecânica	48	16	64
	TPG	Topografia	56	08	64
Total da carga horária					864 h/a
3ª	MCO	Materiais e Corrosão	64	-	64
	ELT	Eletrotécnica	48	16	64
	FTR	Fenômenos de Transporte	64	32	96
	CAN	Cálculo Numérico	32	32	64
	ANI	Análise Instrumental	48	16	64
	EMI	Ecologia Microbiana	48	16	64
	FCI	Filosofia da Ciência	64	-	64
	MSO	Mecânica dos Solos	64	-	64
	RNA	Recursos Naturais	48	16	64
	HID	Hidráulica	48	16	64
	CRE	Cálculo de Reatores	64	-	64
	ENB	Engenharia Bioquímica	32	32	64
	RMA	Resistência dos Materiais	64	-	64
Total da carga horária					864 h/a

Grade curricular do curso de Engenharia Ambiental (continuação)

SERIE	COD.	DISCIPLINA	T	P	TOTAL
4ª	PII	Processos Industriais: Instrumentação e Controle	96	-	96
	OUN	Operações Unitárias	96	32	128
	CART	Cartografia	48	16	64
	HID	Hidrologia	32	32	64
	STB	Tratamento Biológico	48	16	64
	STF	Tratamento Físico-Químico	48	16	64
	STR	Tratamento de Resíduos Sólidos	56	8	64
	FSE	Fundamentos de Segurança em Engenharia	64	-	64
	SER	Sensoriamento Remoto	64	-	64
	CPA	Controle de Poluição Atmosférica	64	-	64
	IEFL	Introdução à Engenharia Florestal	64	-	64
	ADM	Administração	64	-	64
Total da carga horária					864 h/a
5ª	STA	Sistemas de Tratamento de Águas de Abastecimento	56	8	64
	STID	Sistemas de Tratamento de Águas Residuárias, Industriais e Domésticas	56	8	64
	PGA	Planejamento e Gestão Ambiental	64	-	64
	IMA	Impacto Ambiental	64	-	64
	LDA	Legislação e Direito Ambiental	64	-	64
	SAM	Saúde e Patologia Ambiental	64	-	64
	ECO	Economia	64	-	64
	PST	Projeto de Sistemas de Tratamento	16	48	64
	ECS	Estágio Curricular Supervisionado (com trabalho de conclusão de curso)	-	360	360
Total da carga horária					872 h/a
Total da carga horária do curso					4.360 h/a

Grade curricular do curso de Farmácia
Habilitação: Farmacêutico Bioquímico

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	P	TOTAL
1ª	ANA	Anatomia	58	38	96
	FIS	Física	44	20	64
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	96		96
	QBI	Química Geral e Inorgânica	58	38	96
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64		64
	QUO	Química Orgânica	88	40	128
	BIQ	Bioquímica	98	30	128
	HEM	Histologia e Embriologia	58	38	96
	CIT	Citologia	44	20	64
	BIOF	Biofísica	44	20	64
	EFI	Educação Física	64		64
Total de carga horária			716	244	960 h/a
2ª	BOT	Botânica	32	32	64
	FQU	Físico-Química	44	20	64
	FISI	Fisiologia	66	30	96
	GEN	Genética	44	20	64
	BIE	Bioestatística	64		64
	PPA	Processos Patológicos	44	20	64
	PAR	Parasitologia	44	20	64
	QAQ	Química Analítica Qualitativa	32	32	64
	DLF	Deontologia e Legislação Farmacêutica	64		64
	FAR	Farmacologia	66	30	96
	MIC	Microbiologia	44	20	64
	IMU	Imunologia	44	20	64
	FIC	Filosofia da ciência	64		64
Total de carga horária			652	244	896 h/a
3ª	QAT	Química Analítica Quantitativa	32	32	64
	FCT	Farmacotécnica	28	100	128
	QFA	Química Farmacêutica	66	30	96
	FMC	Farmacognosia	44	20	64
	ADM	Administração	64		64
	BCS	Bioquímica Clínica (bioquímica do sangue)	64	64	128
	PAC	Parasitologia Clínica	30	66	96
	ANI	Análise Instrumental	64	64	128
	MIL	Microbiologia Clínica	48	80	128
	SPU	Saúde Pública	44	20	64
Total de carga horária			484	476	960 h/a
4ª	HCL	Hematologia Clínica	30	98	128
	CIC	Citologia Clínica	32	32	64
	CQA	Controle de Qualidade em Análises Clínicas	64		64
	BCU	Bioquímica Clínica (Urinálise)	32	32	64
	MCL	Micologia Clínica	30	66	96
	IMC	Imunologia Clínica	48	80	128
	PHE	Produtos Hemoterápicos	44	20	64
	VEA	Virologia e Atropodologia	44	20	64
	TOC	Toxicologia Clínica	32	32	64
Total de carga horária			356	380	1.248 h/a
Estágio Supervisionado (com trabalho de Conclusão de Curso)					512
Total de carga horária do curso			2720	1344	4.064 h/a

Grade curricular do curso de Farmácia
Habilitação: Farmacêutico Industrial

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	P	TOTAL
1ª	ANA	Anatomia	58	38	96
	FIS	Física	44	20	64
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	96		96
	QBI	Química Geral e Inorgânica	58	38	96
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64		64
	QUO	Química Orgânica	88	40	128
	BIQ	Bioquímica	98	30	128
	HEM	Histologia e Embriologia	58	38	96
	CIT	Citologia	44	20	64
	BIOF	Biofísica	44	20	64
	EFI	Educação Física	64		64
Total de carga horária			716	244	960 h/a
2ª	BOT	Botânica	32	32	64
	FQU	Físico-Química	44	20	64
	FISI	Fisiologia	66	30	96
	GEN	Genética	44	20	64
	BIE	Bioestatística	64		64
	PPA	Processos Patológicos	44	20	64
	PAR	Parasitologia	44	20	64
	QAQ	Química Analítica Qualitativa	32	32	64
	DLF	Deontologia e Legislação Farmacêutica	64		64
	FAR	Farmacologia	66	30	96
	MIC	Microbiologia	44	20	64
	IMU	Imunologia	44	20	64
	FIC	Filosofia da ciência	64		64
Total de carga horária			652	244	896 h/a
3ª	QAT	Química Analítica Quantitativa	32	32	64
	FCT	Farmacotécnica	28	100	128
	QFA	Química Farmacêutica	66	30	96
	FCT	Farmacognosia	44	20	64
	ADM	Administração	64		64
	FMC	Farmacognosia Experimental	---	96	96
	ENB	Engenharia Bioquímica	44	20	64
	FCH	Farmácia Clínica e Hospitalar	32	32	64
	ENZ	Enzimologia	44	20	64
	ANI	Análise Instrumental	64	64	128
	SPU	Saúde Pública	44	20	64
	OUN	Operações Unitárias	32	32	64
Total de carga horária			494	466	960 h/a

Grade curricular do curso de Farmácia
Habilitação: Farmacêutico Industrial (continuação)

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	P	TOTAL
4ª	BRO	Bromatologia	64	64	128
	CQQ	Controle de Qualidade Química	---	64	64
	CQB	Controle de Qualidade Biológica	---	64	64
	PMM	Produção de Metabólitos Microbianos	20	44	64
	TQF	Tecnologia Químico-Farmacêutica	32	32	64
	TAL	Tecnologia de Alimentos	66	30	96
	COL	Cosmetologia	48	48	96
	TOX	Toxicologia	20	44	64
	FHO	Farmacotécnica Homeopática	66	30	96
Total de carga horária			316	420	1.248 h/a
Estágio Supervisionado (com trabalho de Conclusão de Curso)					512 h/a
Total de carga horária do curso			2800	1374	4.064 h/a

Grade curricular do curso de Geografia

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	L	C	TOTAL
1ª	HEGB	História Econ. Geral e do Brasil	64			64
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64			64
	EST	Estatística	64			64
	CARG	Cartografia Geral	44	20		64
	CLI	Climatologia	108	20		128
	GEP	Geografia da População	128			128
	GEOG	Geologia Geral	48	8	8	64
	EPG	Evolução do Pensamento Geográfico	64			64
	EFI	Educação Física	64			64
Total de carga horária			594	38	8	704 h/a
2ª	GEM	Geomorfologia	120		8	128
	ANC	Antropologia Cultural	64			64
	GEOE	Geologia Estrutural	48	8	8	64
	GEC	Geografia Econômica	120		8	128
	GBR	Geografia do Brasil	120		8	128
	CTE	Cartografia Temática	48	8	8	64
	PSE	Psicologia da Educação	64			64
Total de carga horária			584	16	40	640 h/a
3ª	GUR	Geografia Urbana	56		8	64
	HIDG	Hidrografia	56		8	64
	BIOG	Biogeografia	120		8	128
	DID	Didática	64			64
	EFEN	Estrutura e Funcionamento do Ensino	64			64
	OER	Organização do Espaço Regional	120		8	128
	GSC	Geografia de Santa Catarina	56		8	64
	TPG	Topografia	64			64
Total de carga horária			600		40	640 h/a
4ª	PEG	Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado	300			300
	SING	Sistema de Informação Geográficas	64			64
	SRF	Sensoreamento Remoto e Fotointerpretação	44	20		64
	PRU	Planejamento Regional e Urbano	88		8	96
	GIND	Geografia Industrial	60		4	64
	OCE	Oceanografia	56		8	64
Total de carga horária			612	20	20	652 h/a
5ª	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	300			300
Total de carga horária do curso			2.690	74	108	2.936 h/a

Grade curricular do curso de História

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	IEH	Introdução ao Estudo da História	128
	FIL	Filosofia	64
	POR/H	Português	64
	SOC/H	Sociologia	64
	PRH	Pré-História	64
	HAT	História Antiga	128
	ANC	Antropologia Cultural	64
	GHU	Geografia Humana	64
	EFI	Educação Física	64
Total da carga horária			704 h/a
2ª	POL	Política	64
	HME	História Medieval	128
	HBRU	História do Brasil	128
	HAME	História da América	128
	PSE/G	Psicologia	64
	HAR	História da Arte	64
	DID/A	Didática	64
Total da carga horária			640 h/a
3ª	HMO	História Moderna	128
	HBR	História do Brasil	128
	HAME	História da América	64
	THI	Teoria da História	128
	ESTRE	Estr. e Func. do Ensino	64
	HAA	História da Ásia e da África	64
	HSC	História de Santa Catarina	64
Total da carga horária			640 h/a
4ª	HCO	História Contemporânea	128
	HBR	História do Brasil	128
	MP	Metodologia da Pesquisa	128
	ESS/H	Estágio Supervisionado	300
Total da carga horária			684 h/a
Total da carga horária do curso			2.668 h/a

Grade curricular do curso de Informática

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA SEMANAL		CARGA ANUAL		
			TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
1ª	LTP	Linguagens e Técnicas de Programação	1	3	32	96	128
	ARC	Arquitetura de Computadores	2	2	64	64	128
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	4	0	128	0	128
	ALG	Álgebra	4	0	128	0	128
	SOC	Sociologia	2	0	64	0	64
	MPE	Metodologia da Pesquisa	2	0	64	0	64
	EFI	Educação Física	0	2	0	64	64
Sub-Total teoria/prática			22 h/a		704 h/a		
2ª	LTP	Linguagens e Técnicas de Programação	1	3	32	96	128
	SOP	Sistemas Operacionais	2	2	64	64	128
	BDA	Banco de Dados	2	2	64	64	128
	SIN	Sistemas de Informação	2	2	64	64	128
	LIN	Língua Inglesa	4	0	128	0	128
Total da carga horária			20 h/a		640 h/a		
3ª	LTP	Linguagem e Técnicas de Programação	1	3	32	96	128
	COD	Comunicação de Dados	2	2	64	64	128
	SIN	Sistemas de Informação	2	2	64	64	128
	APS	Análise e Projeto de Sistemas	2	2	64	64	128
	EST	Estatística	4	0	128	0	128
Total da carga horária			20 h/a		640 h/a		
4ª	ENS	Engenharia de Software	2	2	64	64	128
	SIN	Sistemas de Informação	2	2	64	64	128
	IAR	Inteligência Artificial	2	2	64	64	128
	EMP	Empreendedorismo	4	0	128	0	128
Total da carga horária			20 h/a		612 h/a		
Estágio Curricular*					360 h/a		
Total da carga horária do curso					2.356 h/a		

(*) Das 360 horas/aula de estágio curricular, 128 horas/aula serão destinadas à orientação.

(**) DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA
Filosofia	64
Espanhol	64
Teoria Econômica	64
Administração Pública	64
Análise Conjuntural para Empreendedores	64
Economia Brasileira Contemporânea	64
Planejamento Tributário	64
Planejamento Estratégico	128
Administração de Recursos Humanos	64
Administração de Pequenas Microempresas	64
Cálculo Numérico	64
Contabilidade Geral	64

(**) As disciplinas optativas poderão ser cumpridas a partir da 2ª série, em outros cursos que as contemplem em seus currículos, em horários e turnos não coincidentes com os do Bacharelado em Informática, totalizando, no máximo, 128 horas.

Grade curricular do curso de Matemática
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	FMA	Fundamentos de Matemática	128
	GMT	Geometria	128
	MAD	Matemática Discreta	128
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64
	PSE	Psicologia da Educação	64
	EFEN	Estrutura e Funcionamento do Ensino	64
	FIL	Filosofia	64
	EFI	Educação Física	64
Total da carga horária			704 h/a
2ª	FIS	Física	64
	AVL	Álgebra Vetorial e Linear	128
	ALG	Álgebra	128
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	128
	GMT	Geometria	64
	DID	Didática	64
	MMA	Modelagem Matemática	64
Total da carga horária			640 h/a
3ª	EST	Estatística	128
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	128
	FIS	Física	64
	AMT	Análise Matemática	64
	MFI	Matemática Financeira	64
	FHM	Fundamentos e História da Matemática	64
Total da carga horária			512 h/a
4ª	CAN	Cálculo Numérico	128
	AMT	Análise Matemática	128
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	128
	FIS	Física	128
Total da carga horária			512 h/a
	ECS	Estágio Curricular Supervisionado	300
Total da carga horária do curso			2.668 h/a

Grade curricular do curso de Medicina

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	T	P	TOTAL
1ª	ANH	Anatomia Humana	96	256	352
	HEM	Histologia e Embriologia	64	192	256
	BIC	Biologia Celular	64	32	96
	ANT	Antropologia	64	-	64
	BIOF	Biofísica	48	16	64
	BIQ	Bioquímica	32	64	96
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64	-	64
	EFI	Educação Física	64	-	-
Total de carga horária			496	500	992 h/
2ª	GEN	Genético	64	32	96
	IMG	Imagenologi	-	64	64
	FISI	Fisiologia	128	64	192
	IMU	Imunologia	64	32	96
	MIC	Microbiologia	64	32	96
	PAR	Parasitologia	64	32	96
	BET	Bioética	64	-	64
	PRSI	Práticas da Saúde I	-	64	64
	PSI	Psicologia	64	-	64
SOC	Sociologia	64	-	64	
Total de carga horária			576	320	896 h/
3ª	MBP	Mecanismos Básicos de Doença	96	32	128
	PRM	Propedêutica Médica	64	128	192
	PSQ	Psiquiatria	64	32	96
	PCL	Patologia Clínica	16	48	64
	EPD	Epidemiologia Geral	64	32	96
	FAR	Farmacologia	32	96	128
	TOA	Técnica Operatória e Anestesiologia	32	96	128
	MTR	Medicina do Trabalho	32	32	64
	SPAG	Saúde Pública: Administração e Gerenciamento	32	32	64
	PRS II	Práticas de Saúde II	-	64	64
Total de carga horária			432	592	1024 h/a
4ª		Clínica Médica I			
		Introdução à Clínica Médica		352	352
		Cardiologia			
		Hematologia e Hemoterapia			
		Pneumologia			
		Gastroenterologia			
		Nefrologia			
		Dermatologia			
		Anatomia Patológica I			
		Introdução à Anatomia Patológica		352	352
		Cardio-Vascular			
		Sangue e Linfonodos			
		Sistema Respiratório			
		Sistema Gastro-Intestinal			
		Fígado, Vias Biliares e Pâncreas			
		Rim e Sistema Urinário			
		Pele e Subcutâneo			
		Ossos e Articulações			
		Clínica Cirúrgica I			
		Introdução à Clínica Cirúrgica		352	352
		Cirurgia Geral			
		Cirurgia Experimental			
		Torácica e Cardíaca			
		Cabeça e Pescoço			
		Vascular			
		Geriatria		64	64
		Ortopedia e Traumatologia		64	64
Total de carga horária			1184	1184 h/a	

Grade curricular do curso de Medicina (continuação)

5ª	CLM II	Clínica Médica II		352	352
		Urologia			
		Reumatologia			
		Endocrinologia			
		Infectologia			
		Oncologia			
		Tratamento Reprodutor			
	ANP II	Anatomia Patológica II		160	160
		Sistema Nervoso			
		Órgãos dos Sentidos			
		Sistema Endócrino			
		Aparelho Reprodutor			
	PPU	Pediatria e Puericultura	-	128	128
	GOB	Ginecologia e Obstetrícia	-	128	128
	NEU	Neurologia	-	64	64
	OTO	Otorrinolaringologia	-	64	64
	OFT	Oftalmologia		64	64
	MLD	Medicina Legal e Deontologia Médica	32	32	64
	PAP	Patologia Pediátrica	-	64	64
	CLC II	Clínica Cirúrgica II	-	192	192
		Neurocirurgia			
		Cirurgia Pediátrica			
		Cirurgia Plástica			
		Cirurgia Urológica			
Total de carga horária			32	1248	1280 h/a
6ª	IOB	Internato Obrigatório	-	1536	1536
		Clínica Cirúrgica			
		Clínica Médica			
		Ginecologia e Obstetrícia			
		Pediatria			
Total de carga horária			-	1536	1536 h/a
Total de carga horária do curso			1472	5440	6912 h/a

CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO: 6.912 h/a
 EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR: 64 h/a
 ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES (mínima): 588 h/a
 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 7.564 h/a

OBS: O acadêmico, por opção, poderá cumprir além do internato obrigatório, no mínimo 300 horas de atividades em estágio extra curricular em **Práticas de Saúde**, em qualquer uma das áreas de concentração de estudo. (Enfermaria, Pronto Socorro, Postos de Saúde, entre outras).

Grade curricular do curso de Odontologia

SERIE	COD.	DISCIPLINAS	T	L	P	TOTAL	PRÉ-REQUISITO
1º	MPE	Metodologia da Pesquisa	64			64	
	HEMB	Histologia e Embriologia (Geral e Bucal)	96	64		160	
	AGO	Anatomia (Geral e Odontológica)	64	96		160	
	BIQ	Bioquímica	48	16		64	
	MGB	Microbiologia e Imunologia (Geral e Bucal)	96	32		128	
	GEN	Genética	64			64	
	SPIJ	Saúde Pública	32			32	
	FISI	Fisiologia	32	32		64	
	ANTS	Fund. de Antropologia e Sociologia	64			64	
	BIOF	Biofísica	32			32	
	BET	Bioética	32			32	
	EPI	Educação Física	64			64	
Total da carga horária						928 h/a	
2º	MDE	Materiais Dentários	48	48		96	
	PGB	Patologia Geral e Buco Dental	96	32		128	
		Parasitologia	64			64	
	RAD	Radiologia	64	64		128	
	OCL	Oclusão	32	32		64	AGO
	ODC	Odontologia Coletiva	64			64	SPU
	BIS	Biossegurança	32			32	MGB
	DEN	Dentística	96	64		160	
	ESTO	Estomatologia	64	32		96	
	ACOD	Anestesiologia e Cirurgia Odontológica	32	16	16	64	
	PSI	Psicologia	32			32	
	FAR	Farmacologia	32	32		64	
Total da carga horária						992 h/a	
3º	DEN	Dentística	64		64	128	MDE
	END	Endodontia	64	64		128	RAD
	ODP	Odontopediatria	64	64		128	PSI
	PER	Periodontia	64	32		96	
	ORT	Ortodontia	64			64	OCL
	PDEN	Prótese Dentária	64	64		128	AGO
	ODC	Odontologia Coletiva	32		64	96	
	ACC	Atividades Clínicas			25 6	256	
Total da carga horária						1024 h/a	
4º	DEN	Dentística	64		32	96	
	PDEN	Prótese Dentária	64	32		96	
	CRO	Cirurgia Odontológica	64			64	ACOD
	ORT	Ortodontia	64			64	
	ODP	Odontopediatria	64	32		96	
	END	Endodontia	64			64	PGB
	ODC	Odontologia Coletiva			96	96	
	PER	Periodontia	64		32	96	
	ACL	Atividades Clínicas			25 6	256	
Total da carga horária						928 h/a	
5º	CIA	Clinica Integrada Adulto				384	Disciplinas ant.
	CII	Clinica Integrada Infantil				128	Disciplinas ant.
	EXM	Estágio Extra-Muros				128	Disciplinas ant.
	CTB	Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial				64	
	OPE	Odontologia para Pacientes Especiais	32		32	64	PSI
	ERG	Ergonomia	32			32	
	ODL	Odontologia Legal	32			32	
	ODG	Odontogeriatría	32		32	64	
Total da carga horária						896 h/a	
Total da carga horária do curso						4.768 h/a	

Grade curricular do curso de Letras
Habilitação Única: Língua Portuguesa
Início: 2000

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	LPO	Língua Portuguesa	128
	LLP	Linguística da Língua Portuguesa	128
	LIG	Linguística	64
	TLI	Teoria da Literatura	64
	LBR	Literatura Brasileira	64
	MPE	Metodologia da Pesquisa	64
	FIL	Filosofia	64
		Eletiva	64
	EFI	Educação Física	64
Sub-Total 1 de carga horária			704 h/a
2ª	LPO	Língua Portuguesa	128
	LLP	Linguística da Língua Portuguesa	128
	LLA	Língua Latina	64
	TLI	Teoria da Literatura	64
	LBR	Literatura Brasileira	128
		Eletiva	64
		Eletiva	64
Sub-Total de carga horária			640 h/a
3ª	LPO	Língua Portuguesa	256
	LLP	Linguística da Língua Portuguesa	64
	TLI	Teoria da Literatura	64
	LBR	Literatura Brasileira	64
	LJI	Literatura Infantil-Juvenil	64
	PSI	Psicologia	64
	DID	Didática	64
Sub-Total de carga horária			640 h/a
4ª	LPO	Língua Portuguesa	128
	LLP	Linguística da Língua Portuguesa	64
	LIP	Literatura Portuguesa	64
	EFEN	Estrutura e Funcionamento do Ensino	64
		Eletiva	64
		Eletiva	64
		Eletiva	64
Sub-Total de carga horária			512 h/a
	ECS	Estágio Curricular Supervisionado	300
Total da carga horária do curso			2796 h/a

**Grade curricular do curso de Pedagogia
Habilitação: Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e
Educação Especial Programa Magister - São Francisco do Sul**

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1ª	LPO/E	Língua Portuguesa	128
	LES	Língua Espanhola	64
	EST	Estatística	64
	FFG	Fundamentos Filosóficos da Educação	128
	SOG/E	Sociologia Geral	64
	PSE/E	Psicologia Geral	64
	HED/E	História da Educação	64
	EDA	Educação Ambiental	64
	INF/R	Informática	64
	EFI	Educação Física	64
Total da carga horária			704 h/a
2ª	IDJ/P	Instituições de Direito	64
	SOC/P	Sociologia da Educação	64
	PSE/G	Psicologia da Educação	64
	PPB	Pensamento Pedagógico Brasileiro	64
	EEA	Educação Especial - Aspectos Sócio, Históricos e Políticos	64
	FPA	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Alfabetização	128
	LIT/J	Literatura Infante - Juvenil	64
	PPM	Pesquisa e Prática Metodológica	64
	MJE	Matricidade, Jogos e Educação Infantil	64
Total da carga horária			640 h/a
3ª	ECNE	Estudo da Criança com Necessidades Educativas Especiais	128
	ORGE	Organização Escolar	64
	FMEA	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte - Educação	64
	FEH	Fundamentos e Metodologia do Ensino da História	64
	FEG	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Geografia	64
	FMEM	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	64
	FMEPS	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Ciências e Programas de Saúde	64
	FEE	Fundamentos e Metodologia do Ensino Especial	64
	DIG	Didática Geral	64
Total da carga horária			640 h/a
4ª	PPDE	Prática da Pesquisa em Educação	64
	EEAM	Ensino em Educação Especial Área Mental	64
	EEAA	Ensino em Educação Especial Área Auditiva	64
	EAVI	Ensino em Educação Especial Área Visual	64
	EEAF	Ensino em Educação Especial Área Física	64
	ECSE	Prática de Ensino sob a Forma de Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial	300
	ECSIF	Prática de Ensino sob a Forma de Estágio Curricular Supervisionado das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	300
Total da carga horária			620 h/a
Total da carga horária do curso			2.904 h/a

Grade curricular do curso de Química Industrial

SÉRIE	COD.	DISCIPLINA	TOTAL
1ª	ALI	Álgebra Linear	64
	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	128
	DTE	Desenho Técnico	64
	EFI	Educação Física	64
	FIS	Física	128
	MCI	Metodologia Científica	64
	QIN	Química Inorgânica	192
	QGA	Química Geral Analítica	192
	Total de carga horária		896 h/a
2ª	CDI	Cálculo Diferencial e Integral	128
	EST	Estatística	64
	FIS	Física	96
	FISQ	Físico-Química	192
	MIN	Mineralogia	64
	QAN	Química Analítica	192
	QOR	Química Orgânica	192
	ICC	Introdução à Computação	64
	ADM	Administração	64
	CAM	Ciências do Ambiente	64
	Total de carga horária		1120 h/a
3ª	BQM	Bioquímica e Microbiologia	128
	FISQ	Físico-Química	128
	CER	Materiais Cerâmicos	96
	MAM	Materiais Metálicos	96
	OUN	Operações Unitárias	128
	QAN	Química Analítica	128
	MAC	Macromoléculas	96
	QOR	Química Orgânica	160
	TEF	Tratamento de Efluentes	96
	Total de carga horária		1056 h/a
4ª	BIO	Biotecnologia	64
	HSI	Higiene e Segurança Industrial	64
	TAL	Tecnologia de Alimentos	64
	TMC	Tec. Mat. Cerâmicos	64
	TME	Tecnologia Metalúrgica	64
	TPF	Tec. Polímeros e Fibras	64
	TTX	Tecnologia Têxtil	64
	TCE	Trabalho de Conclusão de Estágio Supervisionado	320
	Total de carga horária		832 h/a
Total de carga horária do curso			3.904 h/a

ANEXO C – RELAÇÃO DE PROFESSORES E DISCIPLINAS DOS CURSOS DA UNICAF

Relação do Corpo Docente por Disciplina – Curso Administração

Fernando Bahiense	Análise de Custos e Formação de Preços Análise de Investimentos Técnica de Análise do Comportamento do Consumidor
Leonel Pavanello	Globalização: Novas Oportunidades de Negócios Filosofia e Ética Empresarial Sociologia Aplicada à Administração
Marcos Lombardi	Planejamento Estratégico Seminários Avançados Estratégias em Ambientes Globalizados Organização, Sistemas e Métodos
Joice Mota	Administração de Sistemas de Informação Informática
Casemiro Mota	Comportamento Organizacional Psicologia Metodologia da Pesquisa
Milton de Borba	Estatística Matemática Comercial e Financeira Matemática Pesquisa Operacional e Teoria dos Jogos de Empresa
Giancarlo Décimo Graziottin	Teoria Geral da Administração Administração de Produção Empreendedorismo
Davi Farias	Fundamentos de Direito Direito Comercial Direito Tributário
Ezequiel Cipriano da Luz	Introdução à Economia Organização e Gestão da Qualidade Economia Brasileira
Sidney Rodrigues	Contabilidade Auditoria Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais
Sidney Schossland	Administração Financeiras e Orçamentária Processos e Técnicas de Decisão Administração Mercadológica
Joaquim Carlos Pereira Guedes	Administração de Recursos Humanos Gestão Competitiva de Projetos Criação e Desenvolvimento de Novos Negócios

Relação do Corpo Docente por Disciplina – Curso Economia

Aloysio Bahiense	Economia Quantitativa Economia Industrial Pesquisa Operacional e Teoria dos Jogos de Empresas
David Farias	Instituições de Direito Pub. e Privado
Ezequiel Cipriano da Luz	Economia Regional Política Econômica Brasileira Economia Monetária
Fernando Bahiense	Matemática Análise de Projetos Economia de Empresas
Giancarlo Décimo Graziottin	Sistemas de Informação
Jaidete Klug	História Econômica Geral Formação Econômica do Brasil Teoria do Crescimento Econômico
Jonas Klug	Introdução à Economia Microeconomia I Microeconomia II
Kátia Maria Cubas	Evolução das Idéias Econômicas e Sociais Economia Política I Teorias do Desenvolvimento Econômico
Leonel Pavanello	Introdução a Sociologia Introd. à Ciência Política Teoria Sociológica Introdução a Políticas Públicas
Mauro Simone	Macroeconomia I Macroeconomia II Economia Internacional História do Pensamento Econômico
Milton Procópio de Borba	Economia Estatística
Ofélia Gomes Machado	Introdução à Estatística Introdução a Econometria Estratégias em Ambientes Globalizados
Sidney Rodrigues	Contabilidade Geral Contabilidade Nacional Economia do Setor Público
Sidney Schosslund	Custos Análise Econômica e Financeira Finanças Internacionais
Vera Pavanello	Técnicas Pesquisa Monografia I Monografia II
A Contratar	Economia do Brasil Contemporâneo